



Universidade Federal de Sergipe  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia  
Mestrado em Psicologia Social

KELYANE OLIVEIRA DE SOUSA

PROGRAMA DE HABILIDADES SOCIAIS NA ESCOLA: UMA FORMA DE  
COMBATE AO PRECONCEITO CONTRA A DIVERSIDADE SEXUAL

PROGRAM OF SOCIAL SKILLS AT SCHOOL: A FORM OF COMBATING  
PREJUDICE AGAINST SEXUAL DIVERSITY

São Cristóvão - Sergipe

2017

KELYANE OLIVEIRA DE SOUSA

**PROGRAMA DE HABILIDADES SOCIAIS NA ESCOLA: UMA FORMA DE  
COMBATE AO PRECONCEITO CONTRA A DIVERSIDADE SEXUAL**

**PROGRAM OF SOCIAL SKILLS AT SCHOOL: A FORM OF COMBATING  
PREJUDICE AGAINST SEXUAL DIVERSITY**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe –  
PPGPS – UFS como requisito parcial para a obtenção do  
grau de mestre em psicologia social.

Linha de Pesquisa: Processos Sociais e Relações  
Intergrupais.

Orientador: Prof. Dra. Dalila Xavier de França

São Cristóvão - Sergipe

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S725p Sousa, Kelyane Oliveira de  
Programa de habilidades sociais na escola : uma forma de  
combate ao preconceito contra a diversidade sexual / Kelyane  
Oliveira de Sousa ; orientadora Dalila Xavier de França. – São  
Cristóvão, 2017.  
133 f.

Dissertação (mestrado em Psicologia Social) – Universidade  
Federal de Sergipe, 2017.

1. Psicologia social. 2. Preconceitos e antipatias - Educação.  
3. Homofobia. 4. Tolerância. 5. Habilidades sociais. 6.  
Adolescentes – Comportamento sexual.. I. França, Dalila Xavier  
de, orient. II. Título.

CDU 316.647.8(813.7)

## COMISSÃO JULGADORA

Dissertação da discente KELYANE OLIVEIRA DE SOUSA, intitulada **PROGRAMA DE HABILIDADES SOCIAIS NA ESCOLA: UMA FORMA DE COMBATE AO PRECONCEITO CONTRA A DIVERSIDADE SEXUAL** defendida e aprovada em 06/06/2017, pela Banca Examinadora constituída pelos professores doutores:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Dalila Xavier de França (orientadora)

---

Prof. Dr. André Faro Santos (avaliador interno)

---

Prof. Dr. Elder Cerqueira-Santos (avaliador interno)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra Dinamara Garcia Feldens (avaliadora externa)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por permitir que tudo isso se concretize e por me dar forças, sempre.

À minha mãe, por todo o incentivo que me foi dado na direção de ser uma pessoa melhor e de me fazer acreditar que eu posso alcançar meus objetivos.

Ao meu noivo Matheus, por toda a dedicação, incentivo e por acreditar em mim até mesmo quando eu não acreditei. Obrigada por todo o apoio, carinho, amor, amizade e cumplicidade que fortalecemos a cada dia que passamos juntos. Obrigada por segurar minha mão em todos os sorrisos e lágrimas. Essa conquista é nossa!

Às minhas irmãs e cunhados, por todo o apoio e incentivo em alcançar degraus mais altos. À minha sobrinha e afilhada Maria Fernanda, por sempre ser fonte de luz, amor e felicidade para todos na nossa família.

À minha madrinha, prima e amor Luciana Souza, pelas palavras de motivação sempre nas horas em que eu mais precisei. Obrigada por seu amor tão puro e verdadeiro.

Aos meus tios, Lulu e Valter, meus segundos pais, sempre presentes com muito amor.

Aos meus sogros, Martha e Jorge, por torcerem por mim como uma verdadeira filha.

À minha orientadora, Dalila Xavier de França, exemplo de profissional ética e competente. Obrigada por todo o tempo dedicado a mim, por toda a paciência e, principalmente por todo o conhecimento compartilhado.

Aos professores André Faro, Elder Cerqueira, Marcelo Ferreri, Zentih Delabrida, Rejane Johann, Marcus Eugênio por serem modelos na minha formação acadêmica, exemplos de ética, dedicação e comprometimento. Aos professores membros das bancas de pré-qualificação, qualificação e defesa. O meu muito obrigada por todas as contribuições.

Às amigas tão especiais que ganhei ao iniciar o mestrado, Rozélia dos Anjos, Luana Cristina, Moisés Menezes, Gabriella Unger, Christiane Gomes, Deise Miron,

Geovanna Santana. Obrigada por todas as experiências compartilhadas, tardes de estudo e companheirismo em toda essa jornada. Especialmente, agradeço a Catiele Reis, minha companheira de aventuras, muito obrigada pelo ombro amigo, pelas tardes de estudo e por dividir sonhos comigo.

Às minhas amigas de sempre e para sempre: Crislayne Bery, Thaisa Raquel, Renata Prado e Rafaela Dantas. Amo vocês pra sempre.

Às amigas, Beatriz Reis e Danielle da Paz. Obrigada por todas as conversas e por amenizarem meus medos e angústias. Amo vocês.

À minha amiga Dani Bezerra por todas as palavras de carinho, encorajamento e afeto ao longo de todos esses anos de amizade. Te amo!

À minha amiga Livia Barros, minha preceptora de residência e “*personal life*”. O meu muito obrigada a você, que sonhou com esse título antes mesmo de mim. Muito obrigada por todas as oportunidades que você me ajudou a enxergar no caminho.

À minha amiga e “R1”, Jamille Figueiredo, por me fazer olhar para psicologia com ainda mais amor. Você é um exemplo de profissional.

Agradeço também às pessoas que possibilitaram a realização dessa pesquisa. Primeiramente, a Karine Melo Sales, obrigada por todo acolhimento, abertura e confiança para a implementação do programa. A todos os profissionais que me acolheram tão bem na escola Jaime Araújo. E, especialmente, aos adolescentes que concordaram em participar dessa pesquisa e que estiveram presentes, colaborativos e engajados em todas as atividades propostas. Sem a disposição de vocês, nada teria sido feito. Muito obrigada.

Às turmas de educação física e de psicologia, nas quais lecionei durante o estágio docência. Muito obrigada por serem parte da minha formação sendo meus primeiros alunos e possibilitando a descoberta do amor à docência. Com vocês aprendi muito!

Ao meu grupo de pesquisa, Socialização do Preconceito em Crianças, por todo o conhecimento compartilhado. Obrigada por possibilitarem um espaço de discussão tão rico ao longo desse tempo. Vocês são brilhantes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pela concessão da bolsa, permitindo condições maiores de dedicação à pesquisa.

*Existem bilhões de pessoas no planeta e muitos tipos de personalidades diferentes, algumas são introvertidas outras extrovertidas, algumas se guiam pela lógica e outras pelos sentimentos. Em um mundo com tanta diversidade como aprendemos a lidar com os aqueles que são diferentes? E como aprendemos a entender e aceitar quem nós somos? (Carl Gustav Jung)*



## **RESUMO**

Analisa-se a efetividade de um programa de habilidades sociais na redução do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero em adolescentes. Participaram do estudo 22 adolescentes com idades entre 14 e 17 anos, alunos do ensino fundamental de uma escola pública localizada no município de Aracaju, Sergipe. Um desenho quase experimental de série temporal descontínua com pré-teste e pós-teste foi utilizado. No pré-teste verificou-se os níveis de habilidades sociais e de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero dos adolescentes investigados. Em seguida, o tratamento experimental foi realizado através do treinamento de habilidades sociais voltado para questões sobre a diversidade sexual e, após uma semana do seu encerramento, executou-se o pós-teste, no qual os níveis de habilidades sociais e de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero foram novamente aferidos. Os instrumentos utilizados no pré e no pós-teste foram: Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes e a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero. A intervenção contou com o total de 10 sessões semanais, de 50 minutos cada, com abordagem psicoeducativa e cognitivo-comportamental através de técnicas delineadas estrategicamente de acordo com o objetivo geral do estudo. Os resultados do pré-teste demonstraram que os jovens tinham um baixo desempenho no índice de frequência geral das habilidades sociais, assim como nas habilidades específicas relacionadas com a empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva, desenvoltura social e nível moderado de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. Após a intervenção, os dados comparativos entre o pré e o pós-teste mostraram que houve redução significativa do nível de preconceito dos adolescentes e aumento significativo da frequência de emissão em três das seis subclasses de habilidades sociais, que foram: assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social.

Palavras-chave: Habilidades Sociais; Preconceito; Diversidade Sexual; Homofobia; Adolescentes; Sexualidade; Competência Social.

## **ABSTRACT**

The effectiveness of a social skills program in reducing prejudice against sexual and gender diversity in adolescents is analyzed in this study. Twenty-two adolescents between 14 and 17 years old participated in the study, elementary school students from a public school located in Aracaju, capital of Sergipe. A quasi-experimental design of a discontinuous time series with pre-test and post-test was used. In the pre-test the levels of social skills and of prejudice against sexual and gender diversity of the investigated adolescents were verified. Subsequently, the experimental treatment was carried out through social skills training aimed at questions about sexual diversity and, after a week of its closure, the post-test was carried out, in which the levels of social skills and prejudice against Sexual and gender diversity were again checked. The instruments used in the pre and post-test were: Social Skills Inventory for Adolescents and the Sexual and Gender Diversity Prejudice Scale. The intervention had a total of 10 weekly sessions, each of 50 minutes, with a psychoeducational and cognitive-behavioral approach through strategically delineated techniques according to the general objective of the study. The results of the pre-test demonstrated that the youth had a low performance in the general frequency of social skills, as well as in the specific skills related to empathy, self-control, civility, assertiveness, affective approach, social skills and moderate level of prejudice against Sexual and gender diversity. After the intervention, the comparative data between the pre and post-test showed a significant reduction in the level of prejudice of the adolescents and a significant increase in the frequency of emission in three of the six subclasses of social skills, which were: assertiveness, affective approach and social resourcefulness.

**Key words:** Social Skills; Prejudice; Sexual Diversity; Homophobia; Adolescents; Sexuality; Social Competence.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados do <i>corpus</i> extraído dos artigos empíricos publicados nas bases de dados <i>SciELO</i> , <i>PePSIC</i> e <i>Science Direct</i> sobre adolescência e homofobia entre os anos de 2012 a 2016 .....	56
Tabela 2 - Programa de Treinamento de Habilidades Sociais com ênfase sobre a diversidade sexual e de gênero .....	76
Tabela 3 - Habilidades aferidas no IHSA e suas medidas .....	83
Tabela 4 - Indicadores de habilidades sociais analisados comparativamente antes e após a intervenção .....	89
Tabela 5 – Médias e desvios padrões dos percentis da <u>frequência</u> da emissão de Habilidades Sociais* totais e específicas dos adolescentes (Teste <i>t</i> de <i>Student</i> ) .....	96
Tabela 6 – Médias e desvios padrões dos percentis da <u>dificuldade</u> na emissão de Habilidades Sociais* totais e específicas dos adolescentes .....	98

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I - HABILIDADES SOCIAIS E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR.....</b>	<b>19</b>
1.1 Habilidades Sociais – histórico do campo de estudo .....	21
1.2 Abordagem conceitual e desenvolvimento das habilidades sociais .....	24
1.3 Treinamento de Habilidades Sociais (THS) .....	31
1.4 Habilidades Sociais no contexto escolar .....	34
1.5 Estudos científicos sobre o uso do Treinamento de Habilidades Sociais em escolas ...	37
<b>CAPÍTULO II - ADOLESCÊNCIA E PRECONCEITO CONTRA A DIVERSIDADE SEXUAL .....</b>	<b>42</b>
2.1 Adolescência, diversidade sexual e preconceito na escola .....	44
2.2 Preconceito contra a diversidade sexual e adolescência: revisão sistemática da literatura .....	50
2.2.1 Método.....	54
2.2.2 Resultados e Discussão.....	58
2.2.2.1 Análise dos métodos do <i>corpus</i> investigado.....	58
2.2.2.2 Análise de Conteúdo do <i>corpus</i> investigado .....	61
2.2.3 Considerações Finais .....	67
<b>CAPÍTULO III - AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS COMO FORMA DE COMBATE AO PRECONCEITO CONTRA A DIVERSIDADE SEXUAL .....</b>	<b>69</b>

3.1 Sobre a Pesquisa .....	69
3.2 Objetivo Geral do Estudo .....	70
3.2.1 Objetivos Específicos .....	70
3.2.2 Hipóteses .....	71
3.3 Método.....	72
3.3.1 Amostra .....	72
3.3.2 Aspectos Éticos .....	73
3.3.3 Procedimentos e Instrumentos.....	73
3.3.3.1 Procedimentos .....	74
3.3.3.2 Instrumentos .....	81
3.3.4 Análise dos dados .....	85
3.3.4.1 Análise dos dados do pré-teste .....	85
3.3.4.2 Análise dos dados do pós-teste .....	87
3.4 Resultados e discussão .....	89
3.4.1 Resultados e discussão relativos ao pré-teste. ....	89
3.4.2 Resultados e discussão pós intervenção: Pós-teste .....	102
<b>CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>120</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ....</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO .....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXO A - ESCALA DE PRECONCEITO CONTRA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO .....</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

O preconceito contra pessoas LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – é um fenômeno em evidência na sociedade contemporânea. Enquanto outros tipos de preconceito, como o racial, que ao longo dos anos passaram a ter um caráter sutil, velado, pela norma social vigente, a qual estabelece que os indivíduos não devem ser preconceituosos por causa da cor da pele dos outros, o preconceito contra pessoas de diferentes orientações sexuais ainda é manifestado de forma bastante clara e evidente, justamente porque a norma social com relação à sexualidade que rege atualmente a sociedade em que vivemos é a da heteronormatividade.

O termo heteronormatividade é baseado na cultura heterossexual que rege o modo de se portar na sociedade contemporânea. Nesse cenário, tudo o que se refere à vivência afetiva e sexual e que foge a esse padrão é desqualificado e se torna alvo de preconceito e discriminação. Também estão inclusos aqui os papéis de gênero impostos pela sociedade que, devido à falta de flexibilidade, acabam por proporcionar a criação de estereótipos de poder vinculados ao homem, principalmente aos heterossexuais, em detrimento das mulheres e a tudo o que diz respeito ao universo feminino (Borrillo, 2009; Schwartz, & Lindley, 2009).

O preconceito pode ser definido como uma atitude disparada contra indivíduos pertencentes a um grupo social desvalorizado (Allport, 1954; Dovidio, 2001), “uma atitude hostil ou negativa com relação a determinado grupo” (Rodrigues, Assmar, & Jablonski, 1999, p.162), simplesmente pelo fato do indivíduo pertencer àquele grupo, partindo do princípio de pressupor que ele possui todas as qualidades negativas atribuídas ao seu referido grupo (Allport, 1954). Para a psicologia social, o preconceito tem como base cognitiva o estereótipo, que são crenças pessoais, consideradas como verdades absolutas, atribuídas a

outros indivíduos e grupos que geralmente referem-se a atributos – traços de personalidade – ou comportamentos. Além disso, este fenômeno é formado ainda por componentes afetivos, os sentimentos negativos, e componentes comportamentais, as ações (Rodrigues et al., 1999).

Ainda em relação ao preconceito, especificamente quando se trata da esfera comportamental, ou seja, verbalizações hostis, agressões, dentre outros, o termo utilizado pela psicologia social é discriminação, que seria a junção dos sentimentos hostis e das crenças estereotipadas que podem resultar na emissão de tratamento diferenciado e atos manifestos de desprezo e agressividade (Rodrigues et al., 1999).

A partir dessas definições é possível fazer a vinculação dos temas estudados nessa pesquisa que são o preconceito e as habilidades sociais. Com base nas crenças pessoais, nos estereótipos e nos sentimentos negativos nos quais o preconceito é sustentado, é válido fazer a relação desse constructo com outro que estuda justamente a modificação de crenças, modificação de comportamentos violentos, resolução de conflitos, dentre outros, visando dessa forma aprimorar o desempenho dos indivíduos na sociedade e, principalmente, no âmbito das relações interpessoais.

Segundo Lima (2013), o preconceito é baseado em arranjos culturais e sociais, isso significa que ele é transmitido de pessoa a pessoa, ou seja, ele emerge a partir de um processo de aprendizagem, calcado nas relações interpessoais, sobre a quem e como esse preconceito é manifestado. Já as habilidades sociais são um conjunto de comportamentos emitidos diante de relações interpessoais que são aprendidos ao longo da vida e que servem para lidar de maneira adequada frente a essas situações (Michelson, Sugai, Wood, & Kazdin, 1983, Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2005). Elas emergem das próprias relações interpessoais do indivíduo e proporcionam a sua competência em viver perante as demandas dessas relações.

Por se tratarem de fenômenos baseados na aprendizagem e estarem na esfera das relações interpessoais, é possível pensar na aproximação desses dois constructos levando em consideração, ainda, a fase da vida que é a adolescência, etapa crucial para o aprendizado de habilidades socialmente competentes baseados na cultura e nos valores da sociedade em que se vive. Segundo Schwartz e Lindley (2009) e Matthews e Adams (2008) o heterossexismo e o sexismo, o qual embasam fortemente as crenças do primeiro, na adolescência impactam negativamente na saúde e no desenvolvimento dos indivíduos. Esta é uma fase caracterizada por diversidades e contradições em virtude de vários motivos como classe social, etnias, gêneros, dentre outros. Além disso, é sabido que o ambiente influencia de forma essencial o modo de pensar dos adolescentes, que são, segundo Groppo (2000), instrumentos essenciais na transformação da sociedade no que tange a valores e cultura (Arpini, 2003; Groppo, 2000).

Devido a tais peculiaridades, a escola acaba por se caracterizar como ambiente essencial no sentido de proporcionar alguns tipos de conhecimentos aos seus alunos como, por exemplo, a oferta de aprendizado acerca de aspectos que vão além dos conteúdos formais das matérias, como habilidades sociais que envolvam a resolução de problemas, a civilidade, o modo de se portar em público, o respeito e a tolerância com o outro etc. É na escola que as crianças e adolescentes passam a maior parte das suas vidas, onde têm suas principais experiências positivas ou negativas e que terão consequências na formação desses seres, na sua identidade, no seu modo de pensar, agir e nas suas crenças e valores.

Entretanto, na prática, há uma dificuldade geral em lidar com algumas questões dentro da instituição escolar, pois alguns assuntos são tomados como tabus e, conseqüentemente, são silenciados. Isso ocorre principalmente no que tange a temas relacionados com questões de preconceito, sexualidade, gênero e orientação sexual, pois muitas vezes a escola atua como reprodutora de estereótipos e deixa a desejar enquanto



instituição formadora de senso crítico. Porém, esses aspectos fazem parte da vida do adolescente e, enquanto sua discussão é silenciada, pesquisas apontam que o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero na escola, por exemplo, pode levar à exclusão, depressão e suicídio entre os jovens homossexuais (Borges, & Meyer, 2008; Lima, 2012; Mathews, & Adams, 2008).

Nesse sentido, no que tange a essa pesquisa, fazemos o seguinte questionamento: de que forma é possível intervir nas escolas para diminuir o preconceito contra a diversidade sexual entre os adolescentes? Essa é uma questão bastante discutida entre docentes e pesquisadores de diversas áreas, porém não existe um consenso, muito menos uma fórmula de combate ao preconceito que tenha sido precisa. Assim, a questão principal em que se baseia essa pesquisa é que a redução de crenças errôneas sobre pessoas que não se encaixam no padrão heterossexual através de habilidades como a assertividade, empatia, manejo de problemas e de estresse, dentre outros, pode impactar de forma positiva na redução preconceito contra a diversidade sexual entre adolescentes?

Nesse contexto, sobre as pesquisas acadêmicas que têm como público alvo adolescentes e habilidades sociais, é possível encontrar diversos estudos relacionados com vários temas como problemas de comportamento na infância, alunos com necessidades especiais, adolescentes com depressão, adolescentes e crianças com plumbemia (intoxicação por chumbo) e, ainda, relacionadas à relação professor – aluno (Robalinho, 2013; Amaro, 2012; Junqueira, 2012; Campos, 2010; Dascanio, 2013; Pinola, 2010).

Já os estudos sobre preconceito contra a diversidade sexual na adolescência, trazem à tona temas como o *bullying*, dificuldades e problemas vinculados à sexualidade e preconceito contra a diversidade sexual vivenciadas por professores, sobre os desafios da escola em se trabalhar com a diversidade e sobre a percepção de autoridades, professores e

alunos sobre esse tipo de preconceito no contexto escolar (Souza, 2013; Borges, & Meyer, 2008; Lima, 2012; Chinaglia, & Díaz, 2011).

Apesar das várias pesquisas nesses campos de estudo, algumas questões ainda permanecem carentes de exploração. No caso das habilidades sociais, nenhuma pesquisa foi encontrada utilizando esse constructo como forma de enfrentamento ao preconceito. No âmbito do preconceito contra a diversidade sexual nas escolas, também foi possível observar uma escassez de estudos que utilizassem intervenções diretamente com os adolescentes, já que a maior parte da produção científica aponta para estudos com pais e professores ou estudos apenas de levantamento de dados.

Dessa forma, um estudo que envolva as habilidades sociais como forma de enfrentamento ao preconceito contra a diversidade sexual através de uma intervenção direta com adolescentes poderá contribuir como instrumentalização de estratégias para enfrentar o preconceito de forma ampla, assim como oportunizar a modificação de crenças individuais que levam ao comportamento preconceituoso, fazendo com que esses jovens se tornem mais competentes socialmente em lidar com pessoas que fogem à regra da heteronormatividade. Além disso, acredita-se que esse estudo possa alcançar uma nova área interventiva das habilidades sociais ainda inexplorada, contribuindo para amenizar as dificuldades das escolas e dos profissionais psicólogos em lidar com questões de orientações sexuais que fogem ao padrão heteronormativo e, ainda, proporcionar ao público adolescente um fortalecimento de valores e de habilidades que contribuam para a formação de uma identidade pouco mais livre de preconceitos.

À vista disso, esse estudo propôs verificar a efetividade de um programa de treinamento de habilidades sociais na redução do preconceito contra a diversidade sexual em adolescentes. Para atingir esse objetivo, foi realizado um estudo quase experimental de série temporal descontínua com pré-teste e pós-teste (Selltiz, Wrightsman, & Cook, 1976). O pré-

teste consistiu na realização de um levantamento exploratório dos níveis de preconceito contra a diversidade sexual e habilidades sociais dos adolescentes participantes. Após isso, foi feito o tratamento experimental, ou seja, o treinamento de habilidades sociais voltado para questões sobre a diversidade sexual foi executado e, finalmente, foi feito o pós-teste dos níveis de habilidades sociais e preconceito desses jovens. Esses dados foram comparados com aqueles obtidos antes, no pré-teste, possibilitando assim uma comparação antes e depois da intervenção.

Assim, a presente dissertação conta com quatro capítulos. O primeiro aborda o estado da arte do campo de estudo das habilidades sociais: como este foi desenvolvido ao longo do tempo, suas principais definições e sua aplicabilidade principalmente no contexto escolar. O segundo capítulo refere-se à problemática da diversidade sexual na escola e apresenta ainda, uma revisão sistemática de literatura sobre adolescência e preconceito contra a diversidade sexual. Já o terceiro capítulo é composto pela descrição detalhada da pesquisa, ou seja, o método utilizados, os procedimentos e instrumentos aplicados, os aspectos éticos, o relato do programa de intervenção implementado e os resultados obtidos a partir dos dados analisados discutidos de acordo com a literatura pesquisada. Finalmente, no quarto capítulo são apresentadas as considerações finais.

## **CAPÍTULO I**

### **HABILIDADES SOCIAIS E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR**

---

No mundo moderno, onde as pessoas estão cada vez mais voltadas para relações em ambientes virtuais, é preciso estar atento para que o desempenho social não seja prejudicado pelo uso cada vez maior de ferramentas tecnológicas em detrimento da vivência de experiências sociais reais. Este comprometimento pode se dar por várias razões como, por exemplo, a pouca interação com pares ou a limitação da vivência de experiências afetivas concretas que não baseadas no mundo virtual. Tais situações podem impactar de forma negativa o desempenho do indivíduo por restringir as experiências sociais que proporcionam o aprendizado de diversas habilidades na ordem das relações interpessoais.

O desempenho social diz respeito a qualquer comportamento ou sequência de comportamentos decorrente da interação social que pode ser considerado competente ou não. Para haver um desempenho socialmente competente, é necessário a emissão de classes de comportamentos sociais, as habilidades sociais (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2001a; Z. Del Prettee, & A. Del Prette, 2005). Tais habilidades são adquiridas através de um processo de aprendizagem social que se inicia na própria infância, na primeira instância de socialização que é a família, e tende a se desenvolver cada vez mais a medida que outros grupos, outras instâncias, vão sendo inseridas ao longo da vida, a exemplo da escola, do trabalho etc. Dessa forma, as habilidades tornam-se mais complexas, compatíveis com as demandas da vida com o decorrer dos anos.

Nesse cenário, é possível afirmar que indivíduos que vivem inseridos em um contexto social têm grande parte das suas vidas regidas pelas relações interpessoais que mantêm. Assim, déficits na competência social, ou seja, na emissão de comportamentos socialmente habilidosos, podem acarretar em problemas de aprendizagem, adversidades no trabalho,

dificuldades em manter relações com os pares, prejuízos no desenvolvimento emocional, dentre outros. Além disso, outra relação possível é de que déficits de habilidades sociais também podem originar dificuldades em conviver com diferente, com o que foge do que é mais comum ou mais aceito socialmente no que diz respeito ao comportamento social, como por exemplo, dificuldades em conviver com pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo ou que não se comportam de modo correspondente ao seu gênero e, ainda, na emissão de comportamentos violentos à esses sujeitos, como no caso de comportamentos discriminatórios que envolvem crimes e até assassinatos.

No processo de desenvolvimento e aquisição de habilidades sociais, a adolescência é uma fase peculiar, onde aspectos da infância e da idade adulta muitas vezes se misturam, exigindo assim habilidades adaptativas ainda maiores. Além disso, esse é um período de formação de identidade, caracterizado por diversidades e contradições em virtude de vários motivos como classe social, etnias, gêneros, dentre outros. Diante disso, outro aspecto relevante que está diretamente relacionado com o desempenho e competência social dos adolescentes é o ambiente, pois é sabido, como afirma Groppo (2000), que este influencia de forma essencial o modo de pensar dos jovens.

A partir desse contexto, emerge a importância de estudos sobre as habilidades sociais levando em consideração a sua aplicabilidade na escola. Nessa direção, é possível questionar: como o treinamento em habilidades sociais pode ajudar no desempenho e na formação dos adolescentes enquanto cidadãos? Assim, no presente capítulo serão discutidos o desenvolvimento do campo das habilidades sociais, seus conceitos, as principais abordagens teóricas no campo da psicologia, sua consolidação como campo de pesquisa e prática em vários países e sua aplicabilidade no contexto escolar.

## 1.1 Habilidades Sociais – histórico do campo de estudo

O campo de estudo das habilidades sociais tem sua origem em estudos clínicos realizados na década de 1930. O comportamento social da criança foi o foco de grande parte das pesquisas nesse período no campo da Psicologia do Desenvolvimento. Data dessa época importantes contribuições ao estudo do comportamento social de crianças feitas por grandes nomes como Piaget e Mead. Nas décadas subsequentes, em 1940 e 1950, ocorreu o que os autores chamam de “hibernação” da área. Houve um declínio dos trabalhos, relacionados às pressões advindas da II Guerra Mundial e à ênfase dada às ciências biológicas e físicas desse período (Merrell, & Gimpel, 2014)

Grande parte dos estudos no campo das habilidades sociais foram produzidos inicialmente em países de língua inglesa, especificamente nos Estados Unidos, em 1949, com o livro *Conditioned Reflex Therapy*, de Andrew Salter. Nessa obra, Salter descreve a assertividade como um traço da personalidade e propõe seis técnicas para aumentar a expressividade dos indivíduos: expressão verbal e facial das emoções, emprego da primeira pessoa ao falar, concordar quando se recebe atenção, cortesia ou elogios, expressar desacordo e improvisar atuações espontâneas. Seguidamente, Wolpe (1958), relaciona o termo “comportamento assertivo” aos comportamentos mais ou menos agressivos, a expressões externas de sentimentos de amizade, carinho dentre outros. A assertividade seria, ainda segundo o mesmo autor, a expressão de sentimentos e direitos pessoais, sendo que, dessa forma, a maioria dos indivíduos podem ser assertivos em determinadas situações, porém totalmente ineficazes em outras. Posteriormente, esse termo passou a ser sinônimo de habilidade social e, mais tarde, o treinamento assertivo foi incluído na prática clínica como uma técnica de terapia comportamental onde foram feitas pesquisas e desenvolvidos

programas de treinamento para avaliar déficits em habilidades (Davis, Eshelman, & McKay, 1996; Caballo, 2011).

Além desse movimento estadunidense, na Inglaterra, o constructo das habilidades sociais teve por base o conceito de habilidade relacionado às interações homem-máquina, onde a aproximação se dava no âmbito das características perceptivas, decisivas, motoras e outras relativas ao processamento da informação. Foi somente em um segundo momento que as habilidades foram aplicadas ao sistema homem-homem (Caballo, 2011).

Na década de 70, a proliferação de pesquisas se deu principalmente no campo de estudos relacionado às habilidades sociais das crianças, à relação com seus pares e ao ajustamento social. Esse fato se dá principalmente devido aos trabalhos de Piaget sobre o desenvolvimento infantil. A partir disso, o comportamento social das crianças se tornou o principal foco das investigações nas áreas da psicologia e da educação. Mais tarde, nos anos 80, os estudos desenvolvidos nessa área sinalizaram práticas mais voltadas para a intervenção tanto em sala de aula quanto na clínica. Desde então é raro que os grandes trabalhos em psicologia e em educação desconsiderem temas relacionados às habilidades sociais. Também foi a partir da década de 80 que os resultados obtidos nas pesquisas foram incorporados como elementos de orientação cognitiva (Argyle, 1976; Bolsoni-Silva, Z. A. Del Prette, G. Del Prette, Montagner, Bandeira, & A. Del Prette, 2006; Caballo, 2011; Merrell, & Gimpel, 2014).

No Brasil, o marco das produções nessa área de conhecimento se deu em 1996 com o artigo de Zilda Del Prette e Almir Del Prette intitulado “Habilidades sociais: uma área em desenvolvimento”. Esse foi o primeiro artigo conceitual sobre a Psicologia das Habilidades Sociais produzido no país onde os autores apresentam os principais conceitos e abordagens, além de procedimentos de avaliação e promoção do repertório de habilidades sociais. Nesse artigo, fica claro que o propósito dos pesquisadores nessa área era estabelecer no país um

campo de estudo das interações sociais nos diversos campos de atuação da Psicologia. Nesse momento foi identificada a necessidade de refinar conceitos básicos da teoria e desenvolver instrumentos, critérios e procedimentos de avaliação e intervenção baseados no contexto histórico cultural do Brasil.

Desde então existe um movimento crescente de consolidação da área das habilidades sociais como campo de pesquisa e aplicação com uma tendência maior de produção de estudos empíricos em favorecimento dos teóricos. Além disso, por se tratar de estudos relativamente recentes, os grupos que estudam esse campo de conhecimento no Brasil têm dado a orientação de que novos estudos sejam feitos, incluindo também a análise da produção acadêmica existente, para que haja uma melhor caracterização das Habilidades Sociais no país e também para que seja possível observar quais as tendências ou lacunas dos estudos (Bolsoni-Silva et al., 2006).

Atualmente, o estudo das habilidades sociais incorpora diversas teorias da psicologia como a teoria de papéis, a abordagem operante e a abordagem do processamento cognitivo. Essa característica proporcionou ao campo das habilidades sociais a peculiaridade de ser multifacetada, porém, com predominância dos enfoques cognitivo e comportamental. Nesse cenário, uma teoria que influencia fortemente essa área de estudo é a Teoria Social Cognitiva, de Albert Bandura (1986). Segundo Caballo (2011) essa é uma importante abordagem por conceber o comportamento humano como a interseção de variáveis pessoais, comportamentais e ambientais (Argyle, 1976; Caballo, 2011; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2010).

Por se tratar de um campo teórico-prático pautado em diversas abordagens, o constructo habilidade social não possui um conceito único e bem definido. Além disso, por ser uma área de estudo relativamente nova, pode-se afirmar que essa teoria ainda está em construção, o que faz com que seu conceito seja constantemente atualizado pelo



desenvolvimento de novos estudos. Algumas definições serão abordadas no próximo tópico, onde é possível observar que, apesar das diferenças, tais definições possuem em geral aspectos comuns que as aproximam. Também será descrito como as habilidades sociais se desenvolvem ao longo da vida do indivíduo e qual sua funcionalidade.

## **1.2 Abordagem conceitual e desenvolvimento das habilidades sociais**

As diversas concepções sobre as habilidades sociais tornam esse um dos constructos da psicologia mais difícil de definir. Essa dificuldade se dá porque a construção desse conceito depende fortemente de outros constructos psicológicos e traços humanos básicos como personalidade, inteligência, linguagem, percepção, atitude e comportamento de interação com o ambiente. Além disso, diversas áreas de estudo como educação, psicologia e psiquiatria se interessam pelo campo das habilidades sociais, assim cada área tem uma perspectiva única ou uma maneira diferente de olhar esse constructo (Merrell, & Gimpel, 2014).

Entretanto, embora não exista um consenso entre as diversas definições, existem semelhanças que, de forma geral, são maiores que as diferenças. Assim, a maioria dos conceitos faz uso de uma definição integrada de componentes comuns, propostos por Michelson et al. (1983), às diversas abordagens das habilidades sociais. São elas: o fato de que as habilidades sociais são adquiridas principalmente através da aprendizagem, principalmente a aprendizagem social; contém comportamentos específicos verbais e não verbais; incluem tanto iniciações eficazes e adequadas quanto respostas; o consenso de que as habilidades sociais se aperfeiçoam com o reforço social; são interativas por natureza e incluem respostas eficazes e apropriadas; a concordância de que o desempenho das habilidades sociais é influenciado tanto pelos atributos dos participantes quanto do ambiente

em que ocorre; e o entendimento de que déficits no desempenho social são passíveis de intervenção (Bolsoni-Silva et al., 2006; Merrell, & Gimpel, 2014).

Além disso, com relação ao conteúdo das diferentes definições, as habilidades sociais podem ainda ser divididas em três tipos gerais: aquelas relacionadas à aceitação pelos pares, relacionadas ao comportamento e ainda as alusivas à validade social. As definições pertinentes à aceitação pelos pares tendem a depender fortemente da aceitação nas relações entre pares, nesse sentido, uma criança é socialmente competente quando ela é bem quista e tem boas relações com outras crianças. As definições comportamentais tendem a explicar as habilidades sociais como situações específicas de comportamento que aumentam as chances de reforço e diminuem as chances de punição com base no comportamento social. Já as definições de validade social relacionam as habilidades sociais com comportamentos que predizem resultados sociais importantes como boas relações entre pares ou julgamento social positivo, assim, as definições relacionadas à validade social abarcam tanto a aceitação pelos pares quanto as comportamentais (Merrell, & Gimpel, 2014).

Para Michelson et al. (1983) as habilidades sociais são um conjunto complexo de comportamentos interpessoais. Habilidades sociais adequadas ou boas levam à satisfação pessoal e interpessoal tanto a curto como em longo prazo. O termo “habilidade” é usado para indicar que a competência social não é um traço de personalidade global, mas sim um conjunto de comportamentos aprendidos e adquiridos.

Definição semelhante é dada pelos pesquisadores brasileiros Z. Del Prette e A. Del Prette (2005) que afirmam que as habilidades sociais são conjunto de comportamentos aprendidos ao longo da vida e emitidos diante de situações de relação interpessoal. Ainda segundo os mesmos autores, as habilidades sociais são classes de comportamentos presentes no repertório do indivíduo que servem para lidar de maneira adequada com situações advindas das relações interpessoais. Enquanto constructo são ainda definidas como um

“conjunto de suposições e teorizações que pretende explicar o fenômeno da relação interpessoal” (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 1999 p. 240; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2001a).

Outro conceito que também se assemelha aos já citados, porém com um traço mais comportamentalista, é proposto por Caballo (2003) que assinala que tais habilidades se referem a comportamentos necessários a uma relação interpessoal bem-sucedida, conforme os parâmetros de cada contexto e de diferentes culturas.

Com relação ao desenvolvimento, o princípio do processo de aprendizagem e evolução das habilidades sociais se dá desde o momento do nascimento do indivíduo e vai se tornando mais complexo. Inicialmente, seu surgimento e seu progresso ocorrem nas relações dentro da família e depois se amplia com o estabelecimento de outras relações, como por exemplo, com vizinhos, amigos, colegas de escola. O desenvolvimento das habilidades sociais é ainda influenciado pela cultura onde o indivíduo está inserido, já que é a cultura que determina os padrões de comportamentos esperados e valorizados, levando em consideração ainda outras características como idade, sexo, gênero e papéis sociais (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2005).

A aquisição das habilidades sociais também está relacionada com a modelagem, pois a criança aprende a interagir de forma semelhante àquela que observa na interação dos seus pais e, como consequência, aprende os comportamentos exigidos pela cultura onde está inserida. Com relação a essa afirmativa, Murta (2002), ressalta ainda a importância das habilidades sociais dos pais nesse processo, pois as práticas educativas parentais, como por exemplo, modelo de comunicação, demonstração de afeto e estratégias de controle impactam diretamente no desenvolvimento das habilidades dos filhos (Caballo, 2003; Murta, 2002; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2013). Além disso, as habilidades sociais são ainda aprendidas através do ensino deliberado pelos próprios professores através do ensino tradicional e,

também, por intermédio dos livros infantis. Nestes, as ilustrações se apresentam como uma importante ferramenta para o ensino de habilidades específicas como a defesa dos direitos (do próprio indivíduo e dos seus amigos), a expressão de emoções, ter senso de humor e falar coisas boas para si mesmo (Muceccel, Aydos, & Erturk, 2012).

Na infância, as habilidades sociais adquiridas ajudam as crianças a solucionarem problemas emocionais, como a ansiedade, e cognitivos como o baixo rendimento escolar. Além disso, proporciona o estabelecimento de relações sociais positivas com seus pares, pais e outros adultos e, ainda, atuam no sentido de prevenir comportamentos problemáticos e suas consequências, como comportamentos antissociais, rejeição pelos pares ou problemas nas relações interpessoais (A. Del Prette, & Z. Del Prette, 2009; Caballo, 2003; Z., Del Prette, & A. Del Prette, 1999; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2005; Muceccel et al., 2012).

As habilidades sociais são relacionadas a comportamentos adaptativos à vida do ser humano ao longo de todo o desenvolvimento, como desempenho acadêmico, estratégias de enfrentamento de estresse, autocuidado, cooperação e independência para realizar tarefas. São ainda responsáveis pela expressão de agrado e desagrado, de sentimentos, opiniões, atitudes e ideias, fazer e responder perguntas, admitir erro e pedir desculpas, lidar com críticas e elogios, pedir mudança no comportamento do outro, iniciar e manter conversas, defender-se, pedir ajuda e escutar empaticamente. Além desses comportamentos, as habilidades sociais também são relacionadas a comportamentos não verbais como postura, contato visual, aparência e gestos (A. Del Prette, & Z. Del Prette, 2009; Caballo, 2003; Z., Del Prette, & A. Del Prette, 1999; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2005).

Os pesquisadores Ishak, Abdin e Bakar (2014) relacionam ainda as habilidades sociais com a empatia a partir de seis dimensões das estabelecidas por eles: capacidade de influenciar os outros, gerenciar conflitos, liderança e capacidade de ser um catalisador para a mudança, de se relacionar com os outros, trabalhar em colaboração, trabalhar em equipe e

se comunicar efetivamente. Tais dimensões foram estabelecidas para analisar o desempenho de relações interpessoais entre jovens superdotados. Destas, as três correlações mais fortes que foram encontradas foram entre a empatia e a habilidade de liderança, empatia e capacidade de influenciar os outros, e entre empatia e comunicação. Tal pesquisa, foi motivada pela hipótese de que, jovens superdotados teriam dificuldades no âmbito das interações sociais. Já no Brasil, Del Prette e Del Prette (2009) têm estabelecido a empatia como uma das classes das habilidades sociais necessárias para um bom desempenho social de crianças, jovens e adultos. Nessa direção, é possível apontar a importância das habilidades sociais, incluindo a empatia, no impacto da qualidade das interações sociais, principalmente no ambiente de aprendizagem.

Para ilustrar o impacto das habilidades sociais na qualidade de vida, citamos o estudo recente de Leme, Del Prette e Coimbra (2015), feito com 454 adolescentes com idades entre 13 e 19 anos, alunos do ensino médio de escolas públicas do estado de Minas Gerais. Essa pesquisa teve como objetivo investigar a influência da configuração familiar, habilidades sociais e avaliação do suporte social como potenciais preditores do bem-estar psicológico dos adolescentes. Como resultado, os pesquisadores verificaram que a configuração familiar não está associada ao bem-estar psicológico e que, nessa comparação os melhores preditores são as habilidades sociais de empatia, autocontrole, civilidade, desenvoltura social e abordagem afetiva (Leme et al., 2015).

Essa classe de comportamento frente às relações interpessoais pode ainda ser considerada como fator de proteção do desenvolvimento humano. Dessa forma, as intervenções voltadas para o desenvolvimento de habilidades sociais podem ainda ser caracterizadas de acordo com seus objetivos gerais em prevenção primária, secundária e terciária. O treinamento dirigido a pessoas que estão expostas a riscos, mas ainda não sofrem com problemas interpessoais é classificado como primário. As intervenções secundárias são

aquelas voltadas para pessoas que já possuem suas relações interpessoais prejudicadas. Já as intervenções em prevenção terciária são para minimizar prejuízos sociais já instalados por algum motivo, como pessoas que sofrem de transtornos mentais graves, por exemplo, esquizofrenia (Murta, 2005).

Ainda que certas habilidades estejam presentes no repertório pessoal, pois se desenvolveram a partir de experiências sociais, existe a possibilidade de que o indivíduo não as utilize por diversos motivos como crenças errôneas, ansiedade, dificuldade de discriminar os estímulos sociais, dentre outros. Portanto, mesmo que exista um bom repertório de habilidades sociais, este fator não é garantia de que o indivíduo terá um desempenho socialmente competente (Bolsoni-Silva et al., 2006).

Para Caballo (2011) o comportamento socialmente habilidoso ainda não possui uma definição clara, pois a habilidade social depende de um contexto que é mutável, variando em função da cultura, da idade, do sexo, da classe social, da educação e até mesmo do que a pessoa deseja conseguir na situação em que se encontra. Dessa maneira, não existe um comportamento considerado competente e que seja universal, pois este varia de acordo com o indivíduo. O referido autor afirma que, para a avaliação do desempenho de um comportamento, é preciso levar em consideração tanto o seu conteúdo quanto suas consequências, ou seja, é preciso considerar tanto o que a pessoa faz quanto o que seu comportamento provoca no outro.

Outra definição para o comportamento socialmente habilidoso é que este é um conjunto de comportamentos de um indivíduo, em um contexto de relações interpessoais, que exprimem sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos de maneira adequada à situação, preservando esses comportamentos nos outros indivíduos e geralmente na direção de resolver problemas imediatos e diminuindo a probabilidade de problemas futuros (Caballo, 1986).

Além dessas, outra definição feita por Z. Del Prette e A. Del Prette (2001a), refere competência social como correspondente a um atributo avaliativo de um comportamento bem-sucedido nas situações vividas no ambiente social. A competência social tem como critérios de avaliação, dentre outros, a manutenção ou melhora do convívio, maior equilíbrio entre ganhos e perdas na relação e respeito e ampliação dos direitos humanos básicos. As classes de habilidades sociais incluem, por exemplo, assertividade, empatia, resolução de problemas interpessoais e comunicação, que podem ser utilizadas e combinadas em um desempenho mais amplo e sujeito a critérios de avaliação em termos de competência social (A. Del Prette, & Z. Del Prette, 2009; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2001b; Murta et al., 2012).

Nesse sentido, para efeito do que se propõe nesse estudo, é considerada a ideia de que o comportamento preconceituoso e a discriminação se apresentam, de certa forma, como um déficit de competência social, visto que, como será discutido no próximo capítulo, a norma social vigente no atual momento da sociedade rege que tais comportamentos e atitudes sejam condenados socialmente. Nessa direção, um treinamento de habilidades sociais poderia servir para diminuir tais comportamentos e melhorar a interação social entre diferentes grupos a partir de habilidades aprendidas como empatia, civilidade, dentre outras.

O modelo comportamental das habilidades sociais considera que a capacidade de resposta necessita ser adquirida e, a capacidade de atuar de forma efetiva consiste em um conjunto identificável de outras capacidades específicas. Sobre a probabilidade de ocorrência, as habilidades que emergem nas situações são determinadas por fatores ambientais variáveis da pessoa e da interação entre ambos. Dessa forma, a conceitualização do comportamento socialmente habilidoso implica na análise de três componentes da habilidade social: o tipo de habilidade (dimensão comportamental), as variáveis cognitivas (dimensão pessoal) e o contexto ambiental (dimensão situacional) (Caballo, 2011).

O repertório de habilidades sociais pode ocorrer nos contextos naturais da vida como na relação entre pais e filhos, entre pares na escola, porém a superação de problemas de competência social e de habilidades sociais necessita de ferramentas específicas de aprendizado, especializadas, segundo A. Del Prette e Z. Del Prette (2011), na terapia ou na educação, pois esses campos proporcionam alternativas de intervenção, técnicas e programas que têm sua eficácia avaliada por meio de pesquisas. Nesse sentido, os autores sugerem que sejam feitos programas de Treinamento de Habilidades Sociais (THS) para oportunizar processos de aprendizagem estruturados, facilitados por um terapeuta ou coordenador (A. Del Prette, & Z. Del Prette, 2011; Murta, 2005).

### **1.3 Treinamento de Habilidades Sociais (THS)**

O campo das habilidades sociais não se caracteriza somente pela investigação e construção teórica, mas também pela aplicabilidade a diversos contextos de atuação como organizacional, educacional, clínica, dentre outras (Soares, 2011). Na abordagem prática, como forma de promover as habilidades sociais, surgiu o movimento do treinamento dessas habilidades. Denominado como Treinamento de Habilidades Sociais (THS), o termo foi assinalado pela primeira vez por Argyle (1976) para descrever a aplicação dos conhecimentos sobre o modelo das habilidades sociais que eram entendidas como um mecanismo de interação entre as pessoas situadas no campo da comunicação.

Segundo Z. Del Prette e A. Del Prette (1998), o Treinamento de Habilidades Sociais tem como objeto de estudo e de aplicação do conhecimento psicológico o desenvolvimento interpessoal que, por sua vez é compreendido como a capacidade de estabelecer e manter interações sociais produtivas e satisfatórias diante de diferentes situações. Esse campo de atuação e estudo busca identificar, definir e avaliar as habilidades sociais e outros fatores



relacionados à competência social, verificar sua relação com diversos quadros nosológicos e de saúde mental e entender seu desenvolvimento natural e as potencialidades através de programas estruturados.

O treinamento de habilidades sociais é definido como um conjunto de ações planejadas que estruturam processos de aprendizagem e que almeja aumentar a frequência ou potencializar a proficiência de habilidades sociais já aprendidas, porém deficitárias; promover o ensino de novas habilidades; diminuir ou extinguir comportamentos que concorrem com habilidades eficazes para o sucesso da interação interpessoal (A. Del Prette, & Z. Del Prette, 2011; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2010; Murta, 2005).

O THS envolve duas etapas, que não são obrigatoriamente bem delimitadas, que é a avaliação e a intervenção. A avaliação tem como objetivo identificar quais fatores estão impedindo o acontecimento de comportamentos socialmente competentes. Já as intervenções podem se apresentar de duas formas: multicomponentes, que possuem diversos temas de discussão, e unicomponentes que são aquelas focadas unicamente nas habilidades sociais. Já em termos de estrutura, são colocadas ainda mais duas outras etapas que são definir os objetivos de intervenção em termos de habilidades específicas e seus componentes cognitivo-afetivos e comportamentais verbais e não verbais e a avaliação da efetividade do programa (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 1998; 1999; Murta, 2005).

Atualmente, os programas de THS abordam principalmente três enfoques teóricos práticos: o operante – com ênfase na análise do comportamento –, o da aprendizagem social – com ênfase na modelação e teoria social cognitiva – e o eclético – que agrega elementos dos dois enfoques e é o mais utilizado. Outro aspecto é que os programas também abarcam interesses individuais e coletivos das interações sociais. Para tanto, precisam considerar a funcionalidade da competência social que têm duas dimensões: a dimensão instrumental que se refere às consequências imediatas e individuais, que colaboram para a manutenção e

aprendizados de novas habilidades e a dimensão ético moral que é aquela que abarca o coletivo e que gera consequências de médio e longo prazo tendo como principal característica o respeito aos direitos humanos interpessoais (A. Del Prette, & Z. Del Prette, 2011; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2001b).

O THS geralmente possui o enfoque concentrado no aprendizado de um novo repertório de respostas. Nessa perspectiva, seu desenvolvimento se dá a partir de quatro elementos estruturados. O primeiro é o treinamento em habilidades onde são ensinados e praticados comportamentos específicos e integrados ao repertório do sujeito. O segundo elemento é a redução da ansiedade em situações sociais problemáticas que é feita de forma indireta, com a ocorrência de um novo comportamento, ou direta com técnicas de relaxamento e dessensibilização sistemática, a depender do nível da ansiedade. O terceiro é a reestruturação cognitiva, onde se pretende modificar valores, crenças, cognições e atitudes do sujeito, e ocorre também de forma indireta, ou seja, com a aquisição de novos comportamentos. Por fim, o quarto elemento é o treinamento em solução de problemas, onde é ensinado ao sujeito a perceber corretamente os valores dos parâmetros situacionais, a processar esses valores criando respostas potenciais e a selecionar e emitir uma dessas respostas de forma a aumentar a probabilidade de atingir o objetivo que estimulou a comunicação interpessoal. Esse último elemento geralmente aparece de forma implícita nos programas de THS (Caballo, 2011).

Esses são elementos de um THS completo, porém esses também variam em função do objetivo e das necessidades do programa a ser implantado. Para alcançar os objetivos desse estudo, acredita-se que o elemento mais importante do THS proposto é a reestruturação cognitiva de modo que a modificação de atitudes, crenças e cognições podem ter como consequências a redução do preconceito, neste caso específico, do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero.

Nesse sentido, Murta et al (2012) afirmam mais especificamente que existe uma necessidade de testagens dos programas de habilidades sociais como estratégias de promoção de direitos sexuais e reprodutivos visto que o ensino dessas habilidades poderia contribuir para o desenvolvimento de atitudes mais flexíveis para com a diversidade de orientação sexual, identidade e papéis de gênero. Esse tipo de programa poderá servir para proporcionar modos de relações mais respeitosas e tais habilidades podem ter impacto direto na tomada de decisão, solução de problemas e comunicação na adolescência. Ainda sobre intervenções com adolescentes, Z. Del Prette e A. Del Prette (1998) sugerem que esses programas podem focar nas dificuldades de relação interpessoal com o sexo oposto, pressões de grupo, questões relativas à sexualidade, modificações no corpo que afetam as relações sociais, decisões sobre o futuro profissional, dentre outros.

Um campo de estudo que vêm sendo bastante explorado é a aplicação do THS no contexto escolar. Esse cenário vem sendo cada vez mais valorizado pela propagação de práticas pedagógicas que alicerçam a construção do conhecimento nas interações sociais onde um conjunto de habilidades é necessário para que haja uma interação satisfatória (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2005; Rosin-Pinola, 2009).

#### **1.4 Habilidades Sociais no contexto escolar**

As interações sociais que ocorrem ao longo da vida proporcionam ao indivíduo um processo natural de aprendizagem de habilidades e competências sociais. Dessa forma, um fator importante é o contexto em que o indivíduo está inserido. Para crianças e adolescentes, as experiências mais importantes advêm do cotidiano vivenciado na escola e no âmbito familiar. Assim, quando as práticas educativas desenvolvidas nesses cenários são desfavoráveis, podem surgir prejuízos nas habilidades sociais que interferem negativamente

nas relações interpessoais e, conseqüentemente, na qualidade de vida (A. Del Prette & Z. Del Prette, 2011).

A importância do estudo desse contexto social para a presente pesquisa se dá a partir do fato de que, nesse espaço, existem pluralidades que remetem às múltiplas normas, formas de vida, teorias e ideias que caracterizam a realidade sociocultural atual. Esses aspectos acabam por impactar em diversos campos como na formação da identidade do indivíduo, assim como no conteúdo de suas crenças e valores (Hermann, 2014).

Atualmente existe uma crescente preocupação com o desenvolvimento emocional e as habilidades de relacionamentos interpessoais como sendo pautas dos assuntos escolares. Esse fato se justifica principalmente por dois motivos. O primeiro é que recentemente tem havido constantes associações do baixo rendimento escolar aos déficits nas habilidades sociais como desajustamento social, rejeição por colegas, distúrbios de aprendizagem, dentre outros. O segundo motivo é que cada vez mais surgem novas demandas de uma sociedade complexa e exigente no exercício da cidadania do indivíduo o que acarreta em uma necessidade não só de competências técnicas, mas também de habilidades analíticas e interpessoais (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 1998; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2006).

Em vários países o impacto da prática social cotidiana do mundo moderno no desenvolvimento interpessoal vem sendo discutido no que tange à área da escolarização. Isso porque outra questão, além das que se refere às acadêmicas, se reflete em preocupações com habilidades sociais compatíveis com a demanda própria da atualidade e com o ensino de padrões éticos na relação com o outro (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 1998).

De acordo com Z. Del Prette e A. Del Prette (2006), incluir as habilidades como processo de ensino e aprendizagem significa reconhecer a relevância de uma educação comprometida com a formação cidadã e com a preparação para a vida social, o papel da competência social na formação ética e política do aluno e enquanto relacionado ou fator de

aprendizagem acadêmica e desenvolvimento socioemocional dos alunos e, ainda, reconhecer a urgência de elaborar condições que favoreçam a inclusão escolar e social de pessoas com necessidades educativas especiais.

Dessa forma, o desenvolvimento interpessoal do aluno passa a fazer parte da função social da escola e não apenas como forma de diminuir conflitos entre alunos ou instrumento para melhorar a aprendizagem, mas também como meio de preparar o indivíduo para a sociedade. Nesse sentido, a análise de programas de habilidades sociais necessita englobar também uma análise crítica sobre a função social da escola na construção da subjetividade e dos valores humanos (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 1998).

A escola é legitimamente reconhecida como um espaço relevante para o desenvolvimento interpessoal das crianças e jovens, onde ocorrem duas demandas evidentes que é o estabelecimento de relações interpessoais satisfatórias e o alcance das expectativas acadêmicas. Nessa direção, a atuação dos pais e dos professores é fundamental para dar condições aos alunos de promoção de habilidades para que possam exercer um papel ativo nas relações sociais que esses indivíduos irão estabelecer. A escola é formada por redes sociais de participação que formam um cenário complexo de convivência. Diversas relações se organizam e se mantêm em funcionamento nesse ambiente como as relações entre adultos, entre os alunos e os adultos e somente entre alunos. Nessa conjuntura, os educadores precisam fazer a gestão de convivência e ainda proporcionar aos alunos aprendizados que os levem à competência social (Maia, & Lobo, 2013; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2005).

Outro aspecto observado em estudos internacionais, no que se refere ao papel da escola na promoção de habilidades sociais e emocionais, é o tipo de ensino que é fornecido por esta instituição. Pesquisas apontam que escolas que promovam a aprendizagem cooperativa acabam, por consequência, proporcionando uma maior interação social entre os seus alunos e ainda, tal relação acaba obtendo uma maior qualidade. Nesses casos, os

estudantes demonstram ter melhores habilidades sociais e comportamentos sociais mais adequados em detrimento dos inadequados, como por exemplo, assertividade no lugar da impulsividade (Lavasanian, L. Afzalia, Borhanzadeh, F. Afzalia, & Davoodia, 2011).

A aprendizagem cooperativa possui seis características, segundo Foley (2000), que são: a participação ativa e voluntária dos estudantes nas atividades, participação ativa de todos os membros do grupo nas tomadas de decisão, ter pelo menos um objetivo em comum, responsabilizar-se pelas decisões tomadas por todos os membros do grupo, utilizar meios para atingir os objetivos em comum e tomar decisões proporcionais aos objetivos comuns do grupo.

Devido a importância da promoção de habilidades sociais no cenário das instituições escolares, diversos estudos têm sido feitos com o intuito de conhecer mais profundamente os benefícios que programas específicos de treinamento de habilidades sociais podem trazer para crianças, adolescentes e até mesmo para pais e professores. Nessa direção, cabe descrever alguns desses estudos e apontar seus principais resultados.

### **1.5 Estudos científicos sobre o uso do Treinamento de Habilidades Sociais em escolas**

Diversas pesquisas já realizadas mostram a eficiência do Treinamento de Habilidades Sociais principalmente no que diz respeito aos programas realizados no contexto escolar. A seguir, serão descritos alguns deles.

O estudo de Cacheiro e Martins (2012) aborda um programa de treinamento voltado para a inclusão de alunos com necessidades especiais. Esses autores elaboraram um programa de competências socioemocionais para crianças da 4ª série do ensino básico. O grupo era composto por 20 crianças, entre 8 e 12 anos, das quais duas eram alunos com necessidades educacionais especiais. Assim, além do objetivo de promover habilidades

socioemocionais, o programa foi pautado na inclusão social desses alunos. Como resultado, foi verificado que o programa melhorou o clima social da turma e a promoção das competências sociais e emocionais se mostrou uma estratégia eficaz na inclusão de crianças com necessidades educativas especiais.

Sobre a habilidade específica de solução de problemas interpessoais e convivência na escola, Maia e Lobo (2013) realizaram um estudo com 26 alunos, com idades entre 9 e 10 anos, do 4º ano do ensino fundamental em Porto Alegre. Através de técnicas de dramatização e de pedir às próprias crianças soluções para conflitos comuns em suas rotinas, foi possível, ao final da intervenção, verificar uma boa evolução na gestão e solução dos conflitos diários presentes nessa escola.

As competências socioemocionais foram relacionadas ao *bullying* e a violência em um estudo de Polan, Sieving e McMorris (2010). Os pesquisadores analisaram as habilidades socioemocionais, a saber, habilidades intrapessoais, habilidades de gerenciamento de estresse e habilidades interpessoais, de 171 adolescentes, da sexta a sétima série, com o envolvimento em situações de violência, agressão física e agressão relacional. Os resultados mostraram que os adolescentes com maiores habilidades interpessoais e de gerenciamento do estresse são aqueles menos envolvidos em situações de violência. Maiores habilidades de gerenciamento de estresse também foram associadas a níveis mais baixos de agressão física e relacional. Dessa maneira o estudo indica que o desenvolvimento de competências sociais e emocionais podem ser úteis na diminuição do risco de envolvimento com *bullying* e violência.

Também relacionando as habilidades sociais com o *bullying*, Pecuela e Bocos (2013), realizaram uma pesquisa com sujeitos de 10 a 18 anos, estudantes da Estônia. A partir de uma amostra de 288 sujeitos (divididos igualmente entre homens e mulheres), os pesquisadores selecionaram indivíduos a partir do Inventário de Nomeação de Pares (*Peer*

*Nomination Inventory*), que permite a identificação de comportamentos compatíveis tanto com o comportamento agressivo, quanto com a vitimização. Assim, 52 pessoas que mais pontuaram nesses dois escores – vítimas e agressores - foram selecionadas para o programa de intervenção. Esses sujeitos foram então divididos em 10 grupos de aproximadamente 10 pessoas cada um. O programa teve a duração de cinco semanas, e contou com a realização de um pré-teste e a testagem final. Os autores realizaram o programa de intervenção baseado em técnicas de aprendizagem social e cognitivas comportamentais. A intervenção contou com sessões estruturadas em atividades baseadas em construir habilidades sociais e relações positivas com os pares. O objetivo geral da intervenção foi construir competências sociais comportamentais e cognitivas básicas, reforçar atitudes e comportamentos pró-sociais. Como resultados, a mensuração realizada no pré-teste e na testagem final mostraram melhorias entre os participantes do treinamento em grupo com relação a frequência de problemas entre agressores e vítimas, já que tal comportamento diminuiu a sua incidência em 50%.

Outro programa que se mostrou eficaz é descrito por Murta et al. (2012) que realizaram um programa de promoção de habilidades interpessoais e direitos sexuais e reprodutivos para adolescentes. Participaram do treinamento 93 jovens de uma escola pública, com sessões organizadas em três módulos: identidade e resiliência, habilidades sociais e manejo das emoções, sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos. Os resultados mostram que esse tipo de programa necessita de um embasamento na própria cultura adolescente, pois para os autores programas de treinamento de habilidades sociais e de vida voltados para adolescentes têm uma melhor aceitação quando são utilizados recursos interativos, lúdicos e que abarquem sua própria cultura. Além disso, a adesão dos adolescentes ao programa demonstrou que o tema “direitos sexuais e reprodutivos”, com discussões que fogem à regra da heteronormatividade e inclui debates sobre orientação



homossexual, por exemplo, foi percebido como bastante relevante para os adolescentes ao contrário do que acontece em aulas voltadas para os aspectos biológicos da sexualidade, pois este é um assunto que os jovens têm poucas oportunidades de discussão como afirmado em outros estudos como o de Lionço e Diniz (2009).

Por fim, nos reportando à questão apontada no início desse capítulo, é possível concluir que o treinamento em habilidades sociais para os adolescentes é benéfico não só para aspectos como dificuldades de aprendizagem, ou dificuldades na emissão de determinados tipos de comportamentos, mas também na sua competência social no que diz respeito à sua existência enquanto sujeito que vive em sociedade, na direção de indivíduo que necessita se relacionar com outras pessoas e com outros grupos, ou seja, com seres com costumes, valores e culturas diferentes da sua. Dessa forma, faz-se aqui a relação com a diminuição do preconceito na interação social. Especificamente, com a interação com pessoas de orientação sexual que diferem da heteronormatividade.

Como foi possível observar, no último estudo descrito (Murta et al., 2012), oportunizar o debate sobre as diversas expressões da sexualidade é considerado pelo próprio adolescente um fato muito importante na sua formação. É possível, inclusive, fazer o seguinte questionamento: quando os adolescentes expressam preconceito e se comportam de forma discriminatória, estão apenas reproduzindo o que aprendem na sua sociedade por não saberem lidar com o diferente e, portanto, não possuem habilidades para isso?

A partir desse questionamento é que o programa de treinamento em habilidades sociais voltado para a questão da diversidade sexual na adolescência emerge como uma demanda atual. Dentre várias habilidades possíveis de serem trabalhadas nesse tipo de intervenção, podemos enfatizar a afetividade e a empatia como constructos importantes na redução do preconceito, já que, como afirmam Dovidio, Esses, Beach e Geartner (2002), tais habilidades, exercem uma influência relevante nas atitudes e comportamentos das relações

interpessoais e, portanto, se constituem como ferramentas eficientes enquanto agente modificador das atitudes discriminatórias. Assim, os autores afirmam ainda, que intervenções que tenham como objetivo a redução do preconceito são efetivas quando despertam determinadas emoções nas pessoas, pois aumenta a sensação de proximidade com pessoas diferentes, que normalmente são alvos de estereotipia. Intervenções dessa natureza podem causar um efeito de inibição da ativação dos estereótipos e, conseqüentemente, de aumento de atitudes mais positivas em relação ao outro através da indução de motivações pró sociais em relação a outras pessoas.

Assim, o próximo capítulo abordará de forma mais pontual a questão do preconceito contra a diversidade sexual a partir do universo do adolescente e, fazendo novamente a relação com o contexto escolar, já que esse é um dos principais espaços de socialização do jovem na sociedade contemporânea.

## **CAPÍTULO II**

### **ADOLESCÊNCIA E PRECONCEITO CONTRA A DIVERSIDADE SEXUAL**

---

A adolescência, ao longo da história, foi estudada por pesquisadores a partir de uma perspectiva de fase de desenvolvimento do indivíduo marcado pela característica de rebeldia, estresse e problemas. No entanto, na atualidade, a psicologia social aborda essa fase da vida enquanto processo, sem fronteiras delimitadas, a partir da visão de que cada indivíduo é singular, possui sua própria cultura e uma vida social bastante complexa (Berni, & Roso, 2014).

Além desses aspectos do estudo da fase de vida da adolescência outra característica se destaca nessa etapa, a descoberta da sexualidade. Enquanto fase de transição, de abandono da infância, a adolescência se configura também como momento de descobertas desse aspecto do desenvolvimento, pois, segundo (Corona, & Funes, 2015), a maioria dos indivíduos inicia a sua vida sexual na adolescência e, para estes, a sexualidade é uma faceta da identidade do desenvolvimento sexual.

Nessa direção, a sexualidade pode ser expressa de diversas formas, com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. Ou seja, há uma diversidade sexual com a qual os jovens adolescentes passam a conviver no seu cotidiano. Assim, a convivência com diferentes expressões de comportamentos e atitudes sexuais podem acarretar outros comportamentos, como o preconceito contra gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Tratado por diversos pesquisadores através do termo homofobia, esse tipo específico de preconceito diz respeito a hostilidade em relação aos homossexuais, homens ou mulheres, que compreende na visão do outro como ser inferior, anormal e ainda fora do universo humano (Borrillo, 2001). Tal termo foi inicialmente utilizado para definir os sentimentos negativos como aversão, desprezo, ódio, desconforto e medo, em relação aos homossexuais

(Weinberg, 1972). Porém, para Junqueira (2012), o emprego desse termo precisa ser utilizado de forma cuidadosa, pois quando a relação deste é feita com a homossexualidade, pode transmitir a sensação de não incluir nas vítimas da homofobia os transgêneros, transexuais e travestis.

Dessa forma, em concordância com a proposta de Junqueira (2012), o termo utilizado nessa pesquisa para o fenômeno estudado é o do preconceito contra a diversidade sexual, conforme proposto por Costa, Bandeira e Nardi (2015). Essa nomenclatura foi escolhida por abarcar um conceito mais amplo, com aspectos mais contextualizados à expressão do preconceito no Brasil, que são: (1) o ódio, aversão, medo irracional e repulsa agressiva não só pertinente aos homossexuais, mas também aos bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (Louro, 2004), ou seja, aos indivíduos não heterossexuais; (2) ter como alvo também qualquer indivíduo que apresente uma expressão de gênero contrária à heteronormatividade, ou seja, em discordância com seu sexo biológico (Costa et al., 2015; Herek, 2000). Nesse sentido, o preconceito contra a diversidade sexual, é caracterizado por atitudes negativas contra grupos ou indivíduos de diferentes identidades sexuais e de gênero distintas das normas heterossexuais (Costa et al., Souza, 2015; Herek, 2000)

Para Junqueira (2012), o preconceito contra a diversidade sexual é um problema social e, portanto, tem havido um aumento da disposição e da sensibilidade para tratar desse fenômeno a partir de uma visão mais crítica com relação à sua reprodução e ao seu modo de enfrentamento. Nessa direção, podemos pensar na instituição escolar como possuidora de um importante papel na evolução desse fenômeno, já que este se caracteriza como espaço de socialização secundário do indivíduo em desenvolvimento – sendo a família a primeira instância. Ou seja, a escola é um valioso espaço onde o indivíduo adquire crenças, valores e modos culturais de comportamentos (França, 2013), através dos pares (crianças da mesma idade), de adultos que não pertençam seu ambiente familiar e diversos outros objetos de

conhecimento, o que possibilita a aquisição de outros modos de leitura do mundo (Cavalleiro, 2005).

Diante da relevância da contextualização dessa temática, o presente capítulo abordará os constructos adolescência e preconceito contra a diversidade sexual, trazendo também uma discussão sobre a manifestação desse tipo de preconceito no contexto escolar. Essa necessidade, como explicitada anteriormente, emerge a partir da importância que esse cenário tem na vida do jovem em processo de formação de identidade, crenças e valores. Assim, a pergunta que norteia esse capítulo é “de que forma o preconceito contra a diversidade sexual se manifesta entre os adolescentes e qual a influência da escola nesse fenômeno?”. Para tanto, as sessões desse capítulo englobam a sexualidade do adolescente e a diversidade sexual e preconceito na escola, seguido por uma revisão sistemática da literatura sobre artigos que tenham como objeto de estudo o preconceito contra a diversidade sexual na adolescência.

## **2.1 Adolescência, diversidade sexual e preconceito na escola**

A adolescência é uma etapa fundamental da vida para o desenvolvimento e aprendizado de novas crenças, comportamentos e atitudes. Nessa fase, transformações não somente físicas, mas também emocionais e sociais, podem gerar mudanças na maneira como esse indivíduo se relaciona com a família, amigos e companheiros e, principalmente, na forma como ele mesmo se percebe como ser humano (Cerqueira-Santos, Melo Neto & Koller, 2014).

O adolescer, segundo Santos e Dinis (2013), é uma afirmação simbólica, uma construção histórica e social, circunscrita por complexidades e enfrentamentos. Dessa forma, o cotidiano do adolescente está permeado por questões de gênero e sexualidade (Correr, &

Souza, 2015). Esta última, a sexualidade, compreende a preparação para o engajamento e o envolvimento na atividade sexual (The Random House Dictionary of the English Language, 1987). No que tange à fase de vida da adolescência, a sexualidade, também engloba os aspectos biológicos e culturais nos quais os indivíduos estão inseridos, elementos esses que interagem na direção de produzir e moldar os desejos sexuais dos jovens (Tolman, & Diamond, 2001). Assim, Wood (2012), aponta que os determinantes sociais das atitudes dos adolescentes em relação à sua sexualidade são, sobretudo, éticos morais e práticos e, dessa forma, a educação está na dianteira da reflexão desses determinantes.

A sexualidade para os adolescentes está, ainda, associada com a afetividade e também com as relações sociais nas suas mais diversas formas. Consequente a isso, a sexualidade também possibilita a estruturação da identidade dos adolescentes, porém é preciso que esta seja vivenciada sem traumas, respeitando os valores éticos das relações sociais, especialmente no respeito a diferença do outro (Barbero, 2003; Oliveira, & Morgado, 2006).

E é justamente no âmbito das diferenças das diversas expressões da sexualidade do ser humano que emerge também a questão do preconceito. As diferenças alusivas às expressões da sexualidade, são relacionadas com as diversas formas de orientação sexual e dão origem à atitudes e comportamentos preconceituosos e discriminatórios.

As consequências de vivenciar o preconceito são diversas e podem acontecer em diversos contextos, incluindo o familiar e escolar. Em ambos, mensagens negativas contra pessoas não heterossexuais podem causar um impacto significativo sendo consideradas como fatores estressantes para os adolescentes. Além disso, outro aspecto peculiar, é que essa situação poder agravada ainda mais pelo pertencimento a um grupo racial ou étnico e suas expectativas culturais (Goldbach, & Gibbs, 2015). Estudantes gays, lésbicas e bissexuais latinos e afroamericanos, por exemplo, se auto identificaram na pesquisa de

Goldbach e Gibbs (2015) como sendo membros excluídos do seu próprio grupo racial/étnico por pertencerem também ao grupo de minoria sexual. Esses jovens afirmaram já ter sofrido diversas reações negativas por conta da sua sexualidade – violência, agressões verbais, declarações depreciativas, rejeição – por familiares e outros membros semelhantes a eles em suas comunidades e escolas. Já os jovens gays, lésbicas e bissexuais caucasianos não associaram o preconceito vivenciado ao seu grupo étnico/racial.

Com relação a socialização dos jovens e a vivência da sexualidade, a escola é um espaço estratégico, pois possibilita a discussão e o desenvolvimento de ferramentas para promover a convivência entre pessoas de todas as orientações sexuais, convivência esta que pode gerar consequências para toda a vida. Porém, segundo Oliveira e Morgado (2006), o que existe no espaço escolar são relações de entraves relacionadas à homossexualidade, pois os professores e demais profissionais enfrentam dificuldades quando surgem comportamentos discriminatórios para com os alunos, o que pode causar sequelas nos jovens para o resto da vida.

Nessa direção, a escola pode se tornar o principal cenário de situações de violência e exclusão durante a infância e a adolescência com questões que se entrelaçam com as normas sociais da heteronormatividade e do sexismo. Nesse cenário, são questionáveis as condições dos jovens de se constituírem positivamente enquanto sujeitos e agentes da sua sexualidade e identidade (Borges, & Meyer, 2008).

Ensinar e aprender demandam uma grande interação entre professores e alunos, relação esta que se torna mais rica quando os profissionais conhecem os alunos, suas histórias de vida, suas lógicas de aprendizagem e como estes se colocam frente aos valores instituídos pela escola. Esse conhecimento pode ajudar não só na vida do aluno, mas no próprio processo de aprendizagem e apropriação de saberes (Oliveira, & Morgado, 2006).

No entanto, existe uma insistência, por parte da escola, em agir como uma instituição integradora, homogeneizadora. Seguindo esse pensamento, a pluralidade da sociedade moderna acaba por não se submeter à padronização de instituições como a escola. O empenho em manter essa norma se dá pela busca de um mundo ideal, porém na realidade do cotidiano a pluralidade se mostra, o que gera uma contradição, pois há uma tentativa de harmonizar todas as crenças e valores e isso acaba por gerar uma espécie de bloqueio à sensibilidade ao estranho, à diferença, minimizando assim as possibilidades de abertura da mente. Esse cenário é explicitado, quando nas escolas, por exemplo, é sentida a dificuldade de trabalhar a cultura de grupos minoritários (Hermann, 2014).

Na prática, os educadores têm muitas dificuldades para tratar de assuntos polêmicos na escola e que são cada vez mais comuns no cotidiano dos estudantes. Por falta de preparo em lidar com tais assuntos, a maioria dos professores se omite e evita tocar em determinadas questões em sala de aula, assim, o espaço da escola que deveria oferecer conforto e conhecimento acerca da vida, se torna um ambiente hostil e que passa a ser evitado. Até mesmo a linguagem utilizada dentro da escola pode se tornar discurso subjetivo do indivíduo, pois esta está implicada na constituição dos sujeitos. Dessa maneira algumas falas adquirem bastante poder ao serem ditas e podem acabar por produzir vulnerabilidades (Borges, & Meyer, 2008; Oliveira, & Morgado, 2006).

Nos últimos anos a escola tem avançado em alguns temas como gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS, porém com relação às diversas formas de expressão da sexualidade é evidente que os professores não estão preparados para lidar com o assunto e que ainda a tratam a partir da visão heteronormativa da sociedade, pois a escola acaba por reproduzir o discurso sexista e heterossexual e, de certa forma, torna-se negligente na formação dos seus alunos ao tratar das questões de gênero somente sob o ponto de vista dos direitos sexuais e reprodutivos ao tempo que deixa de lado



a discussão sobre a diversidade sexual (Murta et al., 2012; Oliveira, & Morgado, 2006; Borges, & Meyer, 2008; Lionço, & Diniz, 2009).

Porém, um paradoxo observado é que a escola é vista também como espaço de formação cidadã, um ambiente facilitador na contribuição à luta contra todas as formas de preconceito e discriminação. Ou seja, apesar das questões desfavoráveis quanto à negação do preconceito existente em suas diversas formas, a escola também é vista como um ambiente de vastos aspectos positivos, de alianças e superações, onde são feitas experiências, testes e ensaios para a vida. Nesta instituição há um grande potencial para refletir sobre os valores e crenças da sociedade e seus mecanismos de exclusão social, pois é um espaço privilegiado de transformação, de construção de uma sociedade mais democrática e igualitária já que seu potencial crítico, educativo e questionador pode ser o caminho para mudanças na sociedade em longo prazo (Borges, & Meyer, 2008).

Com relação ao tema específico aqui abordado, acredita-se que a escola seja uma instituição estratégica para desenvolver políticas sociais e ações educativas de inclusão da diversidade sexual, pois é neste ambiente que os jovens passam por inúmeras formas de discriminação e rotulação (Borges, & Meyer, 2008; Henriques, Brandt, Junqueira, & Chamusca, 2007).

De acordo com Lima (2013), somente através de uma luta intensa para modificar comportamentos de preconceito e discriminação é que haverá mudanças na sociedade. Para este autor:

A classificação social que diferencia e possibilita a discriminação e preconceito sobre mulheres, negros, nordestinos, indígenas, homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais vem de um processo de socialização que determina quais padrões devemos seguir com base em um princípio de verdade que estabelecem

conceitos e estereótipos que controlam e ditam a forma de comportamento das pessoas. (p. 11).

Como retrato dessa situação, é possível citar uma pesquisa realizada em 2011 realizada em onze capitais brasileiras, que procurou conhecer a percepção sobre a situação do preconceito contra a diversidade sexual de autoridades, professores e alunos do ensino fundamental da rede pública. Como resultado, dentre outros aspectos, foi constatada a existência do preconceito contra a diversidade sexual nas escolas, entretanto, dentro dessas instituições, os alunos da população LGBT são invisíveis, o que, por sua vez, mascara esse tipo específico de preconceito que é naturalizado e/ou minimizado para que esta não seja uma questão conflituosa com os costumes tradicionais da sociedade. Outro fato interessante descrito pelos pesquisadores foi que, na reunião de devolutiva, os participantes afirmaram que a pesquisa serviu para sistematizar fatos que eles já sabiam que aconteciam. Porém, foram tomados de surpresa com a intensidade do sofrimento que estudantes LGBT vêm vivenciando e que a escola não está sabendo como lidar (Chinaglia, & Díaz, 2011).

Já a pesquisa de Murta et al. (2012) corrobora a proposta de Borges e Meyer (2008) de enxergar a escola como um ambiente propício a ações de combate ao preconceito. Nesta, foi realizada uma intervenção com adolescentes onde foi possível verificar que, quando as temáticas: direitos sexuais e reprodutivos, resiliência e habilidades sociais assertivas são trabalhadas na escola, esse tipo de intervenção proporciona uma construção de fatores de proteção para a saúde sexual e reprodutiva para os adolescentes e favorece o autocuidado e o cuidado com o aluno. Além disso, na avaliação do programa realizada pelos pesquisadores, uma das categorias assinaladas mais frequentemente quando perguntado sobre “em que o programa mudou o seu modo de pensar ou agir?” foi com relação ao respeito à diversidade sexual. Em seus resultados, os autores afirmam que o programa indicou uma redução de crenças discriminatórias para com a homossexualidade (Murta et al., 2012).

Desta maneira, as pesquisas citadas confirmam a concepção de González-Jiménez e Fischer (2017) de que o trabalho sobre a sexualidade no ambiente escolar deve servir também para lidar com o problema crescente do preconceito contra a diversidade sexual, incluindo nesse espectro o *bullying* contra pessoas de diferentes orientações sexuais, identidades de gênero ou mesmo fora do padrão heterossexual.

A partir dessa contextualização, fica clara a importância do papel da escola e dos professores enquanto atores que impactam na (re)produção do preconceito entre os adolescentes. Para uma melhor compreensão desse fenômeno, existe a necessidade de analisar o preconceito contra a diversidade sexual a partir da perspectiva de indivíduos na fase da adolescência. Diante dessa demanda, a próxima sessão deste capítulo trará os resultados de uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional publicada nos últimos cinco anos relativa à adolescência e ao preconceito contra a diversidade sexual e de gênero.

## **2.2 Preconceito contra a diversidade sexual e adolescência: revisão sistemática da literatura**

O termo “preconceito contra a diversidade sexual” corresponde ao preconceito contra a orientação sexual e a identidade de gênero dos indivíduos, se manifestando a partir da desqualificação das sexualidades, comportamentos e identidades não heterossexuais (Costa et al., 2015; Herek 2004, 2007). Tais manifestações incluem nos seus repertórios de atitudes e comportamentos a violência e a discriminação contra os indivíduos que destoam da norma heterossexual, incluindo também a qualificação do outro como contrário, inferior ou anormal, excluindo assim o indivíduo da sua humanidade, dignidade e até mesmo da sua personalidade. Esse tipo de violência, que abrange muito mais do que aquelas descritas no

código penal brasileiro, é tratado por diversos autores e também pelo governo, em suas políticas sociais, através do termo violência homofóbica (Brasil, 2016).

O relatório sobre a violência homofóbica no Brasil do ano de 2013 – o mais recente atualmente, composto por dados oficiais do governo brasileiro e baseado nas denúncias feitas através do Disque Direitos Humanos (Disque 100) - analisou 1695 denúncias de 3398 violações relacionadas à população LGBT. Nesse relatório consta que a grande maioria das vítimas desse tipo de preconceito (54.9%) é da população jovem, entre 15 e 30 anos, sendo que os mais atingidos são aqueles 18 e 24 anos de idade (33%). Também se inclui nessa faixa etária a maioria dos suspeitos de praticarem a violência denunciada (19.6%). Além disso, 31.1% dos denunciantes da violência conheciam o suspeito, ou seja, esse tipo de comportamento parte de pessoas do próprio convívio das vítimas como, segundo o próprio relatório, irmã, pai, mãe, tia, cunhado, amigo e até empregadores da vítima (Brasil, 2016).

Esses dados mostram que a maior parte dos que sofrem com o preconceito contra a diversidade sexual, assim como de quem a pratica, está entre a população jovem. Aspecto que pode ser ainda mais agravado se for considerado, como referido no próprio relatório, as subnotificações dos dados relacionados a esse tipo de violência, já que muitas vezes há uma naturalização da violência ou a autoculpabilização dos sujeitos, ou seja, as próprias vítimas tendem a culpar e julgar a si mesmas. Dessa forma, é sabido que os números reais de violência sofrida pela população LGBT é muito maior do que os que constam nos dados oficiais do poder público (Brasil, 2016).

O preconceito contra a diversidade sexual leva à emissão de comportamentos que abrangem desde a violência física, incluindo também assassinatos, até a violência simbólica, onde se admite, por exemplo, que não gostaria de ter um aluno ou um colega homossexual. Na sociedade brasileira existe ainda uma particularidade relevante que é a cultura de gênero do país. Segundo Borges e Meyer (2008), esse é mais um aspecto de vulnerabilidade para o

preconceito contra a diversidade sexual, pois existe uma hierarquia de valores que produz reações mais ou menos violentas de acordo com o comportamento de gênero que é socialmente esperado.

Partindo dessa concepção, os casais homossexuais são mais aceitos se os parceiros se comportarem de acordo com as expectativas de gênero do seu sexo e sem manifestações de afeto em público (Borges, & Meyer, 2008). Para Junqueira (2009a), essa relação entre o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero e normas de gênero se expressa em concepções, crenças, valores, atitudes, mecanismos discriminatórios e hierarquias opressivas e evidencia que esse tipo de preconceito pode atingir qualquer indivíduo que não se encaixe nas representações impostas ao gênero masculino e feminino.

A dificuldade em lidar com a hostilidade contra a diversidade de identidades sexuais e de gênero vem impactando na socialização e na saúde mental dos adolescentes e trazendo à tona muitas dificuldades para lidar com questões que acabam por se revelar em situações de evasão, reprovação e fracasso escolar, sintomas depressivos, ideações suicidas e consumo nocivo de álcool (Lima, 2012; Ortiz-Hernandez, & Valencia-Valero, 2015; Rosin-Pinola, 2009). Aspecto esse que afeta não só os adolescentes gays, lésbicas, bissexuais e transexuais que são vítimas desse tipo de violência, mas acomete também aqueles jovens que são percebidos como destoantes às normas de gênero e estereótipos existentes na sociedade em que estão inseridos, mesmo que não se identifiquem como pertencentes ao grupo LGBT (Unesco, 2012).

A adolescência é uma etapa fundamental da vida para o desenvolvimento e aprendizado de novas crenças, comportamentos e atitudes. Nessa fase, transformações não somente físicas, mas também emocionais e sociais, podem gerar mudanças na maneira como esse indivíduo se relaciona com a família, amigos e companheiros e, principalmente, na forma como ele mesmo se percebe como ser humano (Cerqueira-Santos et al., 2014).

Os estudos sobre o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero na adolescência têm associado esse fenômeno a diversos fatores como: *bullying* homofóbico (Souza, 2013); dificuldades e problemas vinculados à sexualidade e homofobia vivenciadas por professores (Borges, & Meyer, 2008); desafios da escola em se trabalhar com a diversidade (Lima, 2012); percepção de autoridades, professores e alunos, sobre a homofobia no contexto escolar (Chinaglia, & Díaz, 2011); problemas em saúde mental causados pela vitimização da homofobia (Ortiz-Hernandez, & Valencia-Valero, 2015); risco de suicídio que pessoas com distintas orientações sexuais sofrem (Roa, 2013).

Apesar das pesquisas citadas, poucos pesquisadores abordam o preconceito contra a diversidade sexual propriamente dito, relacionado com jovens e adolescentes. É possível observar que a maioria das pesquisas citam o preconceito contra a diversidade sexual como sendo a principal causadora de distúrbios de saúde mental e problemas de bem-estar em adolescentes (Chinaglia, & Díaz, 2011; Ortiz-Hernandez, & Valencia-Valero, 2015; Roa, 2013; Souza, 2013), no entanto, poucas estudam esse fenômeno claramente como seu objeto de estudo.

Dada a importância que a fase da adolescência tem para o desenvolvimento social e cognitivo do ser humano e os impactos que a vitimização pelo preconceito contra a diversidade sexual pode causar nesse jovem, surge a demanda de conhecer melhor esse fenômeno nessa fase específica da vida, não somente pelo viés da vitimização, mas também no sentido de saber se os jovens da atualidade têm tido atitudes discriminatórias e preconceituosas com pessoas que fogem à norma da heterossexualidade. Além disso, tal conhecimento contribui para a pesquisa na área no sentido de identificar lacunas nos estudos atuais, para que assim, novas pesquisas sejam realizadas e também, para que formas de intervenção de combate a esse tipo de preconceito sejam traçadas, considerando que este é um fenômeno permeado por tantas peculiaridades históricas, sociais, religiosas e culturais,

ou seja, que requer estudos, estratégias e intervenções específicas voltadas à sua redução no âmbito social.

Para tanto, o presente estudo se propõe a realizar uma revisão sistemática de artigos científicos que abordem a questão do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero entre adolescentes publicados entre os anos de 2012 a 2016, a partir da análise dos dados metodológicos e dos conteúdos das publicações.

### **2.2.1 Método**

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica através de levantamento eletrônico em três bases de dados científicos: *PePSIC* – Periódicos Eletrônicos em Psicologia, *SciELO* - Scientific Electronic Library Online e *Science Direct*. A consulta foi realizada no mês de maio de 2016 a partir dos descritores ‘homofobia’ (‘homophobia’) e ‘adolescentes’ (‘adolescents’) e preconceito sexual (‘sexual prejudice’) e ‘adolescentes’ (‘adolescentes’). Apesar da presente pesquisa utilizar o termo “preconceito contra a diversidade sexual e de gênero”, na pesquisa realizada nas plataformas foi utilizado o termo “homofobia”, pois esse ainda é a expressão mais comum utilizada pelos pesquisadores em estudos anteriores.

Nessa primeira etapa, foi incluído também o refinamento da pesquisa nos bancos de dados alusivo ao ano de publicação. Para esse estudo, foram selecionados artigos publicados entre os anos de 2012 a maio 2016, época em que a referida pesquisa foi realizada. Esse recorte temporal de publicações dos artigos foi definido com o objetivo de realizar o levantamento de dados recentes.

Após a obtenção dos resultados do levantamento de todos os artigos encontrados nas três bases de dados, foram excluídos os artigos repetidos e, em seguida, foi feita uma seleção a partir do título da publicação e dos seus respectivos resumos na busca de estudos que se

enquadrassem nos critérios de inclusão estabelecidos, que foram: artigos que descrevessem pesquisas empíricas, de qualquer nacionalidade, escritos em língua inglesa, espanhola ou portuguesa, que tivessem o objetivo voltado para o estudo da homofobia e ter como amostra adolescentes e adultos jovens.

Com relação à amostra de adultos jovens, essa foi incluída pois, após observar os artigos internacionais selecionados, foi verificado que grande parte deles não faz distinção entre as fases de vida adolescência e idade adulta. Dessa forma, se tais artigos fossem excluídos, seria muito difícil manter um número razoável de documentos para esta pesquisa.

A pesquisa no banco de dados *SciELO* resultou na identificação de 10 artigos. Destes, cinco foram eliminados, um por ser repetido e quatro por não se encontrarem dentro dos critérios de inclusão. Na plataforma *PePSIC* foram encontrados apenas dois artigos dos quais, após a análise dos critérios de inclusão, restou apenas um. Já na base de dados *Science Direct*, foram gerados cento e trinta e nove resultados dos quais cento e cinco foram descartados por não se encaixarem nos critérios estabelecidos, dez por serem resumos de congressos, dez por fornecerem apenas o resumo da pesquisa, dois por corresponderem à editoriais de revistas e cinco por se tratar de revisões de literatura.

Dessa forma, após essa etapa de filtragem dos artigos encontrados, foram selecionados para essa pesquisa treze artigos que atendiam aos critérios de inclusão. Desses, cinco foram da plataforma *SciELO*, um da *PePSIC* e sete da *Science Direct*. O conteúdo dessas publicações tornou-se o *corpus* da presente pesquisa e seus dados estão dispostos de forma objetiva na Tabela 1



Tabela 1 – Dados do *corpus* extraído dos artigos empíricos publicados nas bases de dados *SciELO*, *PePSIC* e *Science Direct* sobre adolescência e homofobia entre os anos de 2012 a 2016.

<b>Autores</b>	<b>Revista</b>	<b>Método</b>	<b>Amostra</b>	<b>Tema</b>
Natarelli, Braga, Oliveira e Silva (2015)	Escola Anna Nery –  Revista de enfermagem	Qualitativa – entrevistas semiestruturada	9 participantes de 10 a 19 anos.	Homofobia e impactos na saúde
Souza, Silva e Faro (2015)	Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional	Quantitativa – Escala de Homofobia Manifesta e Sutil.	808 participantes de 12 a 18 anos.	Homofobia e bullying escolar
Teixeira, Marretto, Mendes e Santos (2012)	Psicologia, Ciência e Profissão	Quantitativa – questionário	2282 participantes com idade média de 17 anos.	Homofobia, Trajetória afetiva sexual, processo de saída do armário e práticas sexuais de risco
Taquette e Rodrigues (2015)	Interface: Comunicação, Saúde e Educação	Qualitativa – entrevistas semiestruturada	14 participantes de 15 a 19 anos.	Homofobia e o significado das práticas afetivas
Castro, M. L. Fernández, V. C. Fernández e Medina (2013)	Anales de Psicología	Quantitativa – Escala de Homofobia Moderna	800 participantes de 14 a 18 anos.	Avaliação dos níveis de homofobia dos adolescentes
Albuquerque e Williams (2015)	Temas em Psicologia	Quantitativa - escala sobre Experiências Escolares Traumáticas em Estudantes	21 participantes com idade média de 21,3 anos.	Homofobia e experiências traumáticas escolares

<b>Autores</b>	<b>Revista</b>	<b>Método</b>	<b>Amostra</b>	<b>Tema</b>
Feng, Lou, Gao, Tu, Cheng, Emerson e Zabin (2012)	Journal of Adolescent Health	Quantitativo - questionário	17.016 participantes de 15 a 24 anos.	Homofobia internalizada e saúde sexual e reprodutiva
Cénat, Blais, Hébert, Lavoie e Guerrier (2015)	Journal of Affective Disorders	Quantitativo - questionário	8194 participantes de 14 a 20 anos.	Homofobia, Bullying, Autoestima, sofrimento psíquico e ideias suicidas.
Nguyen e Blum (2014)	Journal of Adolescent Health	Quantitativo - Dados do Inquérito de Avaliação da Juventude Vietnamita II	Participantes de 15 a 24 anos.	Homofobia, conservadorismo sexual, autoestima e autopercepção
Konishi, Saewyc, Homma e Poon (2013)	Preventive Medicine	Quantitativo - British Columbia Adolescent Health Survey (BCAHS)	29.315 participantes	Homofobia e uso de drogas
Seelman, Forge, Walls e Bridges (2015)	Children and Youth Services Review	Quantitativo - questionário	152 participantes de 13 a 19	Homofobia e experiências escolares, uso de substâncias, suicídio, autoinjúria e uso de serviços de organizações LGBT
Rodrigues, Grave, Oliveira e Nogueira (2016)	Revista Latinoamericana de Psicología	Quantitativa -questionários	171 participantes com idade média de 23,7 anos.	Padrões de bullying homofóbico
Rampullo, Castiglione, Licciardello e Scolla (2013)	Procedia - Social and Behavioral Sciences	Quantitativa - Questionários de Atitudes frente a Gays e Lésbicas	198 participantes de 17 a 21 anos.	Homofobia em relação ao gênero e relações de amizade

### 2.2.2 Resultados e Discussão

Os resultados apresentados a seguir têm como base a análise do *corpus* extraído dos treze artigos selecionados para esta pesquisa. Para um melhor entendimento desta análise, a mesma será relatada primeiramente a partir dos dados metodológicos, seguidos pelos dados dos conteúdos dos artigos científicos.

#### 2.2.2.1 Análise dos métodos do *corpus* investigado

Foi realizada uma análise dos métodos utilizados nas pesquisas dos artigos selecionados para verificar quais as características das amostras estudadas e, ainda, de que forma foi realizada a pesquisa, como foi feita a coleta de dados, ou seja, procurou-se saber quais os instrumentos utilizados pelos pesquisadores para investigar o preconceito contra a diversidade sexual na adolescência.

##### *Amostra*

Com relação à amostra das pesquisas, foram encontrados participantes com idades que variaram de 10 a 25 anos, fato que nos levou a considerar os adultos jovens para efeito dessa pesquisa. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a faixa etária dessa fase da vida como sendo dos 12 aos 18 anos. Em contrapartida, a Organização Mundial de Saúde (OMS), refere a idade do adolescente como o período biológico, social e psicológico entre os 10 e os 19 anos, faixa etária estratégica para planejar ações em saúde (World Health Organization [WHO], 2011).

Esse dado permite realizar a reflexão sobre o que é, de fato, adolescência. Quando observamos pesquisas que se referem à essa fase da vida, incluindo a palavra “adolescentes”

(‘adolecents’) em seus descritores, é possível verificar que diversos pesquisadores têm levado em consideração uma faixa etária maior do que as estabelecidas pelos órgãos oficiais citados (Cénat et al., 2015; Rampullo et al., 2013; Nguyen, & Blum, 2014) que, foram chamados, nesse estudo, de adultos jovens, que compreende os indivíduos maiores de 19 anos e que foram inclusos nas amostras das pesquisas encontradas.

Todas as pesquisas analisadas para esse estudo tiveram como característica da amostra a população de estudantes, seja do ensino fundamental ou médio, o que mostra que indivíduos mais velhos, que ultrapassam as faixas etárias estabelecidas para a adolescência, ainda frequentam a escola e que, portanto, ainda pertencem ao universo do adolescente, vivenciando as problemáticas típicas dessa fase de vida, independentemente da idade. Tal dado corresponde ao que Cerqueira-Santos et al., (2014) afirmam ao fazerem uma reflexão sobre o que é a adolescência e referirem que uma definição baseada apenas em parâmetros numéricos é frágil, pois o ser humano, independente da sua idade, está em constante processo de mudança.

Nessa direção, é possível verificar que a adolescência deve ser estudada e trabalhada no campo prático a partir de uma perspectiva sócio cultural e não baseada somente na faixa etária dos indivíduos pesquisados. Mesmo os sujeitos sendo mais velhos, ainda frequentam a escola e ainda têm como contexto de vida o universo considerado adolescente, incluindo aí suas relações sociais. Tal dado merece destaque pelo entendimento das demandas da vida desses sujeitos que são diferentes dos demais, já que estão numa fase flutuante entre a vida adulta propriamente dita e a adolescência.

#### *Instrumentos utilizados no corpus investigado*

Sobre os instrumentos utilizados nas pesquisas, 2 pesquisas utilizaram a entrevista semiestruturada, dando aos estudos característica qualitativa, enquanto todas as outras 11

utilizaram questionários e escalas e apresentaram dados quantitativos. Dessas últimas, apenas 3 pesquisas utilizaram instrumentos específicos que mensuram o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero da população estudada. Os instrumentos foram: Escala de Homofobia Manifesta e Sutil, Escala de Homofobia Moderna e Questionário de Atitudes frente a Lésbicas e Gays. Além desses, um outro estudo fez uso da Escala de Experiências Traumáticas Escolares em Estudantes, com a proposta de coletar dados sobre a vitimização da homofobia dos sujeitos. As outras 8 pesquisas fizeram uso de questionários próprios, feitos pelos pesquisadores para a coleta de dados com vistas aos seus objetivos específicos.

Esse dado encontrado mediante a análise dos artigos pode indicar um certo nível de fragilidade dos dados, visto que instrumentos validados podem trazer maior confiabilidade para os dados de pesquisas empíricas. Outra possibilidade, é o fato de ainda não estarem disponíveis, ou com acesso facilitado, muitos instrumentos que mensurem o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero e, principalmente que seja voltado para a população jovem. Como afirmam Costa et al. (2015), o preconceito é fortemente relacionado com a cultura do país. No Brasil, o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero é especificamente relacionado com expressões de gênero que destoam do predominantemente esperado. Visto isso, são necessárias ferramentas com boas evidências de validade e confiabilidade e, principalmente, adaptados à cultura.

No Brasil existem algumas escalas validadas como a Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays (Gato, Fontaine, & Leme, 2014), a Escala de Crenças sobre Comportamentos de Homossexuais (Cerqueira-Santos, Winter, Salles, Longo & Teodoro, 2007) e a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero (Costa et al., 2015).

Dessa forma, podemos verificar a escassez de estudos que utilizem instrumentos específicos para o estudo do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero não só no

Brasil, mas em outros países também. O que dificulta, por exemplo, o conhecimento do impacto desse fenômeno em populações específicas, como os adolescentes. Assim, dados obtidos dessa forma se mostram demasiadamente concentrados na amostra das pesquisas, ou seja, de difícil generalização para uma população maior e ainda, de difícil replicação da pesquisa por outros pesquisadores. Portanto, o uso de instrumentos específicos voltados para o preconceito contra a diversidade sexual proporcionaria dados mais fidedignos que possam contribuir melhor para o entendimento social e científico desse fenômeno.

#### **2.2.2.2 Análise de Conteúdo do *corpus* investigado**

As categorias descritas nessa seção foram resultantes da classificação dos resultados alusivos às pesquisas dos artigos selecionados. Tal categorização foi fundamentada pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) por proporcionar a construção de indicadores relativos ao conteúdo dos artigos selecionados, assim como suas ideias constituintes. Dessa forma, as categorias surgiram através da própria análise dos resultados das pesquisas, baseadas em seus conteúdos, através do agrupamento dos aspectos mais comumente relacionados com o preconceito entre adolescentes, os núcleos temáticos, que foram: os aspectos do preconceito em si, a influência sociodemográfica, a violência e os impactos/consequências dessa violência. Assim, para essa seção, a pergunta base foi: “sobre o que os resultados dos artigos versam? ”.

Para uma melhor exposição dos resultados encontrados, o conteúdo do *corpus* dos artigos empíricos desta revisão foi classificado em quatro categorias: preconceito contra a diversidade sexual e gênero, fatores sociodemográficos do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, violência contra indivíduos que destoam do padrão heterossexual e consequências do preconceito contra a diversidade sexual.

### *Preconceito contra a diversidade sexual e Gênero*

Parte dos artigos revisados ( $n = 4$ ) fazem referência às diferenças de gênero quanto à manifestação do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. As pesquisas mostram que os sujeitos do sexo masculino apresentam um maior nível de preconceito contra a diversidade sexual do que os do sexo feminino. Além disso, as mulheres tendem a se sentir mais confortáveis no convívio com casais homossexuais e são mais favoráveis às políticas voltadas aos direitos dos sujeitos com essa orientação sexual. Entretanto, a pesquisa de Castro et al. (2013), apresenta um dado interessante em relação ao sexo. Apesar dos homens, em geral, apresentarem um nível de preconceito contra a diversidade sexual mais elevado, quando essa análise é feita separadamente entre os grupos – homens e mulheres – os resultados encontrados são que ambos sentem mais preconceito com os homossexuais do seu sexo. Ou seja, os homens são mais preconceituosos com os homossexuais do sexo masculino, enquanto as mulheres são mais preconceituosas com os homossexuais do sexo feminino.

Esse aspecto também foi encontrado na pesquisa de Rampullo et al. (2013), que observaram diferenças de gênero em relação ao preconceito sexual e apreensão de contato. Nesse estudo, os homens apresentaram uma maior apreensão de contato com os homossexuais do sexo masculino, enquanto as mulheres tiveram uma maior apreensão de contato em relação aos homossexuais do sexo feminino. Apesar desse resultado, esse aspecto encontrado nas pesquisas analisadas contraria os achados de Cerqueira-Santos et al. (2007), que indicam que as mulheres heterossexuais possuem menos preconceito sexual, principalmente em relação às lésbicas. Essa contradição pode ser explicada pelo próprio argumento dos autores que, ao contextualizarem a pesquisa à cultura brasileira, afirmam que

os homens no Brasil temem ser vistos como não masculinos ao se relacionarem com pessoas não heterossexuais.

A partir desses dados é possível perceber que o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero se manifesta de forma diferente entre homens e mulheres, aspecto que vai ao encontro da afirmação de Herek (2000) ao afirmar que homens são pessoas mais preconceituosas sexualmente. Os homens apresentam um nível de preconceito maior, com menor tolerância aos casais homossexuais e a políticas alusivas aos direitos LGBT.

### *Fatores sociodemográficos*

Essa categoria foi estabelecida, pois uma parte significativa dos artigos ( $n = 5$ ) relaciona o preconceito contra a diversidade sexual com fatores como o ambiente, a escolaridade e o nível sócio econômico.

Com relação ao ambiente, as pesquisas apontam que o preconceito contra a diversidade sexual entre jovens ocorre não só no ambiente escolar, a partir da experiência do *bullying* homofóbico, mas também no ambiente familiar e comunitário. Com relação à comunidade, a literatura aponta que, quanto mais conservadora for a sociedade em que o jovem está inserido, mais intolerante ela será com a homossexualidade. Valores como sexo antes do casamento e importância dada ao matrimônio são fatores preditivos do preconceito contra a diversidade sexual (Nguyen, & Blum, 2014).

Já a escolaridade e o nível sócio econômico são relacionados de maneira positiva com a homossexualidade. Ou seja, jovens com maiores status econômico e de escolaridade são mais susceptíveis a terem uma visão mais positiva da homossexualidade. Esse fato ocorre, segundo Feng et al. (2012), pois esses adolescentes podem ter uma maior exposição a diferentes normas e valores sociais, especialmente em relação à orientação sexual e, assim,



são mais propensos a entrarem em contato com povos que têm uma variedade de estilo de vida e ideias de mundo além dos deles.

*Violência contra indivíduos que destoam do padrão heterossexual*

A violência sofrida/praticada contra pessoas que fogem da norma da heterossexualidade – a violência homofóbica - em grupos de adolescentes é abordada em várias pesquisas ( $n = 6$ ). Esse tipo de violência inclui diversas formas de manifestação: verbal, física, psicológica e sexual (Natarelli et al., 2015).

No caso de adolescentes, foi encontrada nas pesquisas, a existência de uma peculiaridade na manifestação da violência contra indivíduos que destoam do padrão heterossexual que é a expressão de poder. Por se tratarem de indivíduos jovens, que têm suas vidas regidas por relações de hierarquias (pais, professores etc.) essa característica se apresenta de forma intensa, já que os adolescentes são expostos a punições, com vistas a mudanças no comportamento e na orientação sexual (Natarelli, et al., 2015; Teixeira et al., 2012).

Nesse cenário é possível destacar a aparência física e os trejeitos, responsáveis, segundo os pesquisadores, por boa parte da violência verbal e psicológica vivenciada pelos jovens. Nesta, tanto os adultos (pais, professores e comunidade) quanto os pares são responsáveis pela agressão ao dispararem apelidos, xingamentos e gozações contra aqueles que não seguem o padrão de comportamento esperado para o seu gênero (Natarelli, et al., 2015; Souza et al., 2015). Esse tipo de violência engloba insultos, gozações, comentários inadequados sobre a sexualidade, ridicularização, difusão de rumores, atribuição de apelidos indesejados, fatos que acabam por gerar o isolamento social desses sujeitos (Albuquerque, & Williams, 2015).

A partir desse contexto é possível perceber como os adolescentes homossexuais sofrem por não corresponderem às expectativas de gênero e se comportarem de maneira diferente da maioria. Eles são agredidos e sentem medo de serem rejeitados pelas pessoas mais importantes das suas vidas. Por isso, costumam levar suas vidas na invisibilidade, se declarando heterossexuais e mantendo relações afetivas/sexuais com pessoas do mesmo sexo às escondidas (Teixeira et al., 2012).

Tais achados estão de acordo com o referido por Cerqueira-Santos e DeSouza (2011) ao tratarem a violência homofóbica como um fenômeno que perpassa a própria família de origem. Assim, as pessoas que pertencem às minorias sexuais vivem suas sexualidades de forma secreta, marginalizada, ameaçadas de rejeição. Para os autores, os indivíduos que se comportam de acordo com seus papéis de gênero, são mais aceitos pelas famílias do que aqueles que destoam das normas sociais tradicionais.

Diante dos aspectos apresentados, é possível perceber que a vitimização da violência é bastante grave entre jovens homossexuais e causadora de muito sofrimento. Além disso, ela é a origem de uma série de problemas psicológicos, físicos e sociais que serão discutidos a seguir.

#### *Consequências do preconceito contra a diversidade sexual*

As consequências da vitimização pelo preconceito contra a diversidade sexual são muitas e bastante variadas. Dos artigos analisados nesse estudo, 7 indicam efeitos nocivos desse tipo de preconceito na vida dos adolescentes como episódios de depressão e ansiedade, problemas com o autocuidado, isolamento social, problemas de saúde mental e física e problemas de autoestima e auto percepção. Além disso, 4 desses 7 estudos relatam também a ideação suicida como uma consequência da homofobia, dado bastante alarmante.

De acordo com a análise de relatos de adolescentes, Natarelli et al. (2015) afirmam que o impacto do preconceito contra a diversidade sexual na saúde mental, incluindo nessa classe as ideações suicidas, indicam sofrimento psíquico que tem origem nos episódios de preconceito vivenciados. Nesse quadro estão contidos os comportamentos depressivos, ansiedade e medo excessivos e a internalização da violência. Com relação a esses últimos, os autores afirmam que, tal internalização leva à modificação na maneira de pensar e agir de quem a sofre, causando impacto também na adoção de hábitos saudáveis e no autocuidado como ações inadequadas relativas a alimentação, atividade física e padrões de sono levando a manifestação de sintomas somáticos como vômitos, desmaios, dores de cabeça e no estômago.

Outra consequência da violência homofóbica é o isolamento social. Jovens que pertencem a minorias sexuais, podem, por conta da hostilidade sofrida, ter dificuldades em interagir em grupos de pares causando problemas com a aceitação social e, consequentemente, problemas com autoconfiança. Além disso, no que tange ao contexto escolar, tal fato pode levar ao sentimento de não pertencimento à escola. Isso porque, os adolescentes podem vir a demonstrar insegurança à medida que pensam que não podem contar com os professores nas situações de vitimização homofóbica. Esse sentimento de insegurança leva também ao baixo envolvimento com a escola e, portanto, também ao baixo desempenho escolar (Albuquerque, & Williams, 2015; Seelman et al., 2015).

Sobre as experiências escolares ruins, a pesquisa de Albuquerque e Williams (2015), aponta que jovens de minorias sexuais, após sofrerem tais experiências, apresentaram sintomas de depressão, desesperança, hipervigilância, evitação, dissociação, reexperiência do trauma, somatização comportamento opositivo, e desajustamento geral. Além disso, mesmo após alguns anos após a saída da escola, algumas pessoas ainda

apresentaram escores clinicamente significativos para Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT).

Dentre os aspectos observados, vale ressaltar o fato de que as pesquisas nacionais e internacionais não apresentam dados que diferem entre si apesar das pesquisas terem sido realizadas em diferentes contextos e culturas. Essa verificação é importante ao passo que é possível constatar que a manifestação do preconceito contra a diversidade sexual, o impacto e as consequências de quem é vítima dela são, de forma geral, as mesmas em todo o mundo. Essa característica pode servir como fundamento para a elaboração de estratégias de combate e enfrentamento, como no caso do uso do treinamento das habilidades sociais para tal finalidade.

### **2.2.3 Considerações Finais**

A análise sistemática da literatura sobre adolescentes e a homofobia proporcionou a verificação dos aspectos que vêm sendo relacionados entre esses dois constructos. Foi possível constatar que características sociais e demográficas como sexo do indivíduo, status econômico, nível de escolaridade e ambiente em que o indivíduo está inserido influenciam de forma direta na manifestação do preconceito contra a diversidade sexual. Além disso, a violência gerada por esse tipo de preconceito engloba todas as formas de manifestações possíveis como a física, psicológica e verbal.

Além disso, a vulnerabilidade ao preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, principalmente ao que concerne ao contexto escolar, o chamado *bullying* homofóbico, tem seu conteúdo preconceituoso e violento mais relacionado com a manifestação de comportamentos contraditórios ao gênero do que à orientação sexual propriamente dita.

Nesse sentido a escola pode agir tanto como agente agravante como atenuador pela influência que possui na formação de identidade dos adolescentes.

A pesquisa apresenta algumas limitações como a quantidade de plataformas pesquisadas e a restrição do período de publicação dos artigos. Apesar de estarem inclusas plataformas importantes, outras bases de dados podem ser inseridas em estudos futuros como a base de periódicos da CAPES, por exemplo, assim como outras pesquisas podem abarcar um período maior de publicações. Sugere-se também que novas pesquisas abordem não somente as características do preconceito, mas formas também formas de combatê-lo.

Observou-se também, até o momento, a pouca produção na área, mesmo sendo esse um tema que tem estado em evidência atualmente tanto pelas situações de preconceito evidenciadas na mídia quanto pela luta e visibilidade dos movimentos sociais. Esse aspecto se evidencia pelo fato de que, como resultado das pesquisas nas plataformas online, foram encontrados apenas cinco artigos nacionais e oito internacionais, números relativamente baixos para o período pesquisado.

Acredita-se que esse estudo possibilite ideias para pesquisas que abarquem não somente revisões de literatura mais ampliadas, mas também novos estudos empíricos que tenham como foco principalmente estratégias de combater esse tipo de preconceito entre adolescentes que abordem ferramentas sociais com vista à sua redução, contribuindo assim, para o desenvolvimento do conhecimento do fenômeno do preconceito homofóbico possibilitando estratégias que modifiquem o cenário de preconceito na sociedade.

Além disso, os resultados encontrados na literatura pesquisada, serviram como base para a pesquisa da presente dissertação, como embasamento teórico para o desenvolvimento da intervenção com os adolescentes e, também, para a interpretação dos dados obtidos na etapa empírica que será descrita no capítulo seguinte.

### **CAPÍTULO III**

## **AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS COMO FORMA DE COMBATE AO PRECONCEITO CONTRA A DIVERSIDADE SEXUAL**

---

No presente capítulo, serão apresentados os dados relativos à pesquisa realizada com os adolescentes, a metodologia utilizada, procedimentos e instrumentos, objetivos, hipóteses, aspectos éticos e, ainda o relato de experiência com a descrição de todas as atividades realizadas na etapa de intervenção – programa de treinamento de habilidades sociais. Além disso, também será descrito o modo de realização da análise dos dados obtidos e, ao final, serão relatados os resultados encontrados através das análises realizadas e discutidos de acordo com a literatura estudada.

### **3.1 Sobre a pesquisa**

A presente pesquisa consiste em um estudo quase experimental de série temporal descontínua com pré-teste e pós-teste (Selltiz et al., 1976). No pré-teste realizou-se um levantamento exploratório dos níveis de preconceito contra a diversidade sexual e de habilidades sociais. Em seguida foi realizado o tratamento experimental, que consistiu no treinamento de habilidades sociais com ênfase sobre a diversidade sexual e de gênero. Por fim, foi aplicado o pós-teste, que se referiu a uma nova aferição dos níveis de habilidades sociais e de preconceito na mesma amostra.

Convém ressaltar que, apesar de ter sido feita uma avaliação inicial (o pré-teste), esta etapa não consistiu em um processo que tinha como objetivo selecionar os participantes para o programa de treinamento, pois a intervenção realizada foi do tipo prevenção universal

(Munoz, Mrazek, & Haggerty, 1996) ou seja, que é dirigida à população em geral, já que, de acordo com a literatura estudada e discutida nos capítulos anteriores, qualquer pessoa pode se beneficiar de um programa de habilidades sociais, seja pra adquirir novas habilidades ou para aprimorar as já existentes. Assim, a avaliação inicial almejou obter dados para que fosse construído um parâmetro de comparação e, assim, verificar se houve diferença após a intervenção.

### **3.2 Objetivo Geral do Estudo**

O objetivo geral foi verificar a efetividade do programa de habilidades sociais na redução do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. Ou seja, pretendeu-se realizar treinamento de habilidades sociais com enfoque na diversidade sexual e de gênero; e verificar se após a intervenção, os índices de habilidades sociais dos adolescentes aumentam e se os níveis de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero reduzem, comparativamente aos resultados encontrados na avaliação inicial.

#### **3.2.1 Objetivos Específicos**

- Avaliar o índice de habilidades sociais total dos adolescentes antes e após a intervenção;
- Avaliar os índices de habilidades específicas de empatia, civilidade, assertividade, autocontrole, abordagem afetiva e desenvoltura social antes e após a intervenção;
- Proporcionar aos adolescentes atividades que promovessem o desenvolvimento de habilidades sociais;

- Apresentar aos adolescentes questões relacionadas à diversidade sexual;
- Discutir estigmas e estereótipos sexuais e de gênero;
- Comparar os níveis de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero dos adolescentes antes e após o programa de treinamento.

### **3.2.2 Hipóteses**

#### *Hipóteses referentes ao pré-teste*

H1: Os adolescentes apresentarão baixos índices de frequência de emissão de habilidades sociais.

H2: Os adolescentes que apresentarem maior frequência na emissão de habilidades sociais expressarão menos dificuldades no custo dessa emissão.

H3: Os adolescentes mais velhos apresentarão um maior repertório de habilidades sociais do que os mais novos.

H4: Os índices das subclasses de empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social variarão independentemente do nível total de habilidades sociais.

H5: Os adolescentes apresentarão preconceito contra a diversidade sexual e de gênero em um nível acima da média estabelecida pela escala de preconceito.

H6: Não haverá diferença em relação a idade sobre o nível de preconceito contra a diversidade sexual dos adolescentes.

H7: Os adolescentes do sexo masculino apresentarão um maior nível de preconceito contra a diversidade sexual do que os do sexo feminino.



H8: Quanto mais os jovens mantêm relações de proximidade com gays, lésbicas, travestis e transexuais, menores serão os índices de preconceito contra a diversidade sexual dos adolescentes.

#### *Hipóteses referentes ao pós-teste*

H9: Após o treinamento de habilidades sociais, verificar-se-á nos adolescentes níveis mais elevados de frequência de emissão de habilidades sociais gerais.

H10: Após o treinamento de habilidades sociais, os adolescentes apresentarão maior frequência na emissão de habilidades relacionadas com a empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social.

H11: Após o treinamento de habilidades sociais, a emissão das habilidades sociais será incrementada comparativamente às apresentadas no pré-teste.

H12: Após o treinamento de habilidades sociais, o nível de preconceito contra a diversidade sexual será reduzido.

### **3.3 Método**

#### **3.3.1 Amostra**

Participaram dessa pesquisa 22 adolescentes, alunos do 9º ano de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental localizada na grande Aracaju. Destes, 12 eram do sexo masculino e 10 do sexo feminino, na faixa etária entre 14 e 17 anos com média de 15.95. Uma parte dos jovens, 68.2% ( $n = 15$ ), afirmou possuir renda entre um e cinco salários mínimos, enquanto 27.3% ( $n = 6$ ) não souberam ou não quiseram responder a essa pergunta. Sobre seguir algum tipo de religião 59.1% ( $n = 13$ ) afirmaram que sim. Desse quantitativo,

31.8% ( $n = 7$ ) declararam ser católicos e 27.3% ( $n = 6$ ) evangélicos. Já com relação a proximidade com familiares, amigos ou conhecidos próximos que sejam gays, lésbicas, travestis ou transexuais, 90.9% ( $n = 20$ ) declararam possuir e apenas 9.1% ( $n = 2$ ) alegaram que não possuem.

Contudo, por se tratar de uma pesquisa-intervenção e, conseqüentemente, possuir um caráter longitudinal, tivemos uma mortalidade experimental de quatro participantes. Isso se deu devido ao fato de que, apenas 19 participaram do pós-teste. Sendo assim, conforme detalhado na sessão específica para os resultados desta pesquisa, a amostra final contou com o total de 19 participantes.

### **3.3.2 Aspectos Éticos**

As questões éticas foram respeitadas ao longo da pesquisa. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos, com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 49246215.1.0000.5546. Além disso, os adolescentes que voluntariamente aceitaram participar, juntamente com seus responsáveis, assinaram Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) autorizando o uso dos dados coletados e dando consentimento para a participação em todas as etapas da investigação. A escola envolvida na pesquisa também concedeu sua autorização para a realização do estudo.

### **3.3.3 Procedimentos e Instrumentos**

### 3.3.3.1 Procedimentos

A pesquisa teve início após autorização da escola e dos pais dos jovens, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A). Na ocasião, foram descritas todas as etapas da pesquisa. Então, os jovens foram convidados a responder aos instrumentos selecionados – pré-teste - e também a participar da etapa da intervenção, o grupo de Treinamento de Habilidades Sociais. Após a finalização do treinamento, os instrumentos foram novamente aplicados – pós-teste. As duas aplicações, assim como a implementação do treinamento foram realizados em grupo, na escola onde os adolescentes estudam, no turno das suas aulas. A seguir serão descritos os procedimentos realizados na etapa de intervenção.

#### *Programa de Treinamento de Habilidades Sociais voltado pra questões sobre a diversidade sexual e de gênero*

A etapa de intervenção da presente pesquisa foi realizada entre os meses de setembro e novembro do ano de 2015, com o total de 10 sessões semanais, de 50 minutos cada, no turno da tarde – o mesmo em que alunos assistiam às suas aulas. Essa periodicidade e duração dos encontros foi estabelecida por se assemelhar às estruturas presentes na literatura, em programas de treinamento de habilidades sociais já realizados e com eficácia comprovada empiricamente (Cacheiro, & Martins, 2012; Murta et al. 2012). Os encontros foram conduzidos e previamente planejados por uma psicóloga, a partir de uma abordagem psicoeducativa (Murta et al. 2012) e cognitivo-comportamental (Beck, 2014) com técnicas delineadas estrategicamente visando alcançar os objetivos estabelecidos, ou seja, causar impacto positivo aumentando o repertório de habilidades sociais dos adolescentes, no que

diz respeito à convivência com pessoas que não se encaixam na norma heterossexual, produzindo assim uma redução no preconceito contra esses indivíduos.

Cada sessão teve um objetivo e uma técnica própria – que estão descritas objetivamente na Tabela 2 - de acordo com o objetivo geral e específicos da intervenção. Para orientação da facilitadora, foi utilizado um diário de campo onde foram anotados acontecimentos relevantes de cada dia como, por exemplo, o incômodo de algum participante com a temática abordada, as piadas direcionadas aos colegas com comportamentos que não condizem com o socialmente esperado para o seu gênero, o comportamento dos jovens diante das atividades e, até mesmo, dados sobre expressões não verbais em reação às discussões e atividades. Para mais, foram registrados também os *feedbacks* dos adolescentes, dados relativos às suas opiniões sobre o andamento e a dinâmica do grupo, as atividades realizadas, sugestões de temas e, ainda, críticas sobre o programa. Tais observações foram registradas por acreditarmos ser esta a melhor forma de conduzir uma intervenção de 10 sessões. Isso porque, ao longo do processo, poderia surgir algum assunto de interesse dos jovens ou emergir a necessidade de mudança da abordagem pré-estabelecida, por exemplo, e a partir de tais registros, essas nuances se tornariam mais fáceis de ser percebidas.

Os procedimentos são relatados detalhadamente na Tabela 2, a qual apresenta as atividades realizadas e habilidades trabalhadas em cada sessão.

Tabela 2 - Programa de Treinamento de Habilidades Sociais com ênfase sobre a diversidade sexual e de gênero

Sessão	Atividade	Habilidade Trabalhada
1	Apresentação do programa e discussão dos conceitos de habilidades sociais, identidade de gênero, homossexualidade e transexualidade	_____
2	Dinâmica sobre violência com homossexuais e colocar-se no lugar do outro	Empatia, assertividade e estratégia de resolução de problemas
3	Dinâmica para incentivar o elogio, discussão sobre <i>bullying</i> e documentário “Meninas de azul, meninos de rosa”	Civilidade, empatia e desenvoltura social
4	Avaliação do programa	_____
5	<i>Role Playing</i> e análise funcional da situação	Assertividade, comportamentos alternativos/ desenvoltura social e resiliência
6	Filme “Hoje eu não quero voltar sozinho”	Empatia, abordagem afetiva
7	Filme “Hoje eu não quero voltar sozinho”	Empatia, abordagem afetiva
8	Discussão sobre o filme e jogo do “mito ou verdade? ”	Trabalhar crenças e desenvoltura social
9	Jogo da História Inacabada	Empatia, abordagem afetiva e solução de conflitos
10	Encerramento	_____

No primeiro encontro com o grupo foi solicitado aos jovens que se apresentassem e dissessem quais eram suas expectativas em relação ao grupo. Também foi realizada uma apresentação minuciosa – mais detalhada do que a realizada no momento do convite - do programa de treinamento de habilidades sociais. Para uma melhor compreensão por parte dos mesmos, foram apresentados e discutidos os conceitos de habilidades sociais, identidade de gênero, homossexualidade e transexualidade. Durante a discussão dos conceitos foi possível identificar algumas crenças dos adolescentes como: “*um travesti nunca vai ser meu chefe, nunca vai mandar em mim*” e “*esse negócio de dois homens é esquisito, duas mulheres ainda vai*”. Tais trechos das falas dos jovens foram observados pela psicóloga que conduzia o grupo e anotados no diário de campo como ideias importantes a serem trabalhadas. Ao final, foi proposto que os jovens pesquisassem, ao longo da semana, utilizando a internet, sobre celebridades expostas na mídia que fossem homossexuais ou transexuais. Tais dados serviram de base para a discussão proposta no encontro seguinte.

Na segunda sessão, foi solicitado aos jovens que escrevessem sobre algum tipo de violência sofrida – ou vivenciada por alguém próximo – sem se identificarem. Os papéis escritos foram apresentados em um quadro e discutido como eles se sentiam frente as situações. Após essa atividade, e a partir dos dados que os adolescentes apresentaram como resultados da pesquisa solicitada na sessão anterior, foi realizada uma discussão acerca da violência contra homossexuais a partir de notícias veiculadas nas mídias sociais. Para finalizar, foram apresentados os dispositivos institucionais – a exemplo da Delegacia de Vulneráveis, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – que as pessoas podem procurar em situações de sofrerem algum tipo de violência. Os jovens se mostraram bastante participativos nessa atividade. Foram discutidos casos não somente sobre violência contra homossexuais, mas também sobre a violência contra a mulher, racismo e *bullying*. Esta

última temática surgiu como uma forte demanda do grupo, inclusive a partir de relatos de *bullying* homofóbico dentro da escola e, entre membros do próprio grupo que estava participando do programa.

Devido à demanda que emergiu na segunda sessão, o tema do terceiro encontro foi justamente o *bullying* na escola. Inicialmente foi realizada uma dinâmica para incentivar o elogio, com o objetivo de treinar a identificação de qualidades no outro. Os jovens davam as mãos à pessoa que estava à sua frente, evitando assim que eles se juntassem àqueles que tivessem mais amizade, e faziam algum elogio ao colega. Após a dinâmica, foi explicado aos participantes o objetivo da atividade e a importância de saber identificar aspectos positivos em outras pessoas. Posteriormente, foi realizada uma discussão sobre o *bullying*: o que é, quem são os autores e/ou as vítimas, quais suas consequências e a diferença entre violência e *bullying*. Nesse debate, enquanto os conceitos eram apresentados, os adolescentes relataram diversos exemplos do seu próprio cotidiano, o que proporcionou uma discussão baseada na realidade dos mesmos. Por fim, os jovens assistiram ao documentário “Meninas de azul, meninos de rosa” que trata do *bullying* sofrido por um adolescente homossexual, fazendo assim a relação do tema do encontro com a questão da diversidade sexual. Como atividade proposta foi solicitado aos alunos que observassem mais atentamente, até o próximo encontro, situações de *bullying* parecidas com as relatadas em suas falas ou no vídeo.

Na quarta sessão o objetivo foi avaliar o programa até esse momento. Então, procurou-se identificar se os adolescentes estavam emitindo comportamentos competentes socialmente, ou seja, se eles estavam colocando em prática o aprendizado das habilidades sociais trabalhadas no grupo. Tal avaliação foi realizada através da análise do relato dos comportamentos dos próprios adolescentes diante das situações de *bullying* que os mesmos observaram na escola. Essa análise comportamental foi realizada pela psicóloga responsável

que utilizou como técnica a análise da funcionalidade dos comportamentos relatados. Essa técnica tem como base a identificação dos determinantes do comportamento, assim como suas consequências (Beck, 2014). Dessa maneira, os adolescentes relataram uma situação em comum, ou seja, que a maioria vivenciou naquela semana, na qual um dos alunos teve um vídeo seu veiculado na internet e que, por isso, estava sofrendo *bullying* não só na escola, mas também em casa. Foi possível identificar uma atitude mais assertiva daquele grupo com relação à situação e, principalmente no sentido de tentar evitar aquele tipo de constrangimento ao colega. Além disso, foi perguntado se os jovens estavam usando o que estavam aprendendo naquele espaço em alguma outra circunstância. Eles afirmaram que sim, principalmente em casa em situações que normalmente eles agiriam com certa violência, de forma agressiva, na relação com os pais e com os irmãos. Também afirmaram que agora eles defendiam uns aos outros e que tentavam impedir as situações de *bullying*.

Na quinta sessão o objetivo foi trabalhar a assertividade, comportamentos alternativos e reagir com calma em situações que causem frustração, raiva, humilhação. Para tanto foi utilizada a técnica de dramatização de cenas (*role playing*) e a análise funcional daquela situação. Dessa forma, foi analisada a situação tal como ela ocorre na realidade e como poderia ser, caso fossem utilizados comportamentos alternativos mais funcionais, a partir das dramatizações de ambas as alternativas. Após a encenação foi discutido sobre quais contextos esses comportamentos alternativos e mais assertivos podem ser generalizados. Para finalizar esta sessão, foi exibido o vídeo “Agressivo, passivo ou assertivo” do grupo *Science Blogs Brasil*, que aborda justamente esses três tipos de comportamentos.

A sexta e a sétima sessões foram reservadas para os adolescentes assistirem ao filme “Hoje eu não quero voltar sozinho”. Trata-se de um longa-metragem brasileiro que retrata a descoberta da sexualidade de um adolescente cego. Em meio a esse processo, o jovem



percebe, de forma muito natural, sua orientação homossexual. Os adolescentes se mostraram bastante interessados no filme, fato que foi possível constatar através da discussão realizada após a sua exibição, onde os mesmos fizeram perguntas, elogios e críticas à história, assim como automaticamente fizeram uma relação entre a narrativa do filme e suas vivências. Essa associação foi possível principalmente pelo filme apresentar justamente o universo do jovem, da escola e situações típicas do cotidiano dessa fase da vida.

O oitavo encontro objetivou trabalhar as crenças dos adolescentes. Inicialmente a partir das discussões de situações vistas no filme e também a partir do jogo “mito ou verdade? ”. Nessa atividade lúdica foram mostradas algumas frases/imagens sobre homossexualidade, transexualidade e heterossexualidade, onde os jovens indicavam se achavam que aquilo seria mito ou verdade. Essa atividade rendeu discussões muito importantes sobre crenças como por exemplo “um homossexual pode ser um bom pai? ”, onde os adolescentes apresentaram alguma resistência para responder, porém se mostraram mais abertos ao entendimento das situações do que nas primeiras sessões.

Na nona sessão procurou-se trabalhar a empatia e a solução de conflitos. Foi utilizada a técnica da história inacabada que consistia em obter partes de alguma história, nesse caso sobre preconceito contra homossexuais, e contar um final para ela. Nessa atividade a turma foi dividida em três grupos onde cada grupo recebeu uma história diferente e precisou pensar sobre como lidar com aquelas situações para dar um novo final. Os jovens se mostraram bastante participativos e foi possível perceber que eles utilizaram ferramentas que foram ensinadas e treinadas ao longo do programa como a assertividade, a busca por ajuda, a denúncia das situações de violência e a busca por comportamentos alternativos.

A décima e última sessão serviu para realizar o encerramento do programa e receber o *feedback* dos participantes. Foi realizada uma roda de conversa sobre as questões mais importantes que foram abordadas no grupo e como eles poderiam utilizar essas informações

na vida deles. Ao discutir tais questões, foi solicitado que os jovens dessem exemplos de situações reais que eles vivenciaram no decorrer do programa de treinamento. Então, novamente a psicóloga utilizou a técnica na análise funcional do comportamento para verificar se os adolescentes estavam utilizando as habilidades sociais aprendidas no programa. Desse modo foi possível verificar que os mesmos estavam apresentando um comportamento socialmente competente, sendo mais tolerantes com a diversidade de forma geral, mas principalmente com a diversidade sexual. Por fim, foi realizado um lanche de confraternização para o encerramento do programa.

Uma semana após o encerramento do programa de treinamento, no mesmo horário no qual aconteciam as sessões, foi marcado mais um encontro para que os jovens pudessem responder novamente às escalas de habilidades sociais e de preconceito contra a diversidade sexual. A análise dessa segunda aplicação e seus resultados serão apresentados na sessão correspondente.

### **3.3.3.2 Instrumentos**

Foram utilizados dois instrumentos: o Inventário de Habilidades Sociais para adolescentes (IHSA-Del-Prette) (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2009) e a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero (ANEXO A) (Costa et al., 2015).

O Inventário de Habilidades Sociais para adolescentes (IHSA – Del – Prette), de Z. Del Prette e A. Del Prette (2009), é um instrumento destinado especificamente a adolescentes de 12 a 17 anos de idade e tem como objetivo avaliar as principais classes de habilidades sociais requeridas na adolescência. O inventário é composto por 38 itens, com respostas dispostas em uma escala *Likert* de cinco pontos, onde são mensuradas as habilidades de relacionamento com diversos interlocutores e em diferentes contextos. Com relação aos

contextos, os itens abrangem situações acerca das relações familiares, escolares, de lazer e trabalho, de amizade e afetivo-sexuais. Já sobre os interlocutores, os itens consideram as demandas referidas aos pais, colegas, irmãos, pessoas com autoridades (chefe, professor, figura religiosa etc.), desconhecidos e parceiros afetivo-sexuais.

Para o que é proposto, cada item descreve uma situação social e uma possível reação a ela no qual o adolescente responde assinalando tanto a frequência daquela reação, quanto o grau de dificuldade que ele sente na emissão daquele comportamento. Dessa forma, o adolescente julga sua dificuldade em apresentar a reação descrita em cada item e a frequência dessa reação, ou seja, o instrumento é capaz de identificar tanto os déficits em habilidades sociais, quanto os recursos (repertório) disponíveis equivalentes a comportamentos adaptativos e funcionais. Em suma, o inventário avalia o repertório de habilidades sociais dos adolescentes em dois indicadores: frequência e dificuldade frente às diferentes demandas de interação social (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2009).

Com relação a frequência, o adolescente respondente assinala a resposta de acordo como a quantidade de vezes que ele apresenta aquela situação exposta no item. Tal resposta pode variar de 0-2 (a cada 10 situações como a descrita no item, o jovem reage daquela forma no máximo 2 vezes) até 9-10 (a cada 10 situações como a descrita no item, o jovem reage daquela forma de 9 a 10 vezes). No que tange ao grau de dificuldade, o adolescente irá responder de acordo com o nível de dificuldade que sente na emissão do comportamento indicado em cada item. Para tanto, o instrumento oferta as seguintes possibilidades de resposta: nenhuma, pouca, média, muita e total (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2009).

Além do grau de dificuldade e da frequência relacionadas com as habilidades sociais totais, o inventário produz ainda escores em seis subescalas pertinentes a subclasses de habilidades sociais consideradas relevantes na adolescência. São elas: empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social. Para uma melhor

visualização, a descrição das subclasses e suas medidas estão descritas na tabela a seguir, onde as medidas de frequência estão relacionadas com a seguinte reflexão: “em cada 10 situações desse tipo, reajo dessa forma ‘X’ vezes”; e as medidas de dificuldade são pertinentes ao nível de dificuldade que os jovens sentem ao desempenhar o comportamento a que o item da escala se refere.

Tabela 3 - Habilidades aferidas no IHSA e suas medidas

<b>Classe e Subclasses</b>	<b>Medidas de frequência</b>	<b>Medidas de dificuldades</b>
Habilidades Sociais Totais	0-2; 3-4; 5-6; 7-8; 9-10	Nenhuma, pouca, média, muita e total.
Empatia	0-2; 3-4; 5-6; 7-8; 9-10	Nenhuma, pouca, média, muita e total.
Assertividade	0-2; 3-4; 5-6; 7-8; 9-10	Nenhuma, pouca, média, muita e total.
Autocontrole	0-2; 3-4; 5-6; 7-8; 9-10	Nenhuma, pouca, média, muita e total.
Civilidade	0-2; 3-4; 5-6; 7-8; 9-10	Nenhuma, pouca, média, muita e total.
Abordagem afetiva	0-2; 3-4; 5-6; 7-8; 9-10	Nenhuma, pouca, média, muita e total.
Desenvoltura Social	0-2; 3-4; 5-6; 7-8; 9-10	Nenhuma, pouca, média, muita e total.

A empatia refere-se a prestar atenção, observar, demonstrar interesse pelo outro, reconhecer/inferir os sentimentos do outro, compreender/ter perspectiva da situação,

expressar compreensão pelo sentimento e experiência do outro, oferecer ajuda, compartilhar e demonstrar respeito às diferenças. O autocontrole trata da expressividade emocional como o controle da ansiedade, acalmar-se, lidar com os próprios sentimentos, reconhecer e nomear as próprias emoções e as dos outros, tolerar frustrações, mostrar espírito esportivo, controlar o humor, expressar emoções positivas e negativas. A civilidade remete a comportamentos como despedir-se, cumprimentar as pessoas, aguardar a vez para falar, seguir regras e instruções, utilizar expressões como obrigado, desculpe e por favor, fazer e responder perguntas e chamar o outro pelo nome. A assertividade é alusiva a falar sobre as próprias qualidade e defeitos, lidar com críticas e gozações, negociar interesses, expressar sentimentos negativos, concordar ou discordar de opiniões, fazer e recusar pedidos, defender os próprios direitos e resistir à pressão de colegas. Já a abordagem afetiva equivale a comportamentos como apresentar-se a estranhos, falar o que não agrada em relação a carinhos, demonstrar interesse em ficar com alguém, fazer perguntas pessoais, convidar alguém para um programa, iniciar conversas com colegas do trabalho ou escola e demonstrar interesse em ficar com alguém. Por fim, a desenvoltura social corresponde a pedir informações necessárias para a realização de alguma tarefa, explicar tarefas a outras pessoas, fazer apresentações e conversar com pessoas de autoridade (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2009).

De acordo com o manual de aplicação, apuração e interpretação do IHSA, para obter os resultados, é preciso computar as respostas dos adolescentes somando os valores de cada item e situar os resultados em uma posição percentil fornecida no próprio manual. Essa posição varia de acordo com o sexo, masculino e feminino, e de acordo com a idade, 12 a 14 anos e 15 a 17 anos. Os resultados podem ser interpretados em função tanto das habilidades sociais totais quanto das subescalas referentes à empatia, autocontrole, assertividade, civilidade, abordagem afetiva e desenvoltura social.

No tocante a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero (Costa et al., 2015), esta é composta por 16 itens, validados e adaptados à forma como o preconceito sexual e de gênero se apresenta no Brasil, ou seja, avaliando esses dois constructos conjuntamente. Assim como o IHSA, os itens também são dispostos em uma escala *Likert* de cinco pontos que variam de “discordo totalmente” (1) a “concordo totalmente” (5), com o objetivo de verificar o preconceito contra a orientação sexual e contra conformidade de gênero. Os itens tratam especificamente do preconceito contra lésbicas, gays, transexuais e não conformidade de gênero. Nesse sentido, quanto mais as respostas se aproximarem do valor 5, maior será a evidência do preconceito.

### **3.3.4 Análise dos dados**

Os dados obtidos a partir das escalas foram inseridos em um banco de dados do programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22. Foram realizados então procedimentos exploratórios nesse banco para verificar a necessidade de ajustes, seguidos pelo cálculo das estatísticas descritivas.

Para uma melhor apresentação de todas as etapas relacionadas com a análise dos dados obtidos, a descrição a seguir será dividida em duas sessões. A primeira, concernente à análise relativa ao pré-teste, referida como tempo 1, em seguida apresenta-se as análises relativas ao pós-teste ou tempo 2, feitas após a realização do programa de treinamento.

#### **3.3.4.1 Análise dos dados do pré-teste**

A partir dos dados obtidos por meio da Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero foi composto o indicador de preconceito contra a diversidade sexual,

através extração da média dos valores dos itens da escala. Utilizando o mesmo procedimento, foram compostos os indicadores de habilidades sociais, a partir dos percentis obtidos através do inventário, para cada dimensão da escala pela extração da média dos itens de cada subescala (empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social). Ou seja, com relação às habilidades sociais, foram compostos 14 indicadores diferentes, conforme explicitado abaixo:

1. Indicador de frequência das habilidades sociais total;
2. Indicador de dificuldade relacionado com a emissão de habilidades sociais total;
3. Indicador de frequência de empatia;
4. Indicador de dificuldade relacionado com a empatia;
5. Indicador de frequência de autocontrole;
6. Indicador de dificuldade relacionado com o autocontrole;
7. Indicador de frequência de civilidade;
8. Indicador de dificuldade relacionado com a civilidade;
9. Indicador de frequência de assertividade;
10. Indicador de dificuldade relacionado com a assertividade;
11. Indicador de frequência na emissão de abordagem afetiva;
12. Indicador de dificuldade relacionado com a abordagem afetiva;
13. Indicador de frequência na emissão de desenvoltura social;
14. Indicador de dificuldade relacionado com a desenvoltura social;

Em seguida foi realizado o teste *t de student* comparando o ponto médio da escala de preconceito contra diversidade sexual (ponto médio = 3) e os pontos médios dos resultados das escalas do inventário de habilidades sociais, que são a escala de frequência (ponto médio = 3) e de dificuldade (ponto médio = 2), com seus respectivos indicadores, a fim de

identificar os níveis de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero e de habilidades sociais dos adolescentes investigados. Também foi realizado a Análise de Variância *One Way* com o objetivo de investigar a relação entre os níveis de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero e de habilidades sociais com os dados obtidos através do questionário sociodemográfico.

### **3.3.4.2 Análise dos dados do pós-teste**

Os dados obtidos a partir do pós-teste, ou seja, após a realização do programa de treinamento de habilidades sociais com ênfase na diversidade sexual, foram inseridos no mesmo banco de dados juntamente com os dados do pré-teste. Para isso, foi utilizado novamente o programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22. Foram realizados então novos procedimentos exploratórios nesse banco para verificar a necessidade de ajustes, seguidos pelo cálculo das estatísticas descritivas.

A partir desse procedimento no banco de dados, foi verificada a necessidade de realizar alguns ajustes. Foi observado que algumas questões de ambas as escalas não foram respondidas, sendo substituídas pela média obtida a partir das respostas dos demais adolescentes (Gravetter, & Wallnau, 2011). Além disso, apesar de todos os 22 jovens terem participado do programa de treinamento, apenas 19 estavam presentes no dia da aplicação dos instrumentos do pós-teste. Dessa forma, os 3 participantes que não responderam ao pós-teste foram excluídos das análises.

Então, a partir do banco de dados composto com as informações da mensuração realizada nos dois momentos, iniciou-se as análises comparativas antes e após a intervenção. Assim, novos indicadores – correspondentes às aferições no pré-teste e pós-teste - de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, assim como de habilidades sociais,



foram produzidos fazendo uso da média dos valores dos itens da escala no primeiro caso, e utilizando os escores de habilidades sociais já fornecidos diretamente pelo IHSA no segundo. Especificamente com relação ao Inventário de Habilidades Sociais, foram extraídos indicadores de habilidades sociais gerais e de habilidades relacionadas à empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social, isto é, todos os 14 indicadores de habilidades sociais investigados no pré-teste foram novamente compostos considerando agora a aplicação das escalas realizada após a intervenção. Assim, as variáveis de análise foram: indicador de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero no pré-teste e no pós teste; indicadores de frequência de habilidades sociais totais no pré-teste e no pós teste; indicadores de frequência de empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social no pré-teste e no pós teste; indicadores de dificuldades associadas às habilidades sociais totais no pré-teste e no pós teste; e indicadores de dificuldades associadas à empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social no pré-teste e no pós teste. E ainda, o tratamento experimental foi o programa de habilidades sociais com ênfase sobre a diversidade sexual e de gênero realizado no intervalo entre o pré-teste e o pós-teste

Em seguida, foram realizadas, separadamente, Análises de Variância com Medidas Repetidas (ANOVA) com os dois indicadores de preconceito contra a diversidade sexual obtidos no pré-teste e no pós-teste e, com os indicadores de habilidades sociais obtidos no pré-teste e pós-teste. Com relação ao último, as análises foram feitas separadamente para cada uma das subclasses possíveis de analisar a partir do IHSA, ou seja: frequência de emissão de habilidades sociais total; frequência de emissão de habilidades relacionadas com a empatia, civilidade, assertividade, autocontrole, abordagem afetiva e desenvoltura social; dificuldade na emissão de habilidades sociais total; e dificuldade na emissão de habilidades

relacionadas com a empatia, civilidade, assertividade, autocontrole, abordagem afetiva e desenvoltura social (Tabela 4).

Tabela 4 - Indicadores de habilidades sociais analisados comparativamente antes e após a intervenção

<b>Habilidade</b>	<b>Indicadores</b>
Habilidades Sociais – escore geral	Frequência e dificuldade
Empatia	Frequência e dificuldade
Autocontrole	Frequência e dificuldade
Civilidade	Frequência e dificuldade
Assertividade	Frequência e dificuldade
Abordagem Afetiva	Frequência e dificuldade
Desenvoltura Social	Frequência e dificuldade

### 3.4 Resultados e discussão

#### 3.4.1 Resultados e discussão relativos ao pré-teste.

##### *Níveis de preconceito contra a diversidade sexual dos adolescentes*

Para a testagem da hipótese 5 (H5) do presente estudo, que afirmou que os adolescentes apresentariam preconceito contra a diversidade sexual e de gênero em um nível considerável, realizou-se um teste *t* para uma amostra utilizando o indicador de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero dos participantes contra o ponto médio da escala utilizada (ponto médio = 3). Assim, observou-se que este indicador obteve um valor inferior ao ponto médio da escala [*Média* (*M*) = 2.63; *Desvio Padrão* (*DP*) = 1.14] [*t* (18) = -1.35, *p*

= .19]. Porém, como mostram os dados estatísticos, esse resultado não foi significativo ( $p < 0.05$ ), ou seja, os jovens não apresentaram um alto nível de preconceito, que seria superior a três (3) de acordo com a Escala de Preconceito contra a Diversidade Sexual. Entretanto, concomitantemente, a amostra pode ser considerada medianamente preconceituosa no que diz respeito à grupos de indivíduos que destoam do padrão de comportamento heterossexual, já que o resultado encontrado a partir desta análise ( $M = 2.63$ ) foi próximo ao ponto médio da escala (ponto médio = 3).

Tal característica da amostra confirma a hipótese 5 (H5) do presente estudo que previa que os jovens apresentariam um nível considerável de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, visto a cultura da sociedade onde estão inseridos, que é a da heterossexualidade. Dessa forma, a partir dos resultados encontrados, acredita-se que uma intervenção com vistas a reduzir ainda mais esse preconceito a manifestado pela amostra estudada, ainda que em um nível mediando, seja benéfica para os estudantes.

Considerando os dados encontrados na revisão da literatura especializada e, ainda, a sociedade em que os adolescentes vivem - com a norma da heterossexualidade predominante - é possível pensar nos benefícios que os jovens podem ter ao se deparar com um espaço de discussão sobre normas, valores e expressão de sexualidade dentro da escola, pois diversas pesquisas (Natarelli, et al., 2015; Souza et al., 2015; Taquette, & Rodrigues, 2015) apontam o preconceito contra a diversidade sexual – o preconceito não só relacionado a homossexuais, mas também a todos aqueles indivíduos com identidades sexuais e de gênero que estão fora do padrão heterossexual (Herek, 2000) - como sendo uma das principais características do *bullying* escolar e da violência na comunidade de forma geral.

Para analisar se o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero varia em função do sexo dos participantes, idade e proximidade com pessoas gays, lésbicas, transexuais e travestis, realizamos uma serie de Análise de Variância *One Way ANOVA*,

tomando-se o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero como variável dependente e o sexo, idade e proximidade com pessoas LGBT como variáveis independentes. A renda familiar também foi um dado coletado durante a pesquisa, entretanto, não houve variação nesse item, o que impossibilitou a análise.

O primeiro conjunto de resultados indicou que o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero não varia em função do sexo dos participantes [ $F(1,17) = .352, p > .10$ ]. Tal resultado contradiz a literatura e refuta a hipótese (H7) da presente pesquisa que pressupunha que os adolescentes do sexo masculino apresentariam um maior nível de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero comparados aos do sexo feminino. Assim, nossos resultados não corroboram os de autores que afirmam que os homens, em geral, são mais preconceituosos em relação às diversas orientações sexuais do que as mulheres (Castro et al., 2013; Costa et al., 2015; Herek, 2000; Rampullo et al., 2013; Souza et al., 2015).

Essa distinção entre os gêneros encontrada nas pesquisas acima referenciadas, podem ser relacionadas com os marcadores sociais atribuídos aos homens - ser agressivo e ser dominante ao invés de ser dominado pela mulher - que são responsáveis pela concepção da masculinidade com características prevalecentes, criando uma visão de que as mulheres são seres inferiores, o que pode ser uma das explicações para que o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero seja mais atribuído a pessoas desse sexo. A partir dessa ideiação, ter relações com pessoas do mesmo sexo faria esse indivíduo pertencer ao grupo de minoria sexual, então, ser homem também equivale a detestar os homossexuais e evitarem o convívio social com essas pessoas (Junqueira, 2009b; Louro, 2007).

Entretanto, esse aspecto peculiar da manifestação do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero não emergiu na análise de dados do presente estudo, mesmo a amostra sendo composta por um número equilibrado de participantes do mesmo sexo, a saber 12

homens e 10 mulheres. Porém, justamente pelo número restrito na amostra total ( $n = 22$ ), talvez essa diferença entre o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero e o sexo dos participantes não tenha surgido.

Também não foram encontrados efeitos entre o índice de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero e a idade dos adolescentes [ $F(1,17) = .102, p > .10$ ], aspecto que corrobora com o indicado na hipótese 6 (H6) que presumiu tal achado. Esse resultado era esperado pois, como referido do capítulo 2, esse é um tipo de preconceito que ainda é aceito pela norma social vigente, diferentemente do racismo, por exemplo, onde a norma social condena a manifestação de atitudes preconceituosas (Lima, 2013). Então, espera-se que as pessoas mais velhas, com mais tempo de aprendizado diante das demandas sociais, sejam menos preconceituosas do que aquelas mais jovens, que ainda não estão atentas ao que é socialmente aceito ou não. Dessa forma, sobre o preconceito racial, não é negada a sua existência, mas é sabido que ele passou por uma transformação ao longo do tempo que tornou sua expressão mais sutil (Lima, 2013), aspecto que não ocorre ainda com o preconceito contra a diversidade sexual. A heteronormatividade e valores sociais como os religiosos, por exemplo, que serão discutidos mais a frente, ainda legitimam crenças e atitudes errôneas com relação às pessoas LGBT (Natividade, 2013).

Entretanto, as faixas etárias aqui comparadas foram 14 a 15 anos e 16 a 17 anos, não havendo assim uma diferença considerável entre as idades, o que provavelmente implicou no resultado. Além disso, os adolescentes estão no mesmo nível escolar, frequentam a mesma escola e fazem parte da mesma comunidade, características que podem impactar de forma mais forte no seu comportamento social, crenças e valores, do que a faixa etária, já que a psicologia social refere essa fase da vida como para além de delimitações fixas de idade, levando em consideração, como aspecto mais relevante, a singularidade do indivíduo que possui sua própria cultura e vida social (Berni, & Roso, 2014).

A proximidade com gays, lésbicas, transexuais e travestis, também não afetou o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero dos adolescentes [ $F(1,17) = 1.405$ ,  $p > .10$ ]. Ao que parece, para nossa amostra, mesmo que a maioria dos respondentes (90.9%) tenham indicado possuir algum contato com pessoas gays, lésbicas, transexuais ou travestis, essa proximidade não influencia no preconceito contra a diversidade sexual e de gênero desses jovens. Aspecto esse que se contrapõe à hipótese 7 (H8) do presente estudo e, ainda, contraria o consenso sobre o tema que aponta que pessoas com contato com indivíduos não heterossexuais tendem a ser menos preconceituosas do que aquelas que nunca tiveram esse tipo de interação (Dovidio, Hewstone, Glick, & Esses, 2010; Herek, 2000).

Esse pensamento sobre o assunto surge a partir da hipótese do contato, que se apresenta como uma estratégia para a redução do preconceito, a qual afirma que aumentando o contato entre diferentes grupos, gradualmente os estereótipos irão diminuir e prevalecerá uma relação pacífica. Porém a simples convivência social não é suficiente, é preciso que os grupos estejam em igualdade de status, que compartilhem dos mesmos objetivos e que estejam interagindo voluntariamente. Além disso, o efeito do contato pode ser potencializado se este for apoiado institucionalmente por leis, costumes e condições locais (Allport, 1954; Berry, 2004; Rodrigues et al., 1999)

Considerando tais condições e fazendo um paralelo com as questões acerca da vivência da sexualidade fora dos padrões heterossexuais, é possível perceber que estas não estão disponíveis para a relação de convivência social com os indivíduos pertencentes ao grupo de minoria sexual. As pessoas gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros evidentemente não possuem o mesmo status social nem compartilham dos mesmos objetivos de pessoas heterossexuais e tais grupos também não interagem voluntariamente. A realidade dessas pessoas é levar a vida à margem da sociedade, inclusive, muitas vezes, escondendo a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero das pessoas mais próximas como família e

amigos, principalmente no caso de adolescentes que muitas vezes se declaram heterossexuais, mas mantêm relações afetivo-sexuais com pessoas do mesmo sexo às escondidas (Teixeira et al., 2012).

Dessa forma é possível refletir porque o contato aqui não influenciou no preconceito contra a diversidade sexual e de gênero dos adolescentes, entretanto, como o nível de preconceito dos jovens foi considerado mediano, apesar da influência entre os dois fatores não ter sido significativa, o contato pode sim, ter contribuído para que o nível de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero encontrado nesse grupo não tenha sido maior. Além disso, a pouca variação de respostas com relação a esse quesito, 20 adolescentes responderam ter contato com pessoas LGBT e apenas 2 alegaram que não, pode ter influenciado no resultado encontrado. Ainda, acreditamos que seja difícil que, nos tempos atuais, as pessoas tenham contato apenas indivíduos heterossexuais, sendo essa variável assim, uma constante, como mostram os próprios indicadores desta pesquisa.

Investigamos ainda a influência da religiosidade sobre o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. Para isso, foi realizada uma Análise de Variância *One Way* tomando o índice de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero como variável dependente e a religiosidade como variável independente. Os resultados demonstraram não haver efeito da religiosidade sobre o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero dos jovens [ $F(1,10) = .506, p > .10$ ]. O termo religiosidade aqui utilizado, se referiu à religião seguida pelos adolescentes e esse dado é considerado importante, já que as doutrinas das religiões são fatores de forte influência no processo de formação de identidade e de valores e crenças dos indivíduos.

A religião ocupa um lugar de regulação do comportamento sexual e pode acabar por validar o preconceito contra grupos de minoria sexual. As instituições religiosas podem tanto difundir ideias e práticas alusivas ao preconceito contra a diversidade sexual e de gênero

quanto promover a crítica social sobre as desigualdades que atingem tal grupo. Todavia, religiões com segmentos do cristianismo têm mostrado visões bastantes conservadoras sobre a diversidade sexual, embora muito recentemente seja possível identificar uma variação maior das percepções e formas de atuação dessas instituições (Natividade, 2013).

A vista disso, assim como os dados relativos ao contato com pessoas gays, lésbicas, transexuais e travestis, nosso estudo não corrobora os resultados de outros que afirmam que o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero moderado encontrado na amostra estudada pode ser influenciado pela religiosidade já que esta pode reforçar e instigar estereótipos dos indivíduos LGBT, como é possível verificar na pesquisa de Busin (2008), onde foram realizados grupos focais nos quais foi possível identificar o atravessamento do discurso religioso nas narrativas de adolescentes homossexuais. Nesses grupos, os jovens apresentaram ideias relacionadas com uma tentativa de instaurar o que é aceito ou não diante das leis de Deus, ou seja, a homossexualidade é vista por aquele grupo como uma identidade anormal, que precisa de cura e de libertação, apesar da própria orientação sexual.

Apesar da análise das narrativas dos adolescentes não ter sido parte da metodologia do presente estudo, os resultados da pesquisa citada acima podem equivaler a alguns itens da Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero aqui utilizada. Entretanto, ainda que a maior parte dos entrevistados tenham declarado seguir alguma religião, esse não foi um aspecto significativo para o nível de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero encontrado.

#### *Habilidade Sociais dos Adolescentes*

A partir do teste *t* de *student* para uma amostra, foi possível averiguar a média da frequência e da dificuldade na emissão das habilidades sociais dos adolescentes participantes da pesquisa, fazendo um comparativo contra o ponto médio dos índices tanto de frequência



(ponto médio = 3) quanto da dificuldade (ponto médio = 2) da emissão das habilidades sociais, ambas obtidas a partir dos resultados da aplicação do IHSA.

Com relação à frequência, conforme disposto na Tabela 5, os resultados foram comparados com o ponto médio da escala (3) e foi verificado que os adolescentes apresentam baixo desempenho tanto na frequência das habilidades gerais quanto nas subescalas referentes à empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social. Tais dados apontam que os jovens têm um repertório abaixo da média em habilidades sociais, ou seja, apresentam uma baixa frequência dessas classes de comportamento, o que, segundo Z. Del Prette e A. Del Prette (2009), indica uma necessidade de Treinamento em Habilidades Sociais.

Tabela 5 – Médias e desvios padrões dos percentis da frequência da emissão de Habilidades Sociais\* totais e específicas dos adolescentes (Teste *t* de *Student*).

<b>Habilidade</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b><i>t</i></b>	<b><i>p</i></b>
Habilidades Sociais Totais	1.45	1.22	-5.92	0.001
Empatia	1.40	1.18	-6.31	0.001
Autocontrole	1.40	1.50	-3.39	0.003
Civilidade	1.50	1.22	-5.74	0.001
Assertividade	1.54	1.22	-5.57	0.001
Abordagem Afetiva	1.31	0.94	-8.34	0.001
Desenvoltura Social	1.49	1.42	-21	0.001

\*A escala variou de 1 a 5. Quanto maior o valor, maior a frequência na emissão da habilidade.

Esse achado está relacionado com a hipótese 1 (H1) desse estudo que apresentou justamente a ideia de os adolescentes apresentariam baixos índices de frequência de emissão de habilidades sociais. Tal hipótese foi construída com base no perfil da amostra investigada

que é caracterizada por alguns aspectos que influenciam no desempenho social do adolescente, pois se tratam de indivíduos jovens, pertencentes a um nível socioeconômico mais baixo e que, ainda, nunca tiveram uma estrutura de ensino voltado para potencializar as habilidades adquiridas através das próprias interações sociais, habilidades essas que, podem estar presentes no repertório do indivíduo, mas que podem não ser utilizadas por diversos motivos (Bolsoni-Silva et al., 2006; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2005).

O teste *t* descrito na tabela 5 também foi relacionado com a quarta hipótese (H4) formulada, onde foi colocado que os índices das subclasses de empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social variariam independentemente do nível total de habilidades sociais. Isso porque, em algumas dessas subclasses a frequência poderia ser satisfatória o que, não necessariamente, garantiria o bom desempenho das habilidades sociais totais, já que este é um índice composto justamente pelo somatório das frequências das subclasses referidas no IHSA. Nesse caso, como foi possível verificar através dos resultados, a frequência na emissão de comportamentos não foi satisfatória em nenhuma das subclasses, refletindo assim, na emissão de habilidades de forma geral.

Essa característica da amostra aponta que o repertório de habilidades sociais dos adolescentes encontra-se bastante comprometida e, conseqüentemente, há um comprometimento também nas relações interpessoais. Nesse sentido, é provável que diante de demandas do cotidiano da vida social, esses jovens se relacionem de maneira negativa ou mesmo que evitem determinadas situações nas quais sintam uma dificuldade maior. Esse déficit nas habilidades sociais pode levar, por exemplo, à dificuldade na aceitação dos pares, dificuldades no comportamento escolar e promoção de comportamento violento (Caballo, 2003; Leme et al., 2015; Merrell, & Gimpel, 2014).

A análise relativa a dificuldade dos adolescentes frente às demandas de interação social foi feita através de um teste *t* para uma amostra contra o ponto médio da escala (ponto médio = 2). Os resultados podem ser visualizados na Tabela 6, que apresenta as diferenças entre os escore geral e os escores das subescalas. Com relação à dificuldade de desempenho total, os adolescentes apresentaram-se significativamente acima da média, o que significa um alto custo de resposta ou de ansiedade na emissão das habilidades. Tal resultado também foi encontrado nas subescalas de empatia, civilidade e assertividade. Já os resultados encontrados relativos ao autocontrole, a abordagem afetiva e desenvoltura apontaram que os jovens têm um baixo custo de resposta ou ansiedade na emissão dessas habilidades em particular.

Tabela 6 – Médias e desvios padrões dos percentis da dificuldade na emissão de Habilidades Sociais\* totais e específicas dos adolescentes.

<b>Habilidade</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b><i>t</i></b>	<b><i>p</i></b>
Habilidades Sociais Totais	2.47	0.74	2.99	0.009
Empatia	2.42	0.92	2.12	0.047
Autocontrole	1.76	0.76	-1.42	0.171
Civilidade	2.38	0.86	2.01	0.057
Assertividade	2.38	0.80	2.16	0.042
Abordagem Afetiva	1.61	0.86	-2.01	0.057
Desenvoltura Social	1.95	1.07	-0.204	0.841

\*A escala variou de 1 a 3. Quanto maior o valor, maior a dificuldade na emissão da habilidade.

A dificuldade aferida no instrumento indica alta ansiedade e déficit de aquisição no exercício das habilidades sociais. Nesse sentido, quanto menor a dificuldade com relação a

um determinado comportamento, maior será a frequência em que este será emitido. Porém os resultados desse estudo apontam uma divergência entre a frequência e a dificuldade das habilidades de autocontrole, abordagem afetiva e desenvoltura social, já que os adolescentes apresentaram poucas dificuldades relacionadas a essas subclasses (abaixo do ponto médio), porém também manifestaram uma baixa frequência. O seja, não há dificuldades consideráveis presentes no repertório dos adolescentes que justifiquem a baixa frequência de emissão dessas classes de comportamento. Em suma, apesar dos adolescentes não apresentarem grandes dificuldades na emissão de comportamentos relacionados ao autocontrole, a abordagem afetiva e a desenvoltura social, a frequência de emissão desses comportamentos não é satisfatória. Esse resultado refuta a hipótese 2 (H2) desse estudo que previa que os adolescentes que apresentassem maior frequência na emissão de habilidades sociais expressariam menos dificuldades no custo dessa emissão.

Essa característica dos adolescentes participantes da pesquisa é prevista por Z. Del Prette e A. Del Prette (2009) que afirmam que um indivíduo pode apresentar baixa dificuldade, porém manifestar tais habilidades em uma frequência inferior à esperada, por uma questão de motivação. As situações mais graves, segundo os mesmos autores, são aquelas onde existe alta dificuldade e baixa frequência, aspectos encontrados nessa pesquisa relacionados com as habilidades totais e as habilidades de empatia, civilidade e assertividade.

A contradição encontrada pode ser relacionada com as habilidades a que se referem e ao próprio período da vida, a adolescência, já que este é um período de novas experiências, de saída da fase da infância, o que acaba por demandar dos jovens novas habilidades ou que as mesmas sejam aprimoradas diante de novas situações de relação interpessoal como interagir com diferentes grupos, diferentes situações de hierarquia ou ainda, circunstâncias de relações afetivos-sexuais. Então, a empatia (prestar atenção, observar, demonstrar

interesse pelo outro, oferecer ajuda, compartilhar, etc.), a assertividade (lidar com críticas e gozações, fazer e recusar pedidos, defender os próprios direitos, negociar interesses e resistir à pressão de colegas) e a civilidade (despedir-se, cumprimentar as pessoas, aguardar a vez para falar, seguir regras e instruções, utilizar expressões como obrigado, desculpe e por favor) (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2009) fazem parte de uma classe de comportamentos que provavelmente estão sendo aprimoradas nessa fase da vida, justamente por causa das novas demandas que a juventude impõe ao indivíduo, como a vivência da sexualidade, por exemplo, enquanto o autocontrole (reconhecer e nomear as emoções, controlar o humor, controlar a ansiedade etc.), a abordagem afetiva (falar o que não agrada, demonstrar interesse em ficar com alguém, iniciar conversas etc.) e a desenvoltura social (fazer apresentações, conversar com pessoas de autoridade, pedir informações) (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2009), remetem a comportamentos aprendidos perante a socialização desde a infância, através da experiência de socialização familiar e escolar.

Assim, diante dos resultados relativos à frequência e à dificuldade na emissão das habilidades trabalhadas, é possível constatar a necessidade que os jovens têm de melhorar seu desempenho social. Para esse grupo, um treinamento em habilidades sociais surge como demanda eminente diante dos resultados encontrados. Nesse sentido, apesar da presente pesquisa ter como objetivo relacionar o treino de habilidades sociais com as relações interpessoais com pessoas e grupos LGBT, a intervenção pretende trabalhar cada subclasse de comportamento analisada no estudo, sendo assim, uma importante ferramenta para o ensino e aprimoramento de habilidades desses jovens, aspecto que pode ir além do trato com a diversidade sexual.

Para a exploração dos dados relativos à variação das habilidades sociais em função da idade e do sexo dos adolescentes foi realizada a Análise de Variância *One Way* ANOVA

considerando o escore da frequência das habilidades sociais totais como variável dependente e o sexo e a idade como variáveis independentes.

A análise realizada demonstrou que a frequência de habilidades sociais apresentada pelos jovens não varia em função da idade [ $F(1,1) = 1.25, p > .10$ ]. A respeito disso, como foi colocado anteriormente, as faixas etárias aqui comparadas foram 14 a 15 anos e 16 a 17 anos, aspecto que possivelmente implicou nos resultados que contestam a hipótese 3 (H3) de que os adolescentes mais velhos teriam um melhor repertório de habilidades sociais do que os mais jovens.

Para Z. Del Prette e A. Del Prette (2009) se considerarmos a adolescência as idades compreendidas entre 12 e 17 anos, muito provavelmente será esperado diferenças significativas advindas das próprias demandas desenvolvimentais, já que, apesar de não ser uma faixa de idade muito extensa, os adolescentes de diferentes idades desse período apresentam diferenças indicativas do processo de aprendizagem gradual das habilidades sociais. Entretanto, como foi discutido na seção dos resultados sobre o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero dos adolescentes, a amostra que fez parte deste estudo é composta por um grupo de vivência social bastante semelhantes, já que fazem parte da mesma instituição escolar, da mesma turma e moram na mesma comunidade. É provável que tais fatores influenciem mais fortemente o seu desempenho social do que a idade dos adolescentes.

Ainda sobre os fatores que impactam na frequência das habilidades, admitindo a frequência como variável dependente e o sexo dos participantes como variável independente, foi constatado através da Análise de Variância *One Way* ANOVA que, para essa amostra não há influência do sexo dos adolescentes na frequência de emissão das habilidades sociais aferidas [ $F(1,12) = 1.00, p > .10$ ].

Em função dos aspectos do desenvolvimento, Z. Del Prette e A. Del Prette (2009) referem que são esperadas diferenças relevantes no desempenho das habilidades sociais entre os sexos consequentes da disparidade no processo de maturidade física e emocional entre homens e mulheres. Além disso, os padrões de comportamento são estabelecidos pelas agências sociais como a família, religião e escola e por suas práticas culturais como a educação familiar e o ensino. Assim, o comportamento socialmente esperado para o sexo masculino e feminino acaba por influenciar também o desempenho de habilidades sociais (Bronfenbrenner, 2002; Hess, 1975; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2010). Entretanto, o comportamento social relacionado ao sexo ainda é uma controvérsia na literatura, uma vez que alguns autores não identificam tais diferenças em suas pesquisas (Schroeder, & Rakos, 1983), o que vai ao encontro do resultado aqui relatado, já que esse aspecto não emergiu na amostra estudada.

### **3.4.2 Resultados e discussão pós intervenção: Pós-teste**

Como descrito anteriormente, após a etapa da intervenção – implementação do programa de treinamento de habilidades sociais voltado para questões sobre a diversidade sexual e de gênero – uma nova aferição das habilidades sociais e do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero foi realizada com o propósito de evidenciar os efeitos do programa de treinamento de habilidades sociais sobre a redução do preconceito dos adolescentes. Portanto, uma análise comparativa entre a mensuração feita no pré-teste (antes da intervenção) e no pós-teste (após a intervenção) foi elaborada. Os resultados dessa análise foram descritos a seguir.

*Níveis de preconceito contra a diversidade sexual entre adolescentes*

A análise de variância para medidas repetidas (ANOVA) indicou a diferença significativa nos níveis de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero do pré-teste para o pós-teste [ $F(1, 19) = 8.53, p = 0.01$ ]. O índice de preconceito contra a diversidade sexual entre os adolescentes que, na análise inicial (pré-teste) foi de  $M_1 = 2.79$  ( $DP = 1.03$ ), sofreu uma redução após o programa de habilidades sociais voltado para questões relacionadas com a diversidade sexual, apontando uma média de  $M_2 = 2.34$  ( $DP = 0.85$ ).

Esses dados demonstram que os adolescentes, inicialmente considerados moderadamente preconceituosos no tocante à diversidade sexual e de gênero, apresentaram uma redução significativa desse tipo de preconceito após a intervenção realizada com eles. Ou seja, eles tiveram ganhos com o programa de treinamento. Esse dado corrobora a hipótese 12 (H12) da presente pesquisa que traçou a possibilidade de que os níveis de preconceito aferidos na aplicação da escala correspondente a esse constructo no pré-teste seriam reduzidos após o programa de treinamento de habilidades sociais voltado para questões sobre a diversidade sexual e de gênero.

Esse achado também valida a ideia de que intervenções educativas no ambiente escolar têm a capacidade de alterar ambientes psicológicos na direção de permitir aos jovens potencializar suas habilidades e adquirir outras novas (Garcia, & Cohen, 2012), aspecto que respalda a base que serviu como fundamento da presente pesquisa que foi a de que, como o preconceito e as habilidades sociais são constructos baseados na aprendizagem social, então, para haja um aumento das habilidades dos indivíduos e, em decorrência disso, uma redução nas suas crenças calcadas no preconceito, pode-se fazer o ensino de habilidades deliberadamente, como foi o caso do programa de treinamento de habilidades sociais voltado para questões relacionadas com a diversidade sexual e de gênero.



Além disso, o procedimento interventivo produziu mudanças no ambiente dos adolescentes. Assuntos que eram tabus ou até mesmo proibidos dentro da escola tiveram, durante o tempo em que ocorreram os encontros do grupo, um espaço legitimado de discussão e aprendizagem, onde os jovens puderam se despir das crenças enraizadas e do senso comum de uma sociedade heterossexista como a nossa, para conhecer melhor sobre indivíduos que fazem parte de um grupo minoritário, que nesse caso foram as pessoas não pertencentes ao grupo social dos heterossexuais. Assim, era esperado que houvesse a redução do preconceito mensurada na escala após a realização da intervenção, pois segundo Groppo (2000) e Arpini (2003), o ambiente influencia de forma significativa o modo de pensar dos adolescentes, assim como seus valores e sua cultura.

A diferença positiva encontrada na comparação entre o pré e pós-teste quanto ao preconceito, pode sugerir a possibilidade de redução da violência verbal e psicológica disferidas pelos próprios adolescentes. Como mencionado por Ntarelli et al. (2015) e Souza et al. (2015) esse tipo de violência é muitas vezes praticada pelos próprios pares que agredem, xingam e ofendem os colegas que não se encaixam nos padrões de comportamento esperados para o seu gênero. Então, a partir dos dados verificados, supomos que a redução do preconceito ocorrida no presente estudo poderá refletir-se na diminuição do comportamento de *bullying* escolar e homofóbico. Além disso, um outro aspecto que solidifica ainda mais essa concepção foi obtida durante a etapa de intervenção, na quarta sessão do treinamento, onde foi possível observar mudanças de atitudes e comportamento daqueles adolescentes que, ao invés de reforçarem o *bullying* que o colega estava sofrendo, ou até mesmo praticá-lo diretamente, eles agiram no sentido evitar constrangimentos e o consequente sofrimento emocional do colega. De acordo com os próprios jovens, eles agora tentavam impedir essas situações.

A redução do preconceito verificada após a intervenção pode ser atribuída também à exposição a diferentes normas e valores sociais (Feng et al, 2012), incluindo a ressignificação de alguns desses, a partir da consciência da existência de estilos de vida além daqueles vivenciados pelos os adolescentes. No programa de treinamento, foi exposto aos adolescentes exemplos reais, por exemplo, da descoberta da sexualidade, de como essa não é uma opção dos indivíduos, mas sim uma etapa natural do seu desenvolvimento; ou ainda de como pessoas transexuais se percebem assim, como vivem e como se sentem em relação ao outro e a elas mesmas. Enfim, lhes foi apresentado uma realidade diferente daquelas que eles vivenciam, oportunizando que eles se colocassem no lugar do outro, que aprendessem a lidar com pessoas com comportamentos diferentes do socialmente esperado e assim, desconstruíssem as crenças estereotipadas sobre essas pessoas.

Dessa forma, os adolescentes puderam refletir sobre ter atitudes e comportamentos alternativos ao tratamento diferenciado, à hostilidade, ao desprezo, ou até mesmo às manifestações de violência físicas e verbais contra pessoas de diferentes orientações e identidades sexuais e de gênero, diminuindo assim, as diversas formas de preconceito contra essas pessoas. Ainda, a partir da aproximação com as experiências vivenciadas por pessoas não heterossexuais - através dos vídeos, filmes, discussões e demais atividades do programa de treinamento - foi oportunizado aos adolescentes refletir sobre o preconceito e a discriminação que esses indivíduos sofrem no seu cotidiano, fazendo comparações com situações constrangedoras ou violentas que os próprios jovens já haviam vivenciado, produzindo assim uma maior abertura para o contato, ao menos, respeitoso com indivíduos pertencentes a grupos de diferentes sexualidades, favorecendo assim, a aceitação de diversas formas de expressão da sexualidade.

Sendo assim, a intervenção elaborada para essa pesquisa propôs a aproximação dos adolescentes com indivíduos membros de grupos diferentes dos heterossexuais, ou ainda, de

qualquer pessoa que tem comportamentos diferentes daqueles esperados socialmente correspondentes ao seu sexo biológico. E, a partir do conhecimento, do aprendizado sobre pessoas e modos de viver diferentes, acreditamos que, como consequência, possibilitamos que as relações sociais com indivíduos com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero não sejam permeadas pelo preconceito. Dessa forma, como já dito, essa desconstrução de crenças e estereótipos foram calcadas no ensino de habilidades sociais, onde estão inclusos os comportamentos relacionados à empatia, civilidade, autocontrole, assertividade, desenvoltura social e abordagem afetiva, para os quais os resultados serão descritos e discutidos a seguir.

#### *Habilidades Sociais dos Adolescentes*

Os indicadores de habilidades sociais totais dos jovens e, ainda, as subclasses relacionadas à empatia, assertividade, abordagem afetiva, desenvoltura social, autocontrole e civilidade foram também comparados antes (pré-teste) e após (pós-teste) a aplicação do programa de intervenção, através de uma análise de variância com medidas repetidas (ANOVA), realizada separadamente para cada par de indicadores.

Os resultados indicam que houve um aumento na frequência de emissão de algumas classes de comportamentos de habilidades sociais. Tais diferenças foram significativas nos resultados relacionados às habilidades de assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social. Esse aspecto foi confirmado a partir da realização da análise de variância com medidas repetidas (ANOVA), onde verificou-se que, com relação à assertividade [ $F(1,19) = 5.86, p = 0.02$ ] houve um aumento da média da frequência de emissão de  $M_1 = 1.47$  ( $DP = 1.26$ ) para  $M_2 = 1.93$  ( $DP = 1.31$ ); sobre a frequência de comportamentos relacionados à abordagem afetiva [ $F(1,19) = 6.79, p = 0.01$ ] houve também um aumento significativo na média entre os dois momentos, de  $M_1 = 1.36$  ( $DP = 1.01$ ) para  $M_2 = 2.06$  ( $DP = 1.54$ ); no

tocante à frequência da desenvoltura social [ $F(1,19) = 3.97, p = 0.06$ ] também foi constatado um aumento significativo da média após o programa, de  $M_1 = 1.10 (DP = 0.45)$  para  $M_2 = 1.56 (DP = 1.05)$ .

Entretanto, no que diz respeito a análise de variância para medidas repetidas (ANOVA) das frequências das classes relacionadas com as habilidades gerais [ $F(1,19) = 1.60, p = 0.22$ ] [ $M_1 = 1.52 (DP = 1.30); M_2 = 1.81 (DP = 1.46)$ ], empatia [ $F(1,19) = 2.48, p = 0.13$ ] [ $M_1 = 1.47 (DP = 1.26); M_2 = 1.81 (DP = 1.46)$ ], autocontrole [ $F(1,19) = 0.48, p = 0.82$ ] [ $M_1 = 1.73 (DP = 1.40); M_2 = 1.81 (DP = 1.46)$ ] e civilidade [ $F(1,19) = 1.08, p = 0.31$ ] [ $M_1 = 1.57 (DP = 1.30); M_2 = 1.87 (DP = 1.28)$ ], apesar de ter sido verificado um aumento nas médias das frequências de emissão, as diferenças entre a primeira (pré-teste) e a segunda avaliação (pós teste) não foram significativas ( $p > 0.1$ ).

Dessa forma, os dados apresentados, obtidos através da ANOVA para medidas repetidas, apontam um aumento significativo na frequência com que os adolescentes emitem comportamentos relacionados com a assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social. Esse resultado que constata o aumento da frequência da emissão de comportamentos alusivos a essas subclasses de habilidades sociais através da comparação pré e pós-teste é considerado relevante para o presente estudo, pois tais classes de comportamentos podem ter influência direta nas relações interpessoais dos jovens e também nos diversos tipos de relacionamentos sociais com pessoas que destoam na heteronormatividade. Além disso, foi verificado na análise dos dados obtidos no pré-teste que os adolescentes apresentaram uma frequência de emissão abaixo da média tanto nas habilidades sociais totais, quanto em todas as subclasses aferidas no IHSA. Portanto, verificamos ganhos significativos em três, das seis, subclasses após a participação dos jovens no programa de treinamento de habilidades sociais.

Esse dado valida, em parte, a hipótese 10 (H10) elaborada para esta pesquisa. Nessa hipótese foi afirmado que, após a intervenção, os níveis de frequência de emissão das habilidades sociais relacionadas com a empatia, o autocontrole, a civilidade, a assertividade, a abordagem afetiva e a desenvoltura social seriam maiores. Apesar de não haver aumento significativo em todas elas, em três os resultados foram constatados – a saber, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social.

Entretanto, a hipótese 9 (H9) foi refutada, já que não houveram ganhos significativos com relação às habilidades sociais totais dos adolescentes após a intervenção. Porém as habilidades sociais totais são obtidas a partir da soma das habilidades de todas as subclasses de comportamentos mensuradas no instrumento. Assim, como foram verificados ganhos em três, das seis subclasses, há uma lógica para que o resultado alusivo às habilidades totais não tenha sido significativo. Ou seja, se não houve um aumento considerável em todas as subclasses, conseqüentemente não seria verificado um impacto significativo nas habilidades sociais totais.

Sobre os resultados descritos nessa seção, relacionados aos ganhos em habilidades sociais dos adolescentes após a intervenção, no sentido do aumento da frequência em que os adolescentes emitem determinados comportamentos, é possível realizar uma conjectura com a redução do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero averiguada a partir da comparação do pré e pós teste. Os resultados significativos do aumento da frequência relativos à assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social, podem ser traduzidos na aquisição de comportamentos alternativos àqueles discriminatórios. Em relação à assertividade, é possível citar a diminuição das gozações, a expressão de sentimentos negativos de formas não violentas ou através de ofensas, discordar de opiniões de forma respeitosa e, ainda, resistir à pressão de colegas em situações de prática de *bullying* homofóbico. No tocante a abordagem afetiva e a desenvoltura social, a relação com a

redução do preconceito se faz a partir de uma maior disposição do engajamento em relações sociais com indivíduos não heterossexuais como o simples fato de iniciar conversas com essas pessoas, realizar atividades sociais (como, por exemplo, em ambientes laborais) e pedir favores.

Sobre a dificuldade que os adolescentes têm para emitir determinados comportamentos diante das demandas de interação social, a análise de variância para medidas repetidas (ANOVA), apontou resultados significativos na atenuação da dificuldade relacionada com a civilidade [ $F(1,19) = 9.27, p = 0.007$ ], onde a dificuldade média aferida no primeiro momento foi  $M_1 = 2.38$  e, posteriormente diminuiu para  $M_2 = 1.62$ .

Já sobre as dificuldades relacionadas com as habilidades gerais [ $F(1,19) = 2.75, p = 0.11$ ] [ $M_1 = 2.50 (DP = 0.68); M_2 = 2.25 (DP = 0.84)$ ], com a empatia [ $F(1,19) = 0.80, p = 0.38$ ] [ $M_1 = 2.50 (DP = 0.89); M_2 = 2.31 (DP = 0.86)$ ], autocontrole [ $F(1,19) = 0.03, p = 0.84$ ] [ $M_1 = 1.66 (DP = 0.74); M_2 = 1.62 (DP = 0.73)$ ], assertividade [ $F(1,19) = 0.39, p = 0.53$ ] [ $M_1 = 2.38 (DP = 0.75); M_2 = 2.31 (DP = 0.72)$ ], e desenvoltura social [ $F(1,19) = 0.02, p = 0.87$ ] [ $M_1 = 2.00 (DP = 1.10); M_2 = 1.81 (DP = 0.83)$ ], não foram constatadas diferenças significativas na redução da dificuldade entre o pré-teste e o pós-teste ( $p > .1$ ).

Esse resultado foi considerado importante, pois antes da intervenção, as dificuldades mais significativas dos adolescentes foram relacionadas com a empatia, a assertividade e a civilidade. Dessa forma, verificou-se que o programa teve impacto na subclasse de comportamento alusiva à civilidade, minimizando a dificuldade expressiva de uma das subclasses de comportamento dos adolescentes relacionada com seu desempenho social. Novamente aqui, constata-se a corroboração de uma das hipóteses de forma parcial, já que a hipótese 11 (H11) afirmava que após o treinamento de habilidades sociais as dificuldades na emissão das habilidades sociais sofreriam decréscimo comparativamente às apresentadas no pré-teste.

Para Z. Del Prette e A. Del Prette (2009) os casos mais graves de desempenho social são aqueles em que, além da baixa frequência, há concomitantemente grandes dificuldades na emissão de determinados comportamentos, pois quando não há dificuldades, a baixa emissão pode ser associada à falta de motivação, que seria mais simples de solucionar. Porém, as dificuldades apontam um déficit que implica em um alto custo de resposta, ou seja, ansiedade, nos adolescentes, o que foi o caso verificado com a civilidade. Assim, esse foi considerado um ponto importante das análises, pois dessa forma foi percebido que os adolescentes tiveram ganhos com a atenuação das dificuldades de comportamentos associados à civilidade.

Em razão disso, é possível fazer a associação de comportamentos como cumprimentar as pessoas, utilizar expressões como obrigado, desculpe e por favor, seguir regras e instruções (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2009), ou seja, com comportamentos de respeito ao próximo e de boa convivência em sociedade, com a consequente diminuição de comportamentos discriminatórios como o *bullying* contra pessoas que destoam do comportamento heterossexual.

Dessa forma, é possível fazer uma aproximação dos resultados da presente pesquisa com aqueles do programa de treino de habilidades realizado por Pecuela e Bocos (2013). Em sua pesquisa os autores constataram uma menor incidência da frequência de problemas entre agressores e vítimas na escola a partir do treino de relações positivas com os pares, através do que os autores chamam de comportamentos pró-sociais que, na presente pesquisa podemos denominar de civilidade. Assim, é possível respaldar os resultados deste estudo como uma forma eficaz de produzir mudança de comportamento em adolescentes, incluindo nesse processo as atitudes e comportamentos preconceituosos.

Além disso, o aumento da frequência na emissão de determinadas habilidades, com a consequente diminuição das dificuldades em emití-las, pode ser atribuído ao caráter de

aprendizagem cooperativa (Foley, 2000; Lavasania et al., 2011) estabelecido no grupo de intervenção. Ao longo do treinamento, os adolescentes foram levados a pensar coletivamente, procurando soluções para problemas em conjunto, desconstruindo crenças uns dos outros, compartilhando informações, opiniões e sentimentos. O que levou a uma maior interação social entre eles o que, segundo Lavasania et al. (2011) acaba por facilitar a aquisição de habilidades sociais e emocionais mais adequadas no lugar de comportamentos disfuncionais ao desempenho social.

Ademais, é possível fazer um paralelo com as características da aprendizagem cooperativa (Foley, 2000; Lavasania et al., 2011) com as condições para a redução do preconceito da hipótese de contato de Allport (1954). Na primeira, as características são: a participação ativa e voluntária dos estudantes nas atividades, participação ativa de todos os membros do grupo nas tomadas de decisão, ter pelo menos um objetivo em comum, responsabilizar-se pelas decisões tomadas por todos os membros do grupo, utilizar meios para atingir os objetivos em comum e tomar decisões proporcionais aos objetivos comuns do grupo. Já na hipótese de contato uma das condições para a redução do preconceito é justamente a busca de objetivos em comum, aspecto que pode ser potencializado se os grupos forem apoiados institucionalmente. Em suma, o contato e o processo de cooperação nas relações interpessoais são considerados formas eficazes para a redução do preconceito (Allport, 1954; Fiske, 1998), já que estes diminuem as barreiras entre os grupos através de mudanças cognitivas as acabam por desconstruir as crenças preconceituosas (Nunan, 2007). Ou seja, em grupos realizados nas escolas - que são apoiados institucionalmente por elas - e que começam a traçar objetivos em comum através de diversas atividades - aprendizagem cooperativa - podem ter como resultado a redução do preconceito que permeiam suas relações interpessoais, proporcionando assim aos indivíduos a modificação de crenças



errôneas contra grupos que não sejam o seu e que, ainda, podem disseminar e generalizar esse tipo de comportamento para a sociedade em geral.

## CAPÍTULO IV

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A presente pesquisa teve como objetivo geral verificar a efetividade do treinamento de habilidades sociais como forma de combate ao preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. Para isso, um programa de treinamento foi elaborado especialmente com conteúdo sobre a diversidade sexual e, seu impacto no comportamento dos adolescentes foi verificado através de uma avaliação antes (pré-teste) e depois (pós-teste) da referida intervenção.

Inicialmente, realizou-se o pré-teste dos níveis de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero dos adolescentes, assim como de habilidades sociais. No tocante ao preconceito contra diversidade sexual e de gênero, os jovens foram considerados moderadamente preconceituosos. Já quanto aos níveis de habilidades sociais os participantes apresentaram déficits em sua emissão. Entre os déficits considerados mais graves estão aqueles correspondentes à empatia, civilidade e assertividade, pois são tipos de comportamentos onde os adolescentes apresentam tanto baixa frequência na emissão, quanto um maior grau de dificuldade em emití-los. Observou-se ainda que a dificuldade na emissão dessas habilidades foi acima da média, com alto custo de resposta, ou seja, uma dificuldade que pode gerar transtornos aos adolescentes, como a ansiedade.

Em seguida, os adolescentes vivenciaram a experiência do programa de treinamento e, então, novamente seus níveis de preconceito e habilidades sociais foram aferidos. Nesse ínterim, verificou-se a obtenção de ganhos de suma importância para o desempenho social dos adolescentes. O nível de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero teve uma redução significativa, quando comparado à avaliação inicial e, ainda, foi confirmado o

aumento significativo da frequência de emissão em três das seis subclasses de habilidades sociais, que foram: assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social.

Portanto, acredita-se que o objetivo principal dessa pesquisa foi alcançado visto que todas as etapas elaboradas foram concluídas e a participação dos adolescentes, aspecto crucial para que o programa fosse bem-sucedido, foi bastante satisfatória, já que os mesmos tiveram uma boa aceitabilidade do programa, principalmente por aquele ser um espaço onde podiam tratar de assuntos considerados tabus. Além disso, tivemos como resultado determinante, para constatarmos a eficácia do programa, a redução do preconceito contra a diversidade sexual, meta principal da intervenção desta pesquisa.

O alcance do objetivo principal do estudo aponta que o treino em habilidades sociais é uma estratégia eficaz para o combate ao preconceito contra a diversidade sexual, já que podemos atribuir a redução de comportamentos disfuncionais – como os discriminatórios - ao ensino de habilidades como assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social pertinentes às relações interpessoais com indivíduos que destoam na norma heterossexual, visto que esse tipo de mudança, de comportamentos e atitudes, já foi imputado à aquisição e aprimoramento de habilidades sociais em outros estudos correlacionados com problemas de convivência na escola (Maria, & Lobo, 2013) e *bullying* (Polan et al., 2010; Pecuela, & Bocos, 2013).

Entretanto, as mesmas evidências retratadas como positivas nos resultados encontrados nessa pesquisa, podem ser apontadas como limitações do estudo, pois nos levam à reflexão de que houve sim, a modificação do comportamento preconceituoso dos adolescentes – constatado a partir dos dados estatísticos da comparação pré e pós-teste. Porém não há evidências de que as crenças as quais sustentam o preconceito contra pessoas não heterossexuais foram alteradas concomitantemente. Existe a possibilidade de que o preconceito flagrante tenha sido minimizado, no entanto as crenças errôneas ainda

permaneçam. Apesar disso, os dados referentes ao impacto do programa de habilidades sociais na manifestação do preconceito desses jovens não se tornam menos importantes. Acreditamos que a diminuição da manifestação do preconceito flagrante, ou seja, da discriminação expressa abertamente, seja de suma importância para influenciar na redução do *bullying* contra pessoas que não se comportam de acordo com o socialmente esperado para o seu sexo e, sobretudo, na atenuação da violência, psicológica ou física, que esses indivíduos sofrem.

Dessa forma, a pesquisa aqui apresentada contribui de forma significativa tanto para o campo de estudos das habilidades sociais, quanto para o da redução do preconceito. Nela, foi possível verificar a eficácia da aquisição de determinadas habilidades como ferramenta para uma maior aceitação do convívio com pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, com diversas identidades de gênero, ou até mesmo com aqueles indivíduos que simplesmente não se comportam de modo socialmente esperado correspondente ao seu gênero. Consequentemente, ainda, podemos ressaltar que, concomitantemente, os resultados verificados podem se traduzir em uma redução de emissão de comportamentos violentos a esses sujeitos, como no caso de comportamentos discriminatórios que envolvem crimes e até assassinatos.

Ademais, a partir desse estudo, é possível aproximar a teoria das habilidades sociais com a da redução do preconceito, partindo do pressuposto de que é com base nas crenças pessoais, nos estereótipos e nos sentimentos negativos que o preconceito é sustentado (Rodrigues et al., 1999). Então, fundamentando-se na pesquisa apresentada, acreditamos ser válida essa relação, já que, as duas teorias abordam justamente a modificação de crenças, modificação de comportamentos violentos, resolução de conflitos, dentre outros. Para a intervenção aqui realizada, nos baseamos no entendimento de que, da mesma forma que o preconceito é aprendido socialmente, através das relações intergrupais, a tolerância e o

respeito às pessoas que destoam do comum no que diz respeito ao comportamento e à orientação sexual também pode ser ensinado na direção de tornar os indivíduos mais competentes socialmente no âmbito das relações interpessoais e sociais entre indivíduos de diferentes grupos.

Acreditamos ainda, em concordância com Murta et al. (2010) que os comportamentos adaptativos relacionados com as habilidades sociais podem ser caracterizados também pelo desenvolvimento da tolerância ao que difere do comum, a partir de relações interpessoais de gênero pautadas nos direitos interpessoais e no uso de estratégias saudáveis relacionados com problemas de relações afetivas e sexuais (MURTA et al., 2010). E, nessa direção, o ensino deliberado desses comportamentos pode ser realizado em programas de treinamento, como o executado na presente pesquisa, onde constatamos que o aprimoramento da assertividade, abordagem afetiva, desenvoltura social e, ainda, com a minimização das dificuldades relacionadas com a civilidade causaram impacto no sentido de reduzir o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero.

Além disso, a competência social (atributo avaliativo das habilidades sociais) (Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2001a), tem como critérios o bom convívio e o respeito pelos direitos humanos básicos devendo abarcar assim, uma boa desenvoltura e um bom desempenho social diante de pessoas LGBT, a partir da redução de crenças de que, por exemplo, os grupos não heterossexuais merecem ser extintos do convívio em sociedade, que são merecedores de agressões físicas ou mesmo de assassinatos. Nessa direção, é possível considerar a ideia de que o comportamento preconceituoso e a discriminação se apresentam, de certa forma, como um déficit de competência social, sendo o treinamento de habilidades sociais uma ferramenta eficaz para diminuir tais comportamentos e atitudes, e melhorar a interação social entre diferentes grupos a partir de habilidades sociais aprendidas, como foi possível verificar nesta pesquisa.

O Treinamento em Habilidades Sociais mostrou-se como uma ferramenta eficaz para o ensino de habilidades de relações interpessoais que podem concorrer com atitudes e comportamentos preconceituosos. As habilidades sociais emergem como ferramenta contribuinte ao estabelecimento dos direitos humanos básicos (A, Del Prette, & Z. Del Prette, 2011; Z. Del Prette, & A. Del Prette, 2001b), envolvendo o benefício da coletividade com a redução do preconceito e, assim, o respeito à diversidade sexual pode ser garantido mediante novas habilidades relacionadas ao bem-estar coletivo e à liberdade de que cada indivíduo tem de expressar sua sexualidade sem ser julgado ou estigmatizado. Dessa maneira, a presente pesquisa contribui para além dos estudos das teorias utilizadas. Ela coopera também com uma ferramenta prática de redução do preconceito e discriminação na sociedade, a partir do momento em que as mudanças comportamentais verificadas nos instrumentos utilizados nesta pesquisa de traduzem na sociedade em melhoria do convívio desses jovens com indivíduos com costumes, valores, cultura e comportamentos diferentes dos deles, proporcionando assim uma melhoria da qualidade de vida das pessoas ao redor, pautado no respeito ao diferente.

Todavia, ainda que a intervenção realizada tenha apresentado resultados importantes, o programa realizado não conseguiu ter impacto significativo em todas as subclasses de habilidades sociais deficitárias dos adolescentes. É provável que esse fato tenha ocorrido pela falta de treino e ensino deliberado dessas habilidades em situações além do grupo de treinamento, como nas próprias salas da aula que eles frequentavam, por exemplo. Ademais, mesmo que a metodologia relacionada com a quantidade de sessões tenha respaldo em pesquisas anteriores (Cacheiro, & Martins, 2012; Murta et al., 2012), é possível que uma intervenção mais longa pudesse produzir efeitos significativos nas subclasses de comportamentos onde esse impacto não foi observado.

Com relação à experiência do grupo de intervenção, é importante ressaltar que, apesar da temática ainda ser considerada tabu no que concerne à sua discussão dentro da escola, essa não foi uma dificuldade encontrada durante a pesquisa. De maneira oposta, a proposta de pesquisa e intervenção foi aceita com muita facilidade dentro da instituição participante não só pelo corpo docente, mas também pelos próprios alunos e seus responsáveis.

No tocante à avaliação do programa pelos próprios participantes - das suas opiniões, sugestões e críticas ao programa - pode-se afirmar que no *feedback* da intervenção os jovens mostraram estar mais apropriados dos assuntos tratados nas sessões, que antes eram desconhecidos, e mais abertos a se relacionarem de forma mais respeitosa com pessoas que fogem à norma da heteronormatividade no seu convívio social. Além disso, foi possível verificar através dos registros do diário de campo sobre as falas de alguns deles, que ao final do programa eles refletiam mais sobre suas atitudes, comportamentos e crenças comparado ao início do treinamento.

O relato de experiência do programa de treinamento de habilidades aqui descrito serve como modelo de replicação para outros estudos que abordem o combate ao preconceito contra a diversidade sexual e de gênero ou qualquer outro tipo de preconceito e discriminação, como o racial, sendo necessárias as devidas adequações. Além disso, acredita-se que essa estrutura também possa servir de auxílio para professores e educadores como instrumento que visa à promoção de habilidades sociais e melhoria de relações interpessoais de adolescentes considerando também os aspectos éticos e de respeito ao próximo em situações que se apresentem diferente do que é o mais comum na nossa sociedade, nesse caso, a heterossexualidade. Entretanto, é recomendável que um programa semelhante seja feito também com os professores, para que esses possam fazer uso contínuo do aprendizado dessa experiência no cotidiano da sala de aula.

Outra sugestão para estudos posteriores, é a elaboração de um treinamento focado em uma habilidade específica, como a empatia. Essa proposta baseia-se na concepção dos aspectos emocionais do preconceito, onde a afetividade tem sido uma perspectiva bastante estudada atualmente no âmbito das relações interpessoais (Dovidio et al., 2002). Ademais, a efetividade de programas semelhantes pode ser testada também para o combate ao preconceito racial ou ao sexismo.

Cabe ressaltar ainda, a importância de pesquisas com intervenções realizadas na área da psicologia. Esta é uma lacuna que tem como consequência a falta de modelos estruturados e testados empiricamente para servirem de referência para a classe de profissionais psicólogos. Desta forma, sugerimos aqui o aumento desse tipo de metodologia nas pesquisas do campo de estudos da psicologia, principalmente junto aos programas de pós-graduação – mestrado e doutorado – das universidades do país.

Por fim, destacamos que esta pesquisa-intervenção colabora para o desenvolvimento tanto da teoria de combate ao preconceito, quanto para a prática da elaboração de estratégias também com essa finalidade. Os resultados são inéditos, apontando assim a importância de mais investimentos de pesquisas nessa direção, visto os benefícios que o impacto de intervenções como essa podem trazer não só para a área acadêmica, mas para a sociedade em geral.



## REFERÊNCIAS

- Albuquerque, P. P., & Williams, L. C. A. (2015). Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. *Temas em Psicologia*, 23(3), 663-676. doi: 10.9788/TP2015.3-11.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Amaro, L. C. P. (2012). *Habilidades sociais relevantes para alunos com e sem necessidades educacionais especiais segundo avaliação do professor* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Argyle, M. (1976). *A interação social: Relações interpessoais e comportamento social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Arpini, D. M. (2003). *Violência e exclusão – A adolescência em grupos escolares*. Bauru, SP: EDUSC.
- Barbero, G., H. (2003). A psicanálise e as manifestações contemporâneas da sexualidade. Um outro saber possível. *Pulsional - Revista de Psicanálise*, 7, 11-17.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berni, V. L., & Roso, A. (2014). A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. *Psicologia e Sociedade*, 26(1), 126-136. doi: 10.1590/S0102-71822014000100014
- Berry, J. W. (2004). Migração, aculturação e adaptação. In: S. D. DeBiaggi & G. J. Paiva (orgs), *Psicologia, e/imigração e cultura*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Bahia, G.G. (2016). Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil. Recuperado de <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>.
- Bolsoni-Silva, A. T., Del Prette, Z. A., Del Prette, G., Montagner, A. R., Bandeira, M., & Del Prette, A. (2006). Habilidades sociais no Brasil: uma análise dos estudos publicados em periódicos. In: M. Bandeira, Z. A. P Del Prette, & A. Del Prette. (Orgs.), *Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal* (pp 1–45). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Borges, Z. N., & Meyer, D. E. (2008). Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas para a Educação*, 16(58), 59-76. doi: 10.1590/S0104-40362008000100005,
- Borrillo, D. (2001). *Homofobia*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- Borrillo, D. (2009). Homofobia. In: T. Lionço & D. Diniz. (orgs.), *Homofobia e Educação*. Brasília: Editora UnB.

- Brasil. (1990). *Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069*, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). (2016). *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2013*. Brasília, DF.
- Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados* (M. A. V. Veronese, Trad., 2ª Reimpressão). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1979).
- Busin, V. M. (2008). Homossexualidade, religião e gênero: a influência do catolicismo na construção da auto-imagem de gays e lésbicas. Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo.
- Caballo, V. E. (1986). Evaluación de las habilidades sociales. In: R. Fernández Ballesteros y J., A., I. Carrobes (comps.), *Evaluación conductual: metodología y aplicaciones* (3ª edición), Madrid, Pirámide
- Caballo, V. E. (2003). *Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais*. São Paulo: Santos.
- Caballo, V. E. (2011). O treinamento em habilidades sociais. In V. E. Caballo (org.), *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento*. São Paulo, SP: Santos.
- Cacheiro, C. M., & Martins, M. J. D. (2012). Promoção de competências sócio-emocionais em crianças do ensino básico. *Revista Galego – Portuguesa de Psicologia e Educación*, 20(1), 155-169.
- Campos, J. R. (2010). *Habilidades sociais de adolescentes com indicadores de depressão: considerando fatores de gênero e socioeconômicos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Castro, Y. R, Fernandez, M. L., Fernandez, V. C., & Medina, P. V. (2013). Validación de la Escala de Homofobia Moderna en una muestra de adolescentes. *Anales de Psicología*, 29 (2), 523-533. doi: 10.6018/analesps.29.2.137931.
- Cavalleiro, E. S. (2005). Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação antirracista: caminho abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p.65-104.
- Cénat, J., M., Blais, M., Hébert, M., Lavoie, F., & Guerrier, M. (2015). Correlates of bullying in Quebec high school students: The vulnerability of sexual-minority youth. *Journal of Affective Disorders*, 183, 315–321. doi: 10.1016/j.jad.2015.05.011.
- Cerqueira-Santos, E., & DeSouza, E. (2011). Preconceito e discriminação contra minorias sexuais: o caso da homofobia. In: E. M. Techio & M. E. O. Lima. (orgs.) *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal*. Brasília: Technopolitik.

- Cerqueira-Santos, E., Melo Neto, O., C., & Kholler, S. H. (2014). Adolescentes e adolescências. In L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. H. Kholler (Orgs.), *Trabalhando com adolescentes* (pp. 17-29). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Cerqueira-Santos, E., Winter, F., Salles, A., Longo, J., & Teodoro, M. (2007). Contato interpessoal e crenças sobre homossexualidade: desenvolvimento de uma escala. *Interação em Psicologia*, 11(2), 221 – 229. doi: 10.5380/psi.v11i2.6639.
- Chinaglia, M., & Díaz, J. (coord). (2011). *Projeto Escola sem Homofobia* (Relatório de Pesquisa/2011). Campinas, SP. Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva.
- Corona, H. F., & Funes, D. F. (2015). Abordaje de la sexualidad en la adolescência. *Revista Médica Clínica Las Condes*, 26 (1), 74-80. doi: 101016.
- Correr, R., & Souza, A. P. V. (2015). Expressões da sexualidade: estudo a partir da construção da masculinidade em estudantes do ensino médio. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 10 (2), 1545-1559. doi: 10.21723.
- Costa, A. B., Bandeira, D. R., & Nardi, H. C. (2105). Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. *Estudos de Psicologia*, 32(2), 163-172. doi: 10.1590/0103-166X2015000200002.
- Dascanio, D. (2013). *Crianças e adolescentes com plumbemia: habilidades sociais, funcionamento intelectual e problemas de comportamento* (Tese de Doutorado), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Davis, M., Eshelman, E. R., & McKay, M. (1996). *Manual de relaxamento e redução do estresse*. São Paulo, SP: Summus.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2009). *Inventário de habilidades sociais para adolescentes (IHSA-Del-Prette): manual de aplicação, apuração e interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (org) (2011). *Habilidades sociais: intervenções efetivas em grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (1996). Habilidades sociais: Uma área em desenvolvimento. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 9(2), 233-255.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (1998). Desenvolvimento Interpessoal e educação escolar: o enfoque das habilidades sociais. *Temas em Psicologia*, 6(3), 205-215.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (1999). *Psicologia das Habilidades Sociais: terapia e educação*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2001a). *Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis: Vozes.

- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2001b). *Inventário de habilidades sociais (IHS-Del-Prette): manual de aplicação, apuração e interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2006). *Relações Interpessoais e habilidades sociais na educação*. Recuperado de <http://betara.ufscar.br:8080/pesquisa/rihs/armazenagem/pdf/artigos/relacoes-interpessoais-habilidades-sociais-na-educacao>.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2010). Habilidades Sociais e Análise do Comportamento: Proximidade histórica e atualidades. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 1(2), 104-115.
- Del Prette Z. A. P., & Del Prette, A. (2013). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis: Vozes.
- Dovidio, J. F. (2001). On the nature of contemporary prejudice: The third wave. *Journal of Social Issues*, 57 (4), 829-849.
- Dovidio, J., Hewstone, M., Gilck, P., & Esses, V. (2010). *The SAGE handbook of prejudice, stereotyping and discrimination*. London: SAGE.
- Dovidio, J. F., Esses, V. V., Beach, K. R., & Gaertner, S. L. (2002). The role of affect in determining intergroup behavior: the case of willingness to engage in intergroup contact. In D., M. Macjic, & E., R., Smith. *From prejudice to intergroup emotions – differentiated reactions to social groups*. New York: psychology press.
- Feng, Y., Lou, C., Gao, E., Tu., X, Cheng, Y., Emerson, M., R., & Zabin, L. S. (2012). Adolescents' and young adults' perception of homosexuality and related factors in three Asian cities. *Journal of Adolescent Health*, 50, 52 - 60. doi:10.1016/j.jadohealth.2011.12.008.
- Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology*, Vols. 1 and 2 (4th ed.) (pp. 357-411). New York: McGraw-Hill.
- Foley, R. M. (2001). High school principal. *High School Journal*, 85, 1.
- França, D. X., & Monteiro, M. B. (2013). Social norms and the expression of prejudice: The development of racism aversive in childhood. *European Journal of Social Psychology*, 43, 263-271.
- Garcia, J., & Cohen, G. L. (2012). A social-psychological approach to educational intervention. In E. Shafir (Ed.), *Behavioral foundations of policy*, (pp. 329–350). Princeton, NJ: Princeton University Press.

- Gato, J., Fontaine, A. M., & Leme, V. B. R. (2014). Validação e Adaptação Transcultural da Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(2), 257-271. doi: 10.1590/1678-7153.201427206.
- Gravetter, F. J., & Wallnau, L. B. (2011). *Essentials of statistics for the behavioral sciences*. Belmont, CA: Wadsworth Publishing.
- Goldbach, J. T., & Gibbs, J. J. (2015). Strategies employed by sexual minority adolescents to cope with minority stress. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 2 (3), 297-306. doi: 10.1037/sgd0000124.
- González-Jiménez, A. J., & Fischer, V. (2017). Gender and Sexual Orientation among adolescents in Brazil: A analysis of the prejudice and bullying in the educational contexto. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 237, 38 – 43. doi: 10.1016/j.sbspro.2017.02.008
- Groppa, L. A. (2000). *Juventude: ensaios sobre sociologia e histórias da juventude moderna*. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL.
- Henriques, R., Brandt, M. E. A., Junqueira, R. D., & Chamusca, A. (orgs.). (2007). *Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília-DF: Cadernos SECAD.
- Herek, G. M. (2000). The psychology of sexual prejudice. *Current Directions of Psychological Science*, 9(1), 19-22. doi: 10.1111/1467-8721.00051.
- Herek, G. M. (2004). Beyond “homophobia”: Thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. *Sexuality Research & Social Policy*, 1, 6-24. doi:10.1525/srsp.2004.1.2.6.
- Herek, G. M. (2007). Confronting sexual stigma and prejudice: Theory and practice. *Journal of Social Issues*, 63, 905-925.
- Hermann, N. (2014). Educação e diversidade. *Roteiro*, Edição Especial, 13-24.
- Hess, E. H. (1975). The role of pupil size in communication. *Scientific American*, 233, 110-119.
- Ishak, N. M., Abidin, M. H. Z., & Bakar, A. Y. A. (2014). Dimensions of social skills and their relationship with empathy among gifted and talented students in Malaysia. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 116, 750 – 753. doi:10.1016/j.sbspro.2014.01.292.
- Junqueira, R. D. (2009a). Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direito. In: T. Lionço, & D. Diniz (orgs.). *Homofobia e Educação um desafio ao silêncio* (pp. 161-193). Brasília: LetrasLivres: EdUnB.
- Junqueira, R. D. (2009b). Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: R. D. Junqueira (org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

- Junqueira, R. D. (2012). Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 1(1), 1-22.
- Konishi, C., Saewyc, E., Homma, Y., & Poon, C., (2013). Population-level evaluation of school-based interventions to prevent problem substance use among gay, lesbian and bisexual adolescents in Canada. *Preventive Medicine* 57, 929–933. doi: 10.1016/j.ypmed.2013.06.031.
- Lavasania, M. G., Afzalia, L., Borhanzadeh, S., Afzalia, F., & Davoodia, M. (2011). The effect of cooperative learning on the social skills of first grade elementary school girls. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 15, 1802–1805. doi:10.1016/j.sbspro.2011.04.006.
- Leme, V. B. R., Del Prete, Z. A. P., & Coimbra, S. (2015). Social skills, social support and well-being in adolescents of different family configurations. *Paideia*, 25(60), 9-18. doi: 10.1590/1982-43272560201503
- Lima, M. E. O. (2013). Preconceito. In: L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (orgs.), *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Brasília, DF: Technopolitik.
- Lima, J. R. de. (2012). O desafio da escola em trabalhar com a diversidade. *Revista Memento*, 3(1), 33-50.
- Lionço, T., & Diniz, D. (orgs.). (2009). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres: EdUnB.
- Louro, G. L. (2004) *Um Corpo Estranho: ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2007). Pedagogias da Sexualidade. In: G. L. Louro, et al (orgs.), *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Maia, D. da S., & Lobo, B. de O. M. (2013). O desenvolvimento da habilidade de solução de problemas interpessoais e a convivência na escola. *Psicologia em Revista* 19 (1), 17-29. doi: 10.5752/P.1678-9563.2013v19n1p17.
- Matthews, C. R., & Adams, E. M. (2008). Using a social justice approach to prevent the mental health consequences of hetero sexism. *Journal Primary Prevent*, 30, 11-26. doi: 10.1007/s10935-008-0166-4.
- Merrell, K., W., & Gimpel, G., A. (2014). *Social skills of children and adolescents: conteptualization, assessment, treatment*. New York: Psychology Press.
- Michelson, L., Sugai, D., Wood, R., & Kazdin, A. (1983). *Social skills assessment and training with children*. New York: Plenum.
- Muceccel, G., Aydos, E. H., & Erturk, H. G. (2012). Social skills in pictured story books. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 46, 5280 – 5284. doi: 10.1016/j.sbspro.2012.06.422.

- Munoz, R. F. Mrazek, P. J., & Haggerty, R. J. (1996) Institute of Medicine report on prevention of mental disorders: summary and commentary. *American Psychologist*, 51(11), 1116-1122. doi: 10.1037.
- Murta, S. G. (2002). Favorecendo a convivência: O papel da escola no desenvolvimento de habilidades sociais. *Jornal de Psicopedagogia VIII*, 38 (4).
- Murta, S. G., (2005). Aplicações do treinamento em habilidades sociais: análise da produção nacional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 283-291. doi: 10.1590/S0102-79722005000200017.
- Murta, S. G., Ribeiro, D. C., Rosa, I. O., Menezes, J. C. L., Ribeiro, R. S., Borges, O. S., ... Del Prette, Z. A. (2012). Programa de habilidades interpessoais e direitos sexuais e reprodutivos para adolescentes: um relato de experiência. *Psico-USF*, 17(1), 21-32. doi: 10.1590/S1413-82712012000100004.
- Natarelli, T. R. P., Braga, I. F., Oliveira, W. A., & Silva, M. A. I. (2015). O impacto da homofobia na saúde do adolescente. *Escola Anna Nery: Revista de enfermagem*, 19(4), 664-670. doi: 10.5935/1414-8145.20150089.
- Natividade, M. T. (2013). Homofobia religiosa e direitos LGBT: Notas de pesquisa. *Latitude*, 7 (1), 33- 51.
- Nguyen, T. Q., & Blum, R. W. (2014). Homosexuality tolerance among male and female vietnamese youth: an examination of traditional sexual values, self-esteem, and demographic/contextual characteristics. *Journal of Adolescent Health*, 55, 823-829. doi: 10.1016/j.jadohealth.2014.07.011.
- Nunan, A. (2007). *Homossexualidade e discriminação: O preconceito sexual internalizado* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Oliveira, M. R. A., & Morgado, M. A. (2006). Jovens, sexualidade e educação: homossexualidade no espaço escolar. In 29ª *Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação* (pp 1-14), Caxambu, RJ.
- Ortiz-Hernandez, L., & Valencia-Valero, R. G. (2015). Desigualdades em saúde mental associada com a orientação sexual em adolescentes mexicanos. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(2), 417-430. doi: 10.1590/0102-311X00065314.
- Peculea, L., & Bocos, M. (2013). Development of social and emotional skills through interventions programs among adolescents. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 76, 618 – 623. doi: 10.1016/j.sbspro.2013.04.175
- Pinola, A. R. R. (2010). *Efeitos de um programa de treinamento de habilidades sociais educativas junto a professores de alunos com deficiência mental incluídos* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

- Polan, J., Sieving, R., & McMorris, B. (2010). Are Young Adolescents' Social and Emotional Skills Protective Against Involvement in Bullying and Violence? *Journal of Adolescent Health, 46*(2) 64-65. doi: 10.1177/1524839912462392.
- Rampullo, A., Castiglione, C., Licciardello, O., & Scolla, V. (2013). Prejudice toward gay men and lesbians in relation to crossgroup friendship and gender. *Procedia - Social and Behavioral Sciences, 84*, 308 – 313. doi: 10.1016/j.sbspro.2013.06.557.
- Roa, C. A. O. (2013). Factores asociados con riesgo de suicidio de adolescentes y jóvenes autoidentificados como lesbianas, gays y bisexuales: estado actual de la literatura. *Revista Colombiana de Psiquiatria, 42*(4), 333-349. doi: 10.1016/S0034-7450(13)70030-1.
- Robalinho, I. G. C. (2013). *Relações entre automonitoria, problemas de comportamento e habilidades sociais na infância* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Rodrigues, A.; Assmar, E. M. L., & Jabonskli, B. (1999). *Psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rodrigues, L., Grave, R., Oliveira, J., M., & Nogueira, C. (2016) (no prelo). Study on homophobic bullying in Portugal using Multiple Correspondence Analysis (MCA). *Revista Latinoamericana de Psicología*. doi: 10.1016/j.rlp.2016.04.001.
- Rosin-Pinola, A. R. (2009). *Programa de habilidades sociais educativas: impacto sobre o repertório de professores e de alunos com necessidades educacionais especiais* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Santos, W. B., & Dinis, N. F. (2013). Adolescência heteronormativa masculina: entre a construção “obrigatória” e desconstrução necessária. *OP SIS, Catalão, 13*(2), 129-149. doi: 10.5216/o.o.v13i2.23273.
- Schroeder, H. E., & Rakos, R. F. (1983). The identification and assessment of social skills. In R. Ellis & D. Whittington (Comps.). *New directions in social skill training*. Londres: Croom Helm.
- Schwartz, J. P., & Lindley, L. D. (2009). Impacting sexism through social justice prevention: implications at the person and environmental levels. *Journal of Primary Prevention, 30*, 27-41. doi: 10.1007/s10935-008-0162-8.
- Seelman, K. L., Forge, N., Walls, N. E., & Bridges, N. (2015). School engagement among LGBTQ high school students: The roles of safe adults and gay-straight alliance characteristics. *Children and Youth Services Review, 57*, 19–29. doi: 10.1016/j.childyouth.2015.07.021.
- Selltiz, C., Wrightsman, L. S., & Cook, S. (1976). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU.
- Soares, B. A. (2011). Dossiê habilidades sociais. *Estudos em Psicologia, 11*(2), 399-402.



- Souza, E. de J. (2015). *Diversidade sexual e homofobia na escola: representações sociais de educadores/as da educação básica* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Souza, J. M. de (2013). *Bullying: uma das faces do preconceito homofóbico entre jovens no contexto escolar* (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Souza, J. M., Silva, J. P., & Faro, A. (2015). Bullying e homofobia: aproximações teóricas e empíricas. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 19(2), 289-297. doi: 10.1590/2175-3539/2015/0192837.
- Taquette, S. R., & Rodrigues, A., O. (2015). Experiências homossexuais de adolescentes: considerações para o atendimento em saúde. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, 19 (55). 1181-1191. doi: 10.1590/1807-57622014.0504.
- Teixeira, F. S., Marretto, C. A. R., Mendes, A. B., & Santos. E. N. (2012). Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 16-33. doi: 10.1590/S1414-98932012000100003.
- The Random House Dictionary of the English Language. (1987) (2nd ed.) New York, Random House, 1987.
- Tolman, D. L., & Diamond, L. M. (2001). Desegregating sexuality research: cultural and biological perspectives on gender and desire. *Annual Review of Sex Research*, 12, 33-74.
- Unesco (2012). *Stopping violence in schools. A guide for teachers*. Paris. Unesco.
- Weinberg, G. (1972). *Society and the healthy homosexual*. New York: Saint Martin's, 1972.
- Wood, P. L. (2012). Teenage Sexuality in Different Cultures. *Journal of Pediatric and Adolescent Gynecology*, 25 (4), 228-232. doi:10.1016/j.jpag.2011.05.003.
- World Health Organization [WHO]. (2011). *Preventing early pregnancy and poor reproductive outcomes among adolescents in developing countries*. Retirado de: [http://www.who.int/immunization/hpv/target/preventing\\_early\\_pregnancy\\_and\\_poor\\_reproductive\\_outcomes\\_who\\_2006.pdf](http://www.who.int/immunization/hpv/target/preventing_early_pregnancy_and_poor_reproductive_outcomes_who_2006.pdf)

## **APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

### **Programa de Habilidades Sociais na Escola: uma Forma de Combate à Homofobia**

Senhores pais e/ou responsáveis,

Seu/sua filho (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “Programa de Habilidades Sociais na Escola: uma Forma de Combate à Homofobia”. A participação não é obrigatória e a qualquer momento o participante pode desistir. A identidade dos participantes será mantida em sigilo, sendo que os resultados serão utilizados somente para fins científicos e de forma coletiva. Cabe destacar que a participação é VOLUNTÁRIA, podendo ser cessada a qualquer momento.

O objetivo do estudo é avaliar as habilidades sociais dos adolescentes suas interações sociais e realizar intervenção através do treinamento de habilidades sociais, focado em questões da homofobia.

Caso tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, o sr./sra poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável em qualquer momento da pesquisa. Poderá também verificar a autorização desse estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa através do site [www.saude.gov/sisnep](http://www.saude.gov/sisnep).

Diante do esclarecimento, solicito que autorizem seu/sua filho (a) a participar desse estudo, que ocorrerá na própria escola. Sua autorização será confirmada mediante a assinatura do termo abaixo.

Eu, \_\_\_\_\_

autorizo \_\_\_\_\_ a participar da pesquisa da  
mestranda em Psicologia Social Kelyane Oliveira de Sousa, orientada pela professora Dra.  
Dalila Xavier de França. Declaro que estou ciente de todas as informações acima descritas e

que todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Declaro ainda que o termo foi assinado em duas vias, uma ficando comigo e outra com a aluna responsável pela pesquisa.

---

Psicóloga, mestranda responsável pela pesquisa

---

Responsável pelo participante

Aracaju-SE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Contato: Kelyane Oliveira de Sousa, (79)9916-1101

Email: [kely.olliveira@hotmail.com](mailto:kely.olliveira@hotmail.com)

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO**

Idade:

Sexo   ☐ Masculino        ☐ Feminino

Possui alguma religião? ☐ Sim ☐ Não

Se sim, qual?

☐ Católica   ☐ Evangélica   ☐ Espírita

☐ Candomblé   ☐ Umbanda   ☐ Outra \_\_\_\_\_

Possui amigos, parentes ou conhecidos próximos que sejam gays, lésbicas, travestis ou transexuais? ☐ Sim   ☐ Não

Renda Familiar Mensal:

☐ 1 a 5 salários mínimos   ☐ 5 a 8 salários mínimos   ☐ 8 a 10 salários mínimos

☐ 10 a 15 salários mínimos   ☐ 15 a 20 salários mínimos   ☐ Mais de 20 salários mínimos

### ANEXO A - Escala de preconceito contra diversidade sexual e de gênero

Marque como você responderia às seguintes afirmativas utilizando a escala de cinco opções descrita abaixo. Por favor, responda CUIDADOSAMENTE e HONESTAMENTE a cada pergunta. É importante indicar como você se sente AGORA e não como você pode ter-se sentido no PASSADO. Algumas das situações podem ser estranhas para você, mas tente pensar sobre situações semelhantes que você possa ter vivenciado. Responda a cada item e não se preocupe com suas respostas anteriores. Não há respostas certas ou erradas.

		<b>Discorda totalmente</b>	<b>Discorda um pouco</b>	<b>Não discorda nem concorda</b>	<b>Concorda um pouco</b>	<b>Concorda totalmente</b>
1.	Sexo entre dois homens é totalmente errado.					
2.	Eu acho que os homens <i>gays</i> são nojentos.					
3.	A homossexualidade masculina é uma perversão.					
4.	Sexo entre duas mulheres é totalmente errado.					
5.	Eu acho que as mulheres lésbicas são nojentas.					
6.	Travestis me dão nojo.					
7.	Os homens que se comportam como mulheres deveriam se envergonhar.					
8.	Os homens que depilam suas pernas são estranhos.					
9.	Eu não consigo entender por que uma mulher se comportaria feito um homem.					
10.	As crianças deveriam brincar com brinquedos apropriados para seu próprio sexo.					

<b>11.</b>	As mulheres que se veem como homens são anormais.					
<b>12.</b>	Operações de mudança de sexo são moralmente erradas.					
<b>13.</b>	As meninas masculinas deveriam receber tratamento.					
<b>14.</b>	Os homens afeminados não me deixam à vontade.					
<b>15.</b>	Eu iria a um bar frequentado por travestis.					
<b>16.</b>	As mulheres masculinas não me deixam à vontade.					